

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPEA)

CIDADES MÉDIAS: UMA OPÇÃO NO DESENVOLVIMENTO URBANO

Waltraud K. Rodrigues Pereira

Rio de Janeiro
Maio de 1977

ÍNDICE

	Páginas
1. INTRODUÇÃO	1
2. DESENVOLVIMENTO URBANO: NOTAS SOBRE A LITERATURA	6
3. TAMANHO E ESTRUTURA DAS CIDADES: AS CIDADES MÉDIAS	20
3.1. Aspectos Gerais	20
3.2. O Tamanho das Cidades	27
3.3. A Estrutura das Cidades: Características Econômicas e Sociais	32
3.4. As Cidades Médias no Desenvolvimento Urbano	38
4. DESENVOLVIMENTO URBANO NO BRASIL	43
4.1. Evolução do Processo Urbano	43
4.2. A Distribuição de Cidades no Brasil: Tamanho e Regiões	50
4.3. A Atividade Econômica nas Cidades Brasileiras	57
5. AS CIDADES MÉDIAS NO BRASIL	61
5.1. Introdução	61
5.2. Cidades e Indicadores Escolhidas	63
5.3. Crescimento das Cidades Médias	71
5.4. Atividades Econômicas Desenvolvidas nas Cidades Médias	79
5.5. O Setor Industrial	85
5.6. Infra-Estrutura Social e Urbana	92
5.7. Uma Definição Operacional para as Cidades Médias	95
6. CONCLUSÕES	101
7. ANEXO	108
8. BIBLIOGRAFIA	124

1 - INTRODUÇÃO

As profundas transformações ocorridas na economia brasileira nas últimas décadas levaram a significativas modificações na fisionomia do País que podem ser observadas tanto na estrutura produtiva quanto nos padrões de consumo e ainda no quadro urbano e regional. A passagem de uma economia de base agrícola, com seu principal produto de exportação, o café, para uma economia industrial ocorreu de forma acelerada e assim a concentração da nova atividade sobre a base geográfica anterior acabou por se tornar inevitável.

O processo de industrialização, intensificado com a política de substituição de importações, absorveu importantes transferências de rendas geradas no setor cafeeiro que levaram a bruscas mudanças no quadro urbano e rural. A crescente saída das populações rurais e o desenvolvimento acelerado dos grandes centros urbanos da região Sudeste delinearão claramente as novas feições do desenvolvimento brasileiro.

O crescimento do setor urbano entre os anos 40 e 70 foi notável. A população urbana evoluiu de 31% para 56% da população total, devendo-se manter essa tendência à progressiva urbanização nas próximas décadas. O processo de urbanização, por outro lado, ocorreu paralelo ao crescimento da atividade econômica global. A evolução da atividade industrial ratificou a distribuição espacial dos centros urbanos concentrados nas regiões mais desenvolvidas, contribuindo decisivamente para o aumento das desigualdades regionais.

O rápido crescimento das cidades no Brasil ocorrido nas últimas décadas trouxe sérios problemas aos seus administradores,

notadamente no caso das grandes cidades. Muito se tem discutido sobre o crescimento dessas cidades e seu planejamento. No entanto, ao se tratar de desenvolvimento urbano, ocorre, por vezes, que o mesmo é considerado fenômeno isolado, desconsiderando-se seu estreito relacionamento com os demais aspectos econômicos.

Nesse sentido, a discussão dos tamanhos adequados para comportar a crescente população urbana mostra-se incompleta sem um estudo em profundidade da estrutura urbana. A existência de metrópoles é uma tendência natural no sistema de cidades e tudo indica que sua importância não diminuirá no processo urbano brasileiro das próximas décadas. Há que se notar, entretanto, que sua primazia não é mais absoluta. As cidades grandes e médias apresentaram taxas anuais de crescimento superiores à das metrópoles e mesmo à média nacional.

As cidades grandes incluem as principais capitais brasileiras, as chamadas metrópoles regionais, e seu crescimento futuro é perfeitamente previsível. A busca de um sistema urbano mais hierarquizado sugere que se desenvolva as cidades médias, normalmente consideradas como sendo aquelas com população urbana entre 50 mil e 250 mil habitantes. O desenvolvimento dessa faixa de cidades pode ser importante como primeiro freio, ou mesmo freio efetivo, à excessiva migração para os grandes centros. Sua importância na absorção de mão-de-obra e na elevação da produtividade, ao mesmo tempo que podem tornar-se elementos de ocupação espacial e de difusão de crescimento para centros menores, mostram seu potencial como propulsores de uma hierarquia urbana mais definida e de melhor distribuição da atividade econômica.

O presente trabalho surgiu da necessidade de melhor conhecer as potencialidades do estrato de cidades médias no contexto do desenvolvimento urbano. Nesse sentido, buscou-se explicitar as condições econômicas e sociais vigentes, as mudanças ocorridas nessas condições nas últimas décadas e, a partir daí, procurou-se indicar os benefícios decorrentes do incentivo ao desenvolvimento das cidades médias. Pretende-se dar, com o presente trabalho, uma contribuição ao estudo das cidades de porte intermediário. O desenvolvimento de uma conceituação de cidade média no Brasil e a verificação de seu papel dentro da estrutura urbana brasileira são, sem dúvida, etapas importantes na compreensão do papel desse extrato urbano no âmbito de uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

O presente trabalho será dividido em cinco partes, além dessa Introdução.

A primeira delas será uma revisão da literatura mostrando como os diferentes instrumentos da Ciência Regional foram desenvolvidos e como foram aplicados no planejamento do crescimento regional e urbano. As Teorias da Localização, dos Pólos de Crescimento, da Base Econômica e do Lugar Central foram sumariadas de modo a verificar seus pontos comuns no que diz respeito à escolha da localização ótima das atividades produtivas. Constituirá a base teórica para uma análise da localização e desenvolvimento das cidades médias.

A segunda parte consistirá num estudo do tamanho urbano e de suas relações com a estrutura urbana. Uma análise em separado do tamanho das cidades e de sua estrutura econômica e social será a base para a elaboração de uma definição de cidade média segundo o tamanho (população urbana), atividades econômicas empreendidas

a nível local, regional ou nacional, funções específicas a elas atribuídas, sua caracterização regional e suas inter-relações dentro do sistema urbano. Por outro lado, serão discutidas as vantagens e desvantagens decorrentes de se incentivar seu desenvolvimento, tentando-se chegar a um conceito de cidade média que deixe claro qual seu papel dentro do processo de desenvolvimento urbano e ainda contribua para o estabelecimento de uma estrutura urbana mais hierarquizada e com padrões de localização mais dispersos, onde cada cidade tenha função específica no contexto nacional.

A evolução do sistema urbano no Brasil, durante as últimas décadas, será objeto de estudo do terceiro capítulo. Com base nos dados censitários de 1950, 1960 e 1970, será analisado o crescimento das cidades no Brasil, sua distribuição segundo os diferentes tamanhos e regiões geográficas, além de se verificar a localização espacial das atividades econômicas. A partir daí, será analisada a posição ocupada pelas principais cidades das diferentes regiões dentro do sistema urbano do País.

O capítulo seguinte fará um estudo detalhado das cidades médias brasileiras como definidas teoricamente, questionando o seu desenvolvimento nas diversas regiões.

A partir da análise das cidades selecionadas, segundo critérios previamente estabelecidos, procurar-se-á chegar a um conceito operacional de cidade média que leve em consideração as características de cada região e traduza a importância de seu desenvolvimento sob vários aspectos. Um deles diz respeito à desconcentração dos grandes centros urbanos tanto em termos demográficos como de atividades, pois constata-se a necessidade de vultosos investimentos para solucionar os problemas de infra-estrutura urbana, que

o crescimento desordenado dos grandes centros propiciou, criando assim dificuldades sérias no encaminhamento de soluções mais adequadas. Um centro de porte médio exigiria investimentos menores e a execução, por exemplo, de planos de saneamento básico, iluminação pública, educação e transportes seria bem menos demorada e envolveria menor transtorno na vida da cidade. Outro aspecto importante é a transferência da população do campo para a cidade. As grandes cidades recebem parcelas consideráveis de migrantes que não encontram condições de trabalho e habitação adequadas, de vez que as atividades econômicas nas grandes metrópoles não acompanham o ritmo das migrações. É válido questionar se os investimentos necessários à adaptação dos migrantes à vida urbana não trariam melhores resultados em cidades de porte médio. É óbvio que a solução do problema não é tão simples, pois investir maciçamente em cidades médias poderia levá-las a se tornarem grandes centros, caindo-se assim num círculo vicioso. O objetivo é dirigir o desenvolvimento dessas cidades (via criação de distritos industriais, implantação de serviços, etc.) de modo a criar uma estrutura urbana integrada, onde cidades de diferentes tamanhos desempenhassem funções e atividades complementares de acordo com as diferentes características de suas regiões.

O último capítulo mostrará os principais resultados obtidos através das diferentes análises procurando, ainda que de forma indicativa, ressaltar aspectos importantes para uma política de desenvolvimento de cidades médias bem como questões que exigem estudos mais detalhados no futuro.

2. DESENVOLVIMENTO URBANO: NOTAS SOBRE A LITERATURA

1. A determinação de lugares ótimos para o desenvolvimento das atividades econômicas é em si tarefa complexa, pois não existe uma teoria definida, que possa ser usada tal qual uma boa receita, abrangendo todos os aspectos envolvidos na questão.

Em primeiro lugar, cabe observar que a localização das atividades produtivas não é um fato isolado, estando profundamente relacionada com o meio social e econômico vigente na região ou país. Por outro lado, o meio social e econômico diverge, de região para região, em consequência da dotação de recursos naturais, o que, por si só, já determina qual a atividade econômica de melhor adaptação na região. Com essa determinação, a região toma feições próprias e qualquer mudança introduzida pode, ou adaptar-se livremente, ou encontrar sérias barreiras devido aos padrões previamente estabelecidos.

Não obstante, existem características gerais que possibilitam fixar alguns conceitos básicos que se tornam evidentes em estudos sobre Economia Regional e Urbana, pois em média são aplicáveis aos diversos casos. Assim, para o estudo do desenvolvimento de uma região, a fim de melhorar sua estrutura urbana para que os ganhos sejam melhor repartidos entre o meio urbano e rural, pode-se utilizar diversos instrumentos das teorias desenvolvidas no campo da Ciência Regional.

Para a determinação do padrão urbano e da distribuição espacial das cidades surge, como primeira tarefa, a escolha de regiões

ou cidades para instalação da atividade econômica. No entanto, no processo de desenvolvimento urbano, a localização das cidades geralmente acompanha de perto a instalação da atividade produtiva.

2. A teoria da localização foi desenvolvida para determinar a localização da firma num contexto de livre mercado e, nessa forma clássica, ocorre a localização da atividade econômica na ótica do equilíbrio geral, exigindo comportamento ótimo de produtores e consumidores dentro do sistema; pressupondo ainda um espaço homogêneo no qual os custos, particularmente os envolvidos com o transporte de mercadorias, devem ser minimizados. A suposta homogeneidade, no entanto, ignora o custo social da aglomeração, e se abstrai das principais interrelações e reações econômicas. A distribuição homogênea de compradores e vendedores é um caso específico e fora da realidade econômica, pois economias de aglomeração tem a tendência de agrupar vendedores, ao mesmo tempo que o crescimento de núcleos urbanos tende a concentrar compradores.¹

No passado, a localização industrial era baseada apenas em fatores produtivos como fontes de energia, água e facilidade de transportes, por exemplo. Atualmente os empresários são mais atraídos pelas economias externas de aglomeração, refletidas na importância aos mercados, às atividades terciárias (comunicações, finanças, setor público, entre outras), ao mesmo tempo em que fatores não-econômicos passam a ganhar peso na decisão, como é o caso da melhoria da qualidade de vida (melhor padrão de vida, lazer e educação). A mudança na concepção empresarial, por si só, mostra que a própria localização da firma é atualmente condicionada a várias determinantes econô-

1. H.W. Richardson, *Regional Economics* (Londres: Weidenfeld and Nicholson, 1961) Cap. 5.

micas e sociais, e que a mesma não é fato isolado das relações econômicas gerais.

Neste sentido, a teoria da localização, em sua visão clássica, resente-se dos aspectos dinâmicos, o que limita sua validade exigindo a incorporação do fator tempo, de modo a explicar as complexidades envolvidas na localização espacial da produção e fluxos interregionais de insumos e bens, o que não se restringe ao simples mecanismo de localização empresarial. Não obstante suas limitações, pode ser de interesse em sua forma original quando complementada com informações empíricas que retratem movimentos regulares nas principais variáveis econômicas, ainda que não se considere numerosos fatos que afetam as situações individuais.

Faz, assim, pleno sentido a minimização dos custos de transporte por apresentarem certas regularidades no espaço. Uma vez que este custo é basicamente função da distância existe extrema preocupação com a localização das unidades produtivas, paralelamente àqueles fatores ligados à economia de outra ordem que redefinem o problema da produção como sendo a melhor escolha das combinações de capital, trabalho, terra e custos de transporte. A procura de um preço mínimo de custo de transporte significa melhor localização das diferentes atividades que se reflete sobre o bem estar da comunidade através do aumento da eficiência dos transportes e distribuição dos bens, uma vez que o nível deste custo afeta tanto a área servida pela firma quanto o volume de vendas dentro do mercado.²

Isto não significa, entretanto, que existe uma teoria geral da localização desenvolvida de forma satisfatória, que seja dinâmica e explique o impacto de mudanças nas técnicas, custos de transporte

2. Para uma visão da teoria original e várias críticas à Teoria da Localização ao longo dos anos, ver Walter Isard, *Location and Space-Economy* (4ª Edição; Cambridge, Mass: The MIT Press, 1965) Cap.2.

e níveis de renda sobre os padrões de localização do consumo e da produção, por exemplo. Observe-se, entretanto, que a distribuição geográfica das cidades acompanha o padrão locacional das atividades econômicas e conseqüentemente das unidades familiares, além de indicar que as orientações de transporte seguem as necessidades dos insumos e dos bens consumidos.

Sendo estática, a teoria da localização foi criticada e contestada e em resposta à sua limitada validade surgiu o conceito de polo de crescimento.

3. As teorias sobre pólos de crescimento centralizam sua abordagem sobre o desenvolvimento e o crescimento econômico, mantendo a análise do crescimento sustentado na produção total. As atividades econômicas surgem em suas várias formas, crescem em importância, permanecem ou podem desaparecer, e as unidades familiares vão-se aglomerar em torno das atividades mais rentáveis, criando mercados e estabelecendo concentrações urbanas.³ O pólo não se desenvolve automaticamente e também não é necessariamente o centro urbano. A atividade principal, no caso da indústria, procura estabelecer-se nos principais centros já formados, buscando utilizar as economias de aglomeração neles existentes, o que configura muitas grandes cidades como pólos de crescimento que difundirão posteriormente as inovações para as regiões adjacentes. Em outros casos, ocorre a localização do empreendimento econômico em região sem nenhum centro urbano desenvolvido, por razões específicas de desenvolver na região a exploração de matérias-primas locais possíveis de serem manipuladas, ou então por razões técnicas ou políticas, fornecendo-se, então, aos empresários infra-estrutura

3. O conceito de polo foi introduzido por François Perroux, *A Economia do Século XX*, (lisboa: Herder, 1967). Cap. II.

suficientemente atraente. Isto no entanto provou nem sempre ser eficaz, pois, além da infra-estrutura, exige-se também mercados, o que em princípio não existe, inibindo deste modo a instalação de novas empresas.

Outro aspecto importante na utilização dos conceitos gerais de pólos de crescimento é ampliar a análise, além do desenvolvimento econômico, incorporando aspectos de desenvolvimento cultural, social e administrativo, o que coloca a noção de pólo num contexto amplo do mundo real. Não se pode, a partir do nível de crescimento econômico, estabelecer tamanhos ótimos de centros urbanos a níveis teóricos; há que se estabelecer o ótimo para as cidades e regiões dentro de suas condições físicas e humanas, e, dentro destas, incluir o econômico.

Já se indica um pólo de crescimento como sendo uma aglomeração urbana com tal atividade econômica que pode atingir um crescimento auto-sustentado a ponto desse crescimento inovar e difundir-se além da região polarizada, atingindo inclusive regiões menos favorecidas do país.

O conceito de pólo de crescimento liga-se à noção de dominância. As atividades produtivas instaladas numa cidade, que passa a ser o centro polarizador, espalham influência sobre as unidades instaladas dentro do centro e da região, e esta influência é exercida seja pela dimensão da empresa, capacidade de negociação e conquista de mercado, seja pela própria natureza da atividade. Este conceito tem ligação direta com o domínio exercido pela atividade econômica, pois, no caso de se observar um espaço geográfico, a localização da empresa ou atividade dominante torna o centro polarizador da região. A cidade aparece com destaque neste contexto porque é para ela que convergem todas as atividades e é dela que partem todas as reações e influências. Tem a função de distribuidor de bens e serviços, recebendo tam

bem bens e matérias-primas para seu próprio consumo ou futura distribuição. O que ocorre em realidade é que a cidade torna-se o pólo de atração e repulsão de indivíduos, característica facilmente observável pelas vantagens e desvantagens que ela traz para seus habitantes dada a localização espacial das atividades. A idéia de pólo tem íntima ligação com a concentração industrial, baseada em algumas unidades principais, a partir das quais difundem-se atividades complementares, criando hierarquia dentro do aparelho produtivo com reflexos sobre a estrutura urbana.

4. A noção de centro de crescimento é considerada, em geral, mais ampla que a de pólo de crescimento, pois a noção de pólo engloba aquela de centro. Pólo é um ponto no espaço onde se localizam as indústrias responsáveis pelo crescimento. O conceito de pólo traduz uma aglomeração setorial, enquanto o centro de crescimento coloca essa aglomeração em termos geográficos, onde atividades distribuídas espacialmente apresentam maiores relações entre si. A partir daí, relacionam-se os pólos de crescimento aos centros urbanos, que são os centros de crescimento por natureza, se bem que se deva ter sempre os centros urbanos significam exatamente pólos.

A enfoque de dominância, que como vimos prende-se à existência de uma atividade principal na região, possui traços comuns com o conceito de base exportadora. Este fundamenta-se no fato de o crescimento econômico total de uma dada região estar diretamente relacionado à quantidade de bens que uma cidade exporta para áreas vizinhas. Pode-se, em geral, dividir a base econômica em duas partes: as atividades básicas, responsáveis pela produção e distribuição de mercadorias e serviços produtivos, que podem ser enviados para fora dos limites urbanos pré-estabelecidos, atingindo as áreas periféricas sob influência do centro urbano; e, as atividades não-básicas, (ou servi

ços), cuja produção é totalmente consumida dentro dos limites da cidade. O crescimento das atividades básicas, com seu caráter exportador, exige o crescimento das demais atividades, tornando-se assim a base do crescimento urbano. Supõe-se que o crescimento das exportações gera aumento da renda que permite elevação do nível de serviços que são exigidos pela comunidade local, levando ao desenvolvimento do toda região.⁴

A teoria da base econômica recebe suas principais críticas pela dificuldade de se dividir a atividade econômica de uma região em atividades básicas e atividades não-básicas, e desta forma não se tem condições de medir o crescimento urbano apenas pelo crescimento da produção destinada à exportação.

Os modelos da base econômica utilizam o emprego total como variável básica, que é dividida, dentro das cidades, em emprego em atividades básicas e emprego em atividades não-básicas. Como o ponto fundamental da teoria reside no fato de as exportações da cidade (ou região) levarem ao crescimento das atividades locais, o emprego em atividades destinadas ao mercado externo seria o responsável pelas variações no emprego total da região e, desta forma, responsável pelas variações na renda. O que ocorre é que não se pode tornar o emprego nas atividades básicas como fator determinante. Outros fatores implicam na variação da renda (progresso técnico, crescimento populacional, alterações na estrutura de gastos, etc.), alterando o emprego a longo prazo.⁵

4. H.W. Richardson, *Regional Economics*, (Londres: Weidenfeld and Nicholson, 1969), pp.165-170.

5. Para uma visão crítica da Teoria da Base Econômica como teoria de desenvolvimento regional, ver Jacques Schwartzman, "Teoria da Base de Exportação e o Desenvolvimento Regional", in *Desequilíbrios Regionais e Descentralização Industrial*, editado por Paulo R. Hadad (Rio de Janeiro: IPEA/INPES, Série Monográfica nº 16, 1975), pp.37-44.

Por outro lado, o emprego não mede as exportações de capital (uma atividade básica), nem mudanças na produtividade entre atividades básicas e serviços. Além disso é também uma medida que sofre oscilações de cidade para cidade, assumindo por vezes características bastante particulares da região, o que impede sua utilização mais ampla como medida de crescimento de uma região. Mais ainda, a definição de atividades básicas e não-básicas é muito relativa dentro de uma região, pois, para determinar exportações, há necessidade de limites geográficos. Constata-se que, determinar como atividades locais aquelas relacionadas aos limites político-administrativos de uma cidade, é diferente da medida dessas atividades no raio de ação da cidade, o que certamente é mais válido que a simples área administrativa. Portanto, a utilização da teoria da base econômica torna-se frágil a partir da necessidade de definições mais precisas das variáveis nas quais se apoia; e, no caso de variações no emprego, limita-se a análise de curto prazo, não levando em consideração a ocorrência de mudanças em vários fatores num prazo mais longo.

Não obstante suas deficiências, a teoria de base econômica tem sido aplicada largamente nos estudos de Desenvolvimento Regional. Conjugando-se seus princípios com as demais teorias da Ciência Regional, obtêm-se conceitos básicos para explicar os fenômenos envolvidos com a aglomeração urbana, aumentando assim consideravelmente sua validade na determinação do crescimento urbano.

5. Neste ponto, os custos básicos em que se apoia a Teoria de Localização, em particular o custo de transporte, torna-se conceito importante, pois a distância terá papel crucial na colocação de produtos nos diferentes mercados. Dois conceitos ganham importância:

- 1) "threshold population" (limiar da demanda), que enfatiza a necessidade de existir uma população mínima que constitua demanda para que

certo bem seja oferecido ou para o funcionamento de algum serviço e 2) "range of a good" (alcance do bem), determinado entre outros fatores pela distância, no que sobressai novamente o custo de transporte, uma vez que as pessoas de certa região se dispõem a percorrer determinada distância para aquisição de certa mercadoria ou utilização de determinado serviço. Estes dois conceitos estabelecem o raio de ação das atividades produtivas de uma cidade dentro de suas vizinhanças. O tamanho da população urbana vai determinar a dimensão das empresas, de vez que essa população representa o mercado consumidor. Por outro lado, os bens e serviços podem ter seu raio de alcance ampliado, seja através da difusão e penetração das inovações, seja por meio de melhoramentos técnicos que permitam redução nos diversos custos, entre eles o custo de transporte.

Os pólos de crescimento estão baseados nas indústrias motrizes instaladas na região e que são responsáveis pelo impulso proporcionado às demais atividades. O lugar escolhido para a instalação de uma unidade produtiva requer condições de mercado, que podem se materializar na população residente na região como consumidor potencial, ou, em casos específicos, dispõe-se de vias de acesso e meios de transporte adequados para a colocação do produto em mercados distantes das fontes produtoras com custos mínimos. A base econômica da região está assentada na atividade motriz e seu crescimento impulsionará o desenvolvimento de empresas produtoras de bens e serviços correlatos que, em conjunto, serão responsáveis pelo crescimento econômico da região.

Dentro de determinado espaço geográfico, as indústrias dominantes transformam a área em que se localizam em pólo dinâmico daquela região e o efeito desta dominância tem uma dimensão econômica que se traduz na renda gerada para a região e pelos empregos proporcionados.

dos por ela e indústrias correlatas e/ou dependentes; ao mesmo tempo possui uma dimensão espacial ao lançar sua influência econômica através da região, partindo do centro para as cidades menores, que gravitam em seu redor. Amplia-se assim o conceito de pólo de crescimento ao incluir a dimensão espacial, sendo então incorporado pelo conceito de centro de crescimento que conduz à noção de relações centro-periferia.

As regiões centrais, segundo o modelo centro-periferia, são os centros principais e a partir deles processa-se o desenvolvimento através de transformações sucessivas decorrentes do processo de mudanças tecnológicas. As inovações partem dos centros em direção às regiões periféricas, que passam a ter seu desenvolvimento dependente das regiões centrais. É o domínio das grandes cidades onde se processam as mudanças na estrutura produtiva por meio de inovações tecnológicas. Os centros de pesquisa estão nas universidades e institutos localizados em geral nas metrópoles e, a partir daí, o processo inovador difunde-se para as regiões vizinhas. O pólo central consolida sua dominância através do manuseio de inovações, dada sua capacidade de geração de novos produtos e processos, aproveitando-se de economias de escala pré-existentes, do processo de encadeamento das próprias inovações, onde uma induz a outras, mudanças sociais e institucionais favoráveis e ainda do próprio processo de transferência de recursos da região periférica para a região central. A própria organização administrativa favorece os pontos centrais e este favorecimento determina as melhores condições de mercado conseguidas pelas cidades maiores que dominam assim toda a região. Pode ocorrer, numa determinada distribuição espacial, tanto a dominância de um pólo sobre a área adjacente quanto o fato de algumas cidades menores estarem sob influência de uma ou mais regiões centrais.

As inovações surgem na área de desenvolvimento mais acelerado, o que, num processo de urbanização, é caracterizada pelo pólo industrial. Em torno desse centro gravitam cidades menores e a difusão de inovações segue seus caminhos naturais, espalhando-se do centro para a periferia. Esse fato leva estas cidades a formarem uma rede urbana mais integrada, mais desenvolvida, obtendo, por conseguinte, maiores níveis de renda per capita.

O ponto fundamental da Teoria dos Pólos de Desenvolvimento é que a inovação, por parte dos empresários, é o principal fator explicativo para o crescimento econômico e, a partir daí do crescimento urbano. O elemento transporte aparece como fator importante em muitos casos em função da expansão baseada nas vias de comunicação. Estas ligam centros industriais, beneficiários de economias de escala resultantes do maior volume de tráfego e de menores custos de transporte, incorporando-se assim as inovações de forma mais rápida com o melhor desenvolvimento do transporte. O processo de crescimento torna-se irreversível, envolvendo a população, a atividades industriais e comerciais ao longo das rotas de transporte, correndo-se entretanto, o risco de se desenvolver apenas as áreas bem servidas por vias de transporte.

6. A Teoria dos Pólos tem como ponto de partida para o desenvolvimento de uma região o crescimento industrial. A indústria instalada deve ter características tais que a tornem mola propulsora do desenvolvimento, ou seja, seu tamanho deve criar impactos difusores pela região e ser bem relacionada com os demais setores para que a expansão seja sentida através do espaço. Uma indústria instalada numa região com o fim de torná-la pólo de crescimento de área mais extensa precisa, pelo menos, ser de rápida expansão e

apresentar efeitos de encadeamentos com outras indústrias e atividades de serviços, de modo a gerar renda que possibilite a expansão do mercado consumidor.

No entanto, os pólos de crescimento podem ter dois aspectos. A indústria propulsiva instalada no núcleo pode ser instalada por várias razões, dentre elas por exemplo, a presença na região de fonte inexplorada de matérias-primas; e, neste caso, a industrialização é o ponto de partida para o processo de crescimento e urbanização. Por outro lado, ocorre a instalação de indústrias em núcleos urbanos já existentes como meio de aproveitamento do mercado consumidor, beneficiando-se neste caso de economias externas que tornam a industrialização um efeito e não uma causa da polarização, o que torna difícil uma explicação adequada para o processo de aglomeração urbana. A concentração de atividades numa determinada região está ligada a condições já existentes nos centros urbanos da área, pois as economias externas desempenham importante papel nas decisões de investir dos indivíduos.

Verifica-se, portanto, que a utilização individualizada das diversas teorias existentes no campo da Ciência Regional não leva à compreensão global do processo de desenvolvimento urbano. A localização da atividade econômica não é um fato isolado, pois a escolha do lugar para implantar uma empresa leva em consideração tanto as características atuais da região que está atraindo esse investimento como os benefícios decorrentes dessa instalação. As condições presentes de um centro, justificam os investimentos bem como as esperanças de sua transformação, no futuro, em núcleo polarizador da região, gerador e difusor de inovações para lugares mais afastados e com possibilidades de serem incluídos na sua esfera de influência.

A teoria da localização foi o ponto de partida no estudo do desenvolvimento urbano quando se buscou explicação para a fixação de pessoas e atividades num determinado lugar de preferência a outro, que acabará dando início à formação de centros urbanos e que tinham como variável estratégica a distância, de vez que os diferentes custos de transporte terminam por determinar o padrão locacional.

Deve-se ter em mente, entretanto, o fato de que a aplica-ção em si das teorias aqui desenvolvidas é um instrumento útil e necessário mas não suficiente para a explicação total dos fenômenos urbanos. Estes não são em princípio, quantificáveis já que o comportamento humano, com suas características qualitativas, traz profundas mudanças ao longo do tempo e estas nem sempre tem a possibilidade de se incluir num esboço teórico pré-determinado.

Não existe uma Teoria de Desenvolvimento Urbano completa e aplicável aos diversos casos. Os conceitos básicos podem ser utilizados numa análise mais geral do crescimento urbano, mas cada aglomeração tem causas e efeitos diferentes e soluções para seus problemas necessitam a análise específica e detalhada. O fenômeno urbano está sempre ligado aos efeitos econômicos e sociais e sua nao interação pode gerar conflitos sérios para a compreensão do fato.

Tentou-se, de forma sumária, uma apresentação das teorias mais freqüentemente usadas na economia regional e urbana para explicação de seus fenômenos. Não é o objetivo aqui tratar exaustivamente todas as teorias, verificar seu desenvolvimento e avaliar sua utilidade prática. É apenas uma tentativa de colocar o estudo de cidades médias dentro do esboço teórico existente. Neste sentido a parte seguinte será dedicada ao estudo da estrutura e do

tamanho urbano com ênfase no núcleo principal constituído pela ci
dade.

3 - TAMANHO E ESTRUTURA DAS CIDADES: AS CIDADES MÉDIAS

3.1 - Aspectos Gerais

Nas páginas seguintes se fará uma tentativa de analisar o ponto mais importante do processo urbano - a cidade; verificar seu relacionamento, a nível regional e nacional, e discutir, em linhas gerais, o tamanho das cidades e sua distribuição. Será dada ênfase às cidades de tamanho médio, suas características gerais e seu papel dentro da estrutura urbana de um país.

A cidade é o núcleo mais importante do desenvolvimento urbano, pois ela é o ponto de convergência e divergência em sua função de produtor e distribuidor ao exportar bens e serviços por ela produzidos e receber outros bens, serviços e produtos intermediários para seu consumo ou futura redistribuição. Mas a cidade não é apenas uma organização econômica onde se agrupam, num espaço definido, compradores e vendedores de bens e serviços. Esta aglomeração traduz-se num conjunto arquitetônico formando uma instituição administrativa e principalmente um organismo social. É um fenômeno de agrupamento de pessoas que procuram minimizar seus custos econômicos e maximizar seu bem-estar social satisfazendo-se a nível pessoal, profissional e/ou intelectual.

No processo de desenvolvimento, as cidades atuam como principal componente dada a convergência das atividades para um mesmo ponto, organizando-se, no espaço adjacente, as atividades complementares e criando relações definidas entre os vários pontos representados pelas diferentes cidades. A convergência de atividades, a organização do espaço adjacente e o relacionamento entre as cidades atuam ao longo do processo de desenvolvimento do modo es-

pontâneo e induzido, desempenhando o duplo papel de causa e efeito. A partir daí, não se pode determinar, com exatidão, se o núcleo urbano atraiu as atividades ou, ao contrário, foi o resultado da instalação e funcionamento de tais atividades.

O que se observa no processo de desenvolvimento econômico é a primazia de algumas cidades na fase inicial, tendendo a aumentar com o crescente desenvolvimento e declinando após certa etapa do processo, quando surge a tendência à desconcentração. Este desenvolvimento de cidades primazes indica o aparecimento de cidades segundo a teoria do lugar central ou com características de polos devido à localização industrial. Por outro lado, isso seria reforçado pelo desenvolvimento econômico ocorrido de modo a atrair contingentes populacionais de regiões agrícolas pobres para os núcleos centrais e ainda devido ao processo de inovação que permite à cidade estender sua esfera de influência sobre as áreas vizinhas.

Na hipótese de um desenvolvimento urbano integrado, existiriam, ao lado dos grandes centros com suas atividades econômicas bastante desenvolvidas atuando como geradores e difusores de inovação, um grupo de cidades de porte médio, com atividades próprias, que exerciriam, de um lado, influência sobre as áreas adjacentes e, de outro, desenvolver-se-iam de forma complementar às metrópoles, absorvendo inovações e desenvolvendo outras atividades sem condição de serem adequadamente implementadas nos grandes centros. Por fim teríamos, em torno das cidades médias e grandes, e sob influência direta das primeiras, uma rede de cidades pequenas, cuja principal função seria a de elo de comunicação entre a população agrícola e as facilidades urbanas. Este esboço teórico apresentado pressupõe condições de desenvolvimento econômico já em etapas avan

çadas, onde se teria uma delimitação da estrutura econômica dos centros.

Quando se faz a integração dos instrumentos teóricos da Economia Urbana, ou seja, adiciona-se às teorias da localização industrial a teoria do lugar central e a dos pólos de desenvolvimento, amplia-se o conceito de centro de crescimento passando-se para a noção de metrópole, ou melhor, região metropolitana, que se constitui num espaço urbano complexo, atraindo e repelindo atividades, atuando como centro gerador de inovações tecnológicas, ao mesmo tempo que possui grande capacidade de difusão, exercendo sua influência a nível regional e/ou nacional.¹ O próprio processo de difusão de inovações atravessa o sistema urbano-regional partindo de cima para baixo, no sentido de sair das grandes cidades em direção às pequenas.

Um pólo mostra seu crescimento segundo uma estrutura industrial definida, e o relacionamento entre os elementos dessa estrutura reflete a expansão ou contração do pólo. A extensão das atividades para fora do pólo determina o grau de penetração do núcleo sobre as áreas vizinhas exigindo maior desempenho e abrindo novas oportunidades nestes locais. A expansão do pólo de crescimento atrai novos investimentos e estes ocorrem tanto do lado econômico como também do lado social e ainda na parte de educação. Note-se que as principais indústrias de um país têm a tendência de se estabelecer nos principais pólos, aproveitando-se de economia externas. Ora, essas indústrias comandam o processo de inovações; nelas se instalam os departamentos de pesquisa e adaptação de tecno-

¹Ver J.R.Lasuen, *Desenvolvimento Nacional e Urbano*, documento apresentado ao Simpósio sobre Desenvolvimento Urbano, (Rio de Janeiro: Banco Nacional de Habitação, 1973)

logia e, além disso, é nas grandes cidades que se localizam as universidades e institutos de pesquisa, podendo a comunicação entre estes e as empresas ser feita de forma mais sistemática e freqüente, o que fornece os canais adequados para melhor propagação.

Desse modo, a metrópole desempenha um papel fundamental no sistema de cidades de um país: primeiro, por conter o melhor mercado consumidor, exerce atração sobre os diversos produtores fazendo com que a localização das atividades produtivas e de serviços concentre-se em alguns poucos centros. Além disso, esses centros oferecem as melhores oportunidades, o que se reflete, inclusive, no setor educacional, criando-se uma classe responsável pelas mudanças e inovações. As grandes cidades tornam-se também importantes centros financeiros e políticos dadas as características político-administrativas inerentes a uma capital ou província.

Deste modo, as principais cidades de um país desenvolvem-se em sua condição de capital política. O poder econômico acompanha de perto o poder político e as principais atividades produtivas instalam-se, em primeiro lugar, nas capitais, desde que alguma característica específica de atividade (o caso de extração de um recurso natural) não requeira uma localização mais adequada da atividade em questão. Estes fatos determinam o desenvolvimento de certas cidades que terão reflexos sobre o sistema regional e nacional de um país.

Abordou-se até aqui o fenômeno das grandes cidades. Cabe agora a questão do tamanho de cidades dentro de um sistema urbano. Um sistema ideal existiria quando cidades de diversos tamanhos desempenhassem funções específicas ou complementares de modo a oferecer melhores condições de vida e maximizar o bem-estar social. A

primeira pergunta que sempre aparece é qual o tamanho ótimo de uma cidade. Os mais variados estudos já foram feitos para determinar a faixa ideal de população que melhor conviesse ao desenvolvimento e equilibrado das cidades. Porém, este não parece ser o principal ponto para estudo. O tamanho absoluto da população de uma cidade não é desprezível, mas o que importa de fato é o tamanho em termos relativos, ou seja, tanto em relação à população total do país como em relação às suas diferentes regiões.

É óbvio que um sistema urbano hierarquizado é desejável no sentido de gerar maior benefício e dinamizar o crescimento econômico. Não é interessante que todas as cidades sejam do mesmo tamanho, ou que sejam incluídas dentro de faixas rígidas às quais devem respeitar, nem se aceita também a idéia de que todas as cidades cresçam para atingir tamanho e desenvolvimento de metrópole. As diferentes classes de tamanho de cidades possuem características próprias que incluem, desde economias de escala em termos de operacionalidade do aparelho administrativo e burocrático, até deseconomias, que afetam consumidores e produtores, geradas por poluição, congestionamento e escassez de serviços públicos.

O número de habitantes é, em si, uma medida relativa para o tamanho de cidade, pois uma estrutura equilibrada pode suportar determinado número de cidades grandes, médias e pequenas, de acordo com as características próprias de cada região. Não importa muito quantas cidades grandes existem e quantos habitantes cada uma delas possui. O que é importante é verificar se esse tamanho não cria sérias distorções dentro de toda estrutura, criando-se cidades inviáveis econômica e administrativamente que consomem improdutivamente parcela considerável dos recursos públicos.

O que ocorre com as grandes cidades é que vão se desenvolvendo sem nenhum planejamento à medida que crescem o nível e a intensidade das atividades econômicas, atingindo um congestionamento tal que exige uma gama ampla e crescente de investimentos, que se revelam sempre insuficientes. Assim, o importante é observar o desenvolvimento das atividades econômicas nas cidades, procurando descentralizá-las sem necessariamente diminuir as economias de aglomeração. A distribuição harmônica e equilibrada das atividades econômicas entre cidades de porte médio torna estes centros pontos de atração para migrantes, evitando que se desloquem de cidades pequenas para as grandes metrópoles na esperança de aí encontrar melhores condições de vida quando, na realidade, acabam marginalizados na periferia dessas grandes cidades. Não é apenas importante o fato de que estes migrantes possam encontrar emprego mais facilmente nas cidades médias mas também o fato de que estas cidades têm condições de oferecer melhor atendimento em habitação e higiene. Ainda que se tenha de implementar serviços de infra-estrutura urbana, os recursos necessários são de menor vulto e de mais fácil execução.

Note-se, porém, que se os grandes centros, por um lado, implicam em custos sociais elevados, por outro, adicionam benefícios sociais que, muitas vezes, ultrapassam seus limites geográficos. Deve-se atentar, entretanto, para o fato de como esses custos e benefícios são distribuídos, uma vez que os custos são repartidos entre toda a população e os benefícios por vezes só atingem certas camadas ou empresas. Claro está que uma cidade grande apresenta vantagens e benefícios, mas cabe ressaltar que, além de determinado número de habitantes, as condições de vida se deterioram

(congestionamento, poluição, especulação imobiliária, custos elevados), além de se tornar administrativamente inviável, exigindo parcelas crescentes dos recursos disponíveis para o desenvolvimento urbano que mesmo assim são insuficientes.

A discussão em torno dos benefícios da cidade primaz está relacionado ao tamanho desta cidade com referência ao resto do sistema urbano. Além de seus custos e benefícios, devem ser levados em consideração os efeitos que exerce sobre o restante do sistema, isto é, se exerce efeitos inibidores ou não sobre o crescimento de cidades de menor porte. Por outro lado, o tamanho absoluto da cidade não é o único responsável por problemas como pobreza, subemprego, conflitos sociais, e criminalidade, pois deve-se ver que existem problemas nas cidades, e não, problemas das cidades em si. O desenvolvimento econômico observado em muitas regiões gera problemas sociais nas cidades que se acentuam com o crescimento da população, mas isto não significa que seja o fato de as cidades serem grandes a razão dos distúrbios. Não se está querendo defender as cidades grandes ou criticar estudos de limitação de tamanho de cidades, mas chamar atenção para a idéia de sempre se colocar como causa dos problemas urbanos o tamanho das cidades.

O crescimento urbano não pode ser entendido como coisa autônoma, pois é o resultado da atuação de forças econômicas, sociais e culturais sobre os indivíduos. Na medida em que as pessoas procuram responder às suas necessidades econômicas e sociais, deslocam-se no espaço alterando a fisionomia das cidades, e a sua distribuição espacial é modificada devido ao impacto causado pelo desenvolvimento nacional e regional.

3.2 - O Tamanho das Cidades

Para dar seguimento ao estudo da cidade e efetuar análises das áreas urbanas é necessário dividir o espaço urbano em parcelas administrativamente definidas, uma vez que a base da análise sempre reside na cidade legalmente definida. Em primeiro lugar, é bom ter em mente que a definição legal de cidade é dada pela sede do município. Esta é a área urbana definida. Em segundo lugar, coloca-se a questão do tamanho destas cidades. Como definir esse tamanho? Uma medida comumente usada é a sua população urbana, ou seja, o número de pessoas que residem na sede do município. Não tem sentido incluir toda a população do município, pois pode existir muitas vezes grande número de pessoas ligadas a atividades agrícolas e não se pode considerar estas regiões como urbanizadas.²

Mas a medida de tamanho urbano apenas em função do número de habitantes é muito relativa, pois é difícil incluir diversas cidades que se enquadram num determinado estrato de população rotulando-lhes uma denominação comum do tipo cidades pequenas ou cidades grandes. Pode ocorrer que uma cidade com um contingente populacional que a classifique como cidade pequena seja mais dinâmica do que outra cidade considerada média em termos de população. Por outro lado, incluir critérios que envolvam a atividade econômica predominante na cidade não traria facilidade alguma, pois nem todas as cidades desenvolvem a mesma atividade e nem têm a mesma estrutura econômica. Na realidade, não se pode pretender tornar todas as cidades comparáveis entre si segundo determinados critérios.

²No caso de municípios existentes em regiões onde predomina a agricultura seus distritos não podem ser considerados urbanos, pois em geral, voltam-se totalmente para as atividades agrícolas.

Entretanto, para aferir efetivamente os benefícios sociais que as cidades trazem aos habitantes e os custos que lhes impõem e também verificar como maximizar os primeiros e minimizar os últimos, algum padrão de medida precisa ser adotado. Trazer este padrão de fora e aplicá-lo indiscriminadamente nas cidades existentes não faz sentido. O padrão só pode ser determinado de acordo com as condições vigentes nas diversas localidades, características comuns e problemas enfrentados por cada uma delas.

Portanto, desenvolver um conceito de tamanho ótimo para as aglomerações urbanas envolveria não só a população, mas também a área física e geográfica e ainda a estrutura econômica nela existente, verificando-se de que forma seu tamanho populacional se conjuga com seu tamanho funcional, de vez que o dinamismo de uma cidade não está ligado apenas ao número de habitantes. Torna-se assim muito controvertido falar de tamanho ótimo de uma cidade. Determinar esse conceito baseado apenas na população é falho, mas a definição por atividades desenvolvidas deixa muito a desejar caso não haja distinção entre as regiões do país em diferentes estágios de desenvolvimento. Uma classificação segundo atividades resultaria numa classificação mais regional e, além disso, como não se pode esquecer que a população guarda relação com o nível de atividades, é difícil montar um indicador único que permita a comparabilidade entre as cidades a nível nacional. Por outro lado, a inclusão de critérios econômicos, culturais e sociais para a definição do tamanho urbano envolve grande dose de subjetividade, dada a ocorrência de benefícios e recursos não-mensuráveis.

Mas, quando se deseja estudar várias cidades, surge a necessidade de classificá-las de algum modo. Uma primeira divisão

seria segundo o tamanho de sua população, pois que as cidades diferem também em sua estrutura econômica a partir do número de pessoas que demandam bens e serviços. Assim, será feita uma tentativa de divisão operacional, que é extremamente importante para fins de estudos a partir do tamanho da população.

A divisão aqui apresentada refere-se a estudos sobre o tamanho de cidades no Brasil³ e a análise dos próximos capítulos deste trabalho terá por base esta divisão. O ponto de partida recairá sempre nas unidades urbanas definidas administrativamente e naquelas aglomerações estabelecidas em lei. Assim, surgem de início, os núcleos centrais das áreas metropolitanas legalmente definidas,⁴ que merecem ser divididas em duas faixas. A primeira engloba as cidades com mais de 2 000 000 habitantes (segundo dados do Censo Demográfico de 1970) consideradas as metrópoles nacionais do Rio e de São Paulo. A faixa seguinte, entre 500 000 e 2 000 000 de habitantes, engloba as metrópoles de segunda ordem ou metrópoles regionais que são: Belo Horizonte, Recife, Salvador, Fortaleza, Belém e Porto Alegre. O único núcleo metropolitano excluído em 1970, da faixa de cidades acima de 500 mil habitantes é Curitiba. Ela está na faixa de cidades grandes que são aqueles centros que contam com mais de 250 mil habitantes na sede do município, nas quais se incluem várias capitais de estado bem como cidades na esfera de influência das áreas metropolitanas.

³Ver, por exemplo, Hamilton C. Tolosa, "Macroeconomia da Urbanização" in *Pesquisa e Planejamento Econômico* (Rio de Janeiro: IPEA/INPES, Vol. 3, nº 3, Outubro, 1973), pp. 594-595.

⁴As nove áreas metropolitanas, criadas pela Lei Complementar 14, são: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Fortaleza, Belém, Porto Alegre e Curitiba.

Em geral, define-se como cidade média aquela situada na faixa de 50 000 a 250 000 habitantes. Pode-se limitar essa faixa considerando-se somente as de 100 000 a 250 000 habitantes, mas isto envolveria problemas do tipo mencionado anteriormente, em que cidades com menos de 100 000 habitantes têm dinamismo igual ou superior a outras situadas no extrato superior. É possível ainda fazer nova divisão, considerando-se cidades médias superiores, aquelas acima de 100 000 habitantes, e médias inferiores, quando abaixo desse limite. Normalmente, entretanto, cidades com menos de 50 000 habitantes são consideradas pequenas.

Pode-se argumentar, no entanto, que tal divisão é arbitrária, de vez quase delimita faixas mais ou menos rígidas em termos de população para as várias cidades. A definição do tamanho das cidades (metrópoles, cidades grandes, médias e pequenas) segundo sua população não significa, entretanto, que esses limites mostrem o tamanho ótimo.

Para a determinação do tamanho ótimo de uma cidade, a teoria econômica nos indica a necessidade de equalizar custos e benefícios marginais, de modo a maximizar as vantagens e minimizar as desvantagens. Vai-se pressupor então que o tamanho é determinado apenas pelo número de habitantes, e que existe um interesse comum a todos eles; supondo-se ainda uma estrutura estática onde não ocorram deslocamentos na função de produção e mudanças nas preferências dos consumidores e, que a distribuição espacial não afeta a eficiência urbana. Seria simples derivar o tamanho ótimo a partir de custos e benefícios marginais iguais se se pudesse adicionar todos os itens monetários e não-monetários desses custos e benefícios e supor consumidores com preferências uniformes, o que nos leva ao

reino das suposições. Uma maior aproximação com a realidade tornará a definição de ótimo uma mistura de critérios objetivos e subjetivos, tornando impossível se chegar a um conceito não-ambíguo. É importante observar ainda que as mais diferentes cidades podem ser consideradas ótimas a partir de um determinado tipo de visão global.⁵

Se fosse possível mensurar todos os fatores que influenciam o crescimento das cidades, estaríamos em condições ótimas para solucionar problemas econômicos e sociais, pois teríamos a possibilidade de tomar conhecimento do mínimo pensamento dos indivíduos e a razão de ser de suas decisões. Tudo isto soa de forma bastante irreal. E, de fato, é totalmente irreal, pois os consumidores apenas teoricamente possuem comportamento racional. Desloca-se de uma cidade para outra sem que necessariamente se observe melhoria monetária de imediato; mas por trás da decisão tomada existem anseios não quantificáveis como, por exemplo, melhor qualidade de vida, menos barulho, melhor clima, etc. E como já foi dito anteriormente, pode acontecer que um indivíduo julgue obter melhor qualidade de vida com menos barulho enquanto outro pode achar que isto é pior. Enfim, muitas páginas poderiam ser escritas debatendo o que se considera como "ótimo" e posteriormente não ter como aplicar na prática. Além do mais, não é objetivo do trabalho determinar condições ótimas de desenvolvimento urbano, mas apenas tecer considerações sobre a estrutura urbana numa contribuição ao debate para opções no variado crescimento de cidades.

⁵Uma visão crítica da Teoria do Tamanho das Cidades encontra-se em Harry W. Richardson, *The Economics of Urban Size*, (Saxon House, England, 1973) pp. 11-20.

3.3 - A Estrutura das Cidades: Características Econômicas e Sociais

Como normalmente a população urbana deixa a desejar como padrão de medida para definir o tamanho de cidade, é interessante expandir a conceituação incorporando outros aspectos que traduzem em números a vida da cidade.

A cidade não funciona por ser cidade. Os indivíduos para satisfazerem suas necessidades vitais criam um sistema de intercâmbio de bens e serviços que resulta numa estrutura econômica progressiva, estável e diversificada. As cidades apresentam então atividades e funções compatíveis com as preferências e necessidades de seus habitantes, criando inclusive disposições sistemáticas no espaço geográfico.

O tamanho populacional dos centros urbanos está associado ao tipo de atividade econômica predominante. Esta pode resumir-se a suas próprias funções, ou então, exigir serviços adicionais, expandindo sua esfera de influência para fora da área previamente delimitada. Na medida em que as atividades se tornam mais complexas, novos serviços são oferecidos, intensificando-se o papel de pólo de atração. O desenvolvimento de um centro urbano mostra o grau de inter-relacionamento entre suas diversas atividades, expandindo-se as inovadoras e aquelas capazes de ultrapassar as fronteiras iniciais do sistema.

Acompanhando o desenvolvimento econômico do país, a reação direta de sistema urbano é o crescimento de umas poucas cidades que, em geral, coincidem com aquelas onde estão instaladas as instituições políticas e administrativas. Dentro da hierarquia urbana, ocupa o primeiro plano a cidade primaz, que pode iniciar-se

como centro exportador e transformar-se em grande centro industrial. Possui serviços especializados como administração, finanças, educação, saúde e artes, dado que é a área com maior mercado potencial.

Esta metrópole atrai para si as empresas em virtude das economias de escala existentes, pois sua condição de cidade principal faz com que se torne um ponto estratégico no espaço: é ponto de convergência das redes de transporte e comunicações: a infraestrutura econômica e social é bem desenvolvida e concentra mão-de-obra e riqueza. Estas cidades expandem suas influências para regiões vizinhas e, no campo das inovações, tornam-se difusoras a nível nacional.

Numa economia moderna, com avançado grau de desenvolvimento, a distribuição das cidades toma uma forma hierárquica e as relações entre as cidades tornam-se ordenadas, observando-se uma urbanização contínua dentro das áreas com maior densidade populacional. As cidades parecem encaixadas dentro do padrão observado de acordo com as funções por elas desempenhadas.

O padrão para uma economia madura mostra, ao lado de cidades primazes, cidades regionais, estaduais de serviço local, satélites e especializadas, formando um conjunto de atividades hierarquicamente bem distribuídas.⁶ Os centros regionais podem ter ligações mais diretas com as metrópoles nacionais ou então, mesmo sem ligação mais profunda, guiar seu desenvolvimento por estes padrões. Estas cidades, em geral, desempenham atividades comerciais e de

⁶ John Friedmann, "Cities in Social Transformation, in *Regional Development and Planning: a Reader*, editado por John Friedmann e Willian Alonso, (Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1964).

prestação de serviços a nível regional e se, simultaneamente são capitais estaduais desenvolvendo atividades administrativas têm os requisitos que as tornam metrópoles regionais. As cidades estaduais são mais independentes dentro do esquema urbano, pois constituem geralmente centros comerciais a nível sub-regional, possuindo, algumas vezes, destacado parque industrial. Como são cidades importantes dentro da esfera estadual transformaram-se, muitas vezes, em capital de estado, sem no entanto atingir o grau de metrópole regional.

Em torno dos grandes centros urbanos e sob sua influência direta gravita uma série de centros menores, que se transformam em cidades satélites e, ao ocorrer definição administrativa na área metropolitana, nelas são incorporadas. As cidades de serviço local e as cidades especializadas têm em comum o fato de estarem voltadas para atividades específicas, se bem que fundamentalmente diversas. As cidades de serviço local, como o próprio nome sugere, fornecem apenas os serviços essenciais para as regiões rurais às quais pertencem, podendo até desenvolver atividades industriais, mas sempre intimamente relacionada à agricultura ou pecuária dominantes na região. Já as cidades especializadas desenvolvem atividades específicas no campo da indústria, mineração, turismo, educação ou administração e muitas vezes crescem a partir da exploração dos recursos da região.

Assim, as cidades vão se desenvolvendo no espaço, desenvolvendo atividades diversas e seu relacionamento completa-se na medida em que avança o progresso técnico. Se existe por um lado um padrão hierárquico de cidades em economias maduras, observa-se também por outro que, no início do processo de desenvolvimento econô-

mico, tem-se com freqüência a supremacia de uns poucos centros grandes e grande quantidade de cidades pequenas isoladas do progresso urbano, sentindo-se a ausência de cidades de porte intermediário que cubram as áreas fora da esfera de influência dos grandes centros e que desenvolvam atividades substitutas e/ou complementares a eles.

Isto ganha importância na medida que o país progride, pois se as grandes cidades apresentam vantagens em economias de aglomeração, também implica em custos por vezes bastante elevados e prejudiciais não só às empresas e administração como, principalmente, ao homem. Entre as principais vantagens apresentadas pelas cidades maiores vem, em primeiro lugar, a renda mais elevada; o que, por um lado, reflete maior produtividade, indicando que os centros maiores são mais produtivos que cidades pequenas, e, por outro, evidencia as vantagens auferidas pelos indivíduos que podem ter melhores padrões de consumo.

Mas não se deve perder de vista os ganhos relativos dos indivíduos dentro da escala de renda e observar os acréscimos totais. Se a renda é maior e os ganhos individuais crescem, tudo bem. Se, ao contrário, os indivíduos perderem em renda per capita, alguma coisa estará errada com os centros maiores, pois representam perda na qualidade de vida das pessoas. As estatísticas mostram, ainda que de modo não muito conclusivo, que nas cidades maiores a renda é mais elevada.⁷

⁷Ver H. Richardson, op.cit., pp. 47-51.

Outros ganhos significativos nas cidades grandes são as economias de escala no setor público, as externalidades no consumo, economias de comunicação e transporte, a criação e a capacidade transmissora de inovações destas cidades, o que revela uma estrutura econômica progressiva, estável e diversificada. Uma questão importante é que parte considerável das economias de aglomeração diz respeito às firmas, incluindo, entre outros, a especialização do setor terciário no que se refere a serviços e administração, maior oferta de mão-de-obra e melhor acesso a capitais, infra-estrutura econômica mais desenvolvida, melhores condições de transporte, informação e comunicação. Para os habitantes, além de possibilidades de melhores ganhos e uma maior diversidade de empregos, existem benefícios em habitação, educação, serviços médicos e diversões.

Do outro lado da moeda, aparecem os custos, ou seja, as desvantagens das grandes cidades. Nestas, as pessoas enfrentam problemas de poluição ambiental e congestionamento. A elevada densidade demográfica das metrópoles, aliada aos efeitos da estrutura industrial instalada, são significativas no aumento da poluição, de vez que o aumento do uso dos veículos automotores e a crescente industrialização pioram o ar respirado nestas cidades.

A crescente procura por habitação eleva seu custo empurrando as populações de rendas mais baixas para a periferia, o que exige normalmente maior gasto de tempo e dinheiro para ir até aos locais de trabalho. Grandes parcelas da população são obrigadas a um deslocamento intenso entre moradia e trabalho que resulta em congestionamentos em pontos críticos, exigindo investimentos elevados na esfera dos transportes urbanos. A existência de maior gama

de opções entre oportunidades de emprego e melhores salários não implica necessariamente em maior bem-estar para todas as faixas da população.

As imperfeições observadas nos mercados urbanos impelem a ocorrência de condições de concorrência perfeita, onde a existência de lucros anormais é impossível e os indivíduos são remunerados segundo sua produtividade. A renda real dos consumidores é elevada através da melhoria das condições de educação, assistência médica e habitação.

Assim, torna-se discutível as vantagens inerentes ao crescimento das cidades. Não existem provas de que os benefícios para os indivíduos e empresas citados anteriormente cresçam indefinidamente com o crescimento das cidades, sendo inclusive possível que algumas melhorias deixem de ocorrer a partir de determinado tamanho populacional. Some-se a isso a dificuldade de medir plenamente as economias externas com critérios objetivos, apesar de não ser difícil identificá-las dentro do processo de crescimento.⁸

Na realidade, como já foi descrito anteriormente, o importante no desenvolvimento urbano não é o tamanho que as cidades vão atingir, pois essa medida será considerada ótima de acordo com a população total e urbana do país e com o grau de interdependência entre os centros urbanos. O destaque maior deve ser dado à estrutura econômica e social das cidades, como ela funciona para maximizar o bem-estar de seus habitantes e para tirar pleno proveito dos fatores produtivos existentes no país. Nesse sentido, torna-se

⁸ Para uma análise interessante sobre o tamanho urbano e os custos e benefícios dele decorrentes, ver H.W. Richardson, op.cit., Capítulos 1-5.

necessário um desenvolvimento urbano integrado onde cidades de diferentes tamanhos possuam atividades específicas independentes e ou complementares para que os benefícios se distribuam ao longo de todo território filtrando-se inclusive para as regiões agrícolas e de fronteira.

Partindo-se de um sistema de cidades primazes, o crescimento das cidades médias desponta como boa alternativa no processo de desenvolvimento urbano. A seguir far-se-á uma breve exposição das características gerais das cidades médias, seu tamanho e sua estrutura.

3.4 - As Cidades Médias no Desenvolvimento Urbano

Até aqui procurou-se mostrar que não é apenas o tamanho das cidades o responsável pelos problemas defrontados pelos administradores nos centros urbanos. A análise dos custos e benefícios que os grandes centros urbanos impõem a seus habitantes leva a crer que devem ser reduzidos os incentivos explícitos e implícitos ao seu crescimento. A atividade industrial instalada nas cidades pode exigir elevado número de habitantes, donde se verifica que a estrutura influi no tamanho, mas, ao mesmo tempo, o tamanho exige adequada estrutura. O problema então não se limita ao tamanho ótimo das cidades, mas, antes, questiona o mínimo necessário de habitantes que justifique o fornecimento de uma série de facilidades e seu conseqüente crescimento.

As cidades de porte intermediário foram definidas, segundo o tamanho da população, como possuindo entre 50 mil e 250 habitantes (no caso brasileiro) e este conceito é relativo não só quanto ao tamanho da população, que varia de acordo com a dimensão da

estrutura urbana do país, como também em relação às atividades desempenhadas pelo centro e suas ligações com o resto do sistema. As cidades nesta faixa tornam-se auto-suficientes do ponto de vista administrativo e podem se tornar pólos econômicos, dado seu potencial de força de trabalho e mercado consumidor. Sua viabilidade econômica como centro de crescimento será avaliada pelo exame dos custos e benefícios decorrentes de instalações produtivas em sua área e pelo confronto do saldo líquido comparativamente à metrópole. Mesmo que a grande cidade ofereça um saldo positivo entre os custos e os benefícios, o centro de tamanho médio será mais interessante para desenvolver, se a diferença entre benefícios e custos for maior nestas cidades.⁹

O fenômeno da inviabilidade econômica e administrativa das grandes metrópoles tem-se mostrado evidente em todo o mundo e já se pensa numa forma de limitar o crescimento da população desses centros urbanos, pois o atendimento apenas do crescimento vegetativo já exige vultuosos investimentos para suprir as dificuldades existentes.

As cidades médias surgem assim como uma excelente alternativa para o desenvolvimento urbano. Com uma população de tamanho razoável, que dá condições para um desenvolvimento econômico, estas cidades têm potencial para levar avante seu próprio desenvolvimento, servindo como freio à migração descontrolada para os grandes centros e que causam deterioração na qualidade de vida da população. E a qualidade de vida da população das cidades é um ponto que merece atenção.

⁹ Niles M. Hansen, *Intermediate-Size Cities as Growth Centers*, (NEW York: Praeger Publishers, 1971), p. 84.

O desenvolvimento de grande parte das cidades com população que as define como médias está ligado à estrutura e influência da metrópole que, a partir de certo estágio de crescimento, começa a transferir parte de suas atividades para centros menores ou a criar atividades complementares nos mesmos. O raio de alcance que o grande centro tem sobre a região periférica e a influência que exerce sobre os mercados em diferentes níveis é que determinam o grau de desconcentração. A expansão dos grandes centros urbanos e a difusão tecnológica trazem implícito o aparecimento de centros intermediários. Esses centros, em relação à metrópole, ou são centros de crescimento que, por possuir caráter induzido, atendem às necessidades da economia nacional, devido à ausência de mecanismos de desenvolvimento regional, ou então, são centros de desenvolvimento envolvendo ligações entre as atividades de nível nacional e as de nível regional e local, participando inclusive da geração de inovações e sua difusão. Para que os centros sejam considerados de crescimento suas atividades devem ser dinâmicas e geradoras de empregos em proporção pelo menos igual à média nacional, sendo fundamental sua posterior integração com a hinterlândia.

Um fenômeno importante no crescimento das cidades médias é a metropolização, onde o núcleo de base industrial cria grandes centros satélites à sua volta, expandindo sua área de influência e levando ao crescimento acelerado especialmente estas cidades, que podem estar tanto dentro como fora da área metropolitana. A desconcentração das atividades do núcleo central e o próprio processo de transmissão de informações atrai as cidades intermediárias próximas, fazendo com que acompanhem o crescimento da metrópole. Por outro lado, mesmo as cidades médias localizadas a certa distância

da metrópole, mas com possibilidades de comunicação razoáveis, também, se desenvolvem com a expansão da área metropolitana.

Para uma desconcentração contínua e como meio eficaz para dinamizar estas cidades, opta-se, quase sempre, pela implantação de novas indústrias, ao mesmo tempo em que se observa o mercado consumidor local e as potencialidades para exportação. A decisão de industrializar prende-se a que este tipo de atividade é o que melhor se adapta, pois independe, por um lado, de recursos naturais que explicariam a atividade primária e, por outro lado, da dimensão de mercado necessária ao desenvolvimento de atividades terciárias. No caso de cidades médias localizadas em regiões agrícolas, estas se tornam o centro de desenvolvimento da região pois estabelecem as relações entre as atividades locais e os mercados regionais e/ou nacionais. O aparecimento destas cidades mostra o fenômeno da interiorização ao refletir a expansão de áreas agrícolas e o estabelecimento em regiões mais afastadas, muitas vezes em zonas de fronteira. É um ponto importante na medida que contribui para a ocupação territorial.

Cabe lembrar ainda que, junto com a metropolização, surge o fenômeno do crescimento de cidades menores entre as maiores, justamente devido à instalação de infra-estrutura econômica nas vias de comunicação e transporte entre esses centros, gerando eixos de desenvolvimento que, com o crescimento econômico, tendem a se transformar numa vasta área de urbanização integrada e disposta de forma hierárquica.

As cidades de tamanho médio apresentam certas características dentro do sistema de cidades. Em primeiro lugar, a instalação de atividades produtivas longe de áreas congestionadas faz com

que estes centros apresentem novas oportunidades de empregos capazes de absorver migrantes das áreas mais atrasadas. Estes não permanecem fixos nos lugares de origem devido à existência de novas oportunidades de trabalho. Por outro lado, a grande cidade, com seus problemas de congestionamento e queda na qualidade de vida, exige elevado montante de recursos que impossibilitam a extensão de frentes de trabalho. Além disso, os problemas de habitação e aqueles dela decorrentes como serviços de água, luz, saneamento e transporte são de solução mais fácil nas cidades menores. A solução de aplicar vultosos recursos nas grandes cidades é duvidosa na mesma medida em que coloca em questão a eficácia da aplicação desses recursos em áreas atrasadas. A ênfase dada ao desenvolvimento das cidades médias baseia-se na capacidade de expansão da oferta de emprego nestas cidades bem como a solução mais fácil e mais rápida dos problemas referentes a seus crescimento. O principal argumento na procura de novas áreas para desenvolvimento é que os investimentos seriam mais proveitosos, uma vez que estas cidades possuem mais economias externas que as pequenas, apresentando ao mesmo tempo as economias de um grande centro, sem terem se transformado ainda em significativos centros geradores de deseconomias externas.⁸

⁸Ver Niles M. Hansen, op.cit., pp. 80-84.

4 - DESENVOLVIMENTO URBANO NO BRASIL

4.1 - Evolução do Processo Urbano

A urbanização brasileira ocorreu de forma mais intensa a partir de 1940, coincidindo a sua intensificação com o processo de industrialização via substituição de importações. Até esta época, o crescimento das cidades corria paralelo à economia primário-exportadora, desenvolvendo-se as atividades econômicas nos núcleos ligados ao comércio exterior bem como nos centros políticos e administrativos. Assim, as mudanças no processo de desenvolvimento, com a aceleração da industrialização e o declínio relativo da atividade agrícola, implicavam na saída de consideráveis contingentes humanos das regiões agrícolas pobres para as cidades, delineando a rede urbana a partir da década de 40. A vantagem de São Paulo como centro mais importante na economia do café e a preponderância do Rio de Janeiro como centro político-administrativo tornavam essas cidades os pólos dinâmicos do desenvolvimento urbano, observando-se tanto a concentração demográfica excessiva como a de atividades nessa região.

Pode-se sentir a amplitude do processo de urbanização pela intensidade das modificações ocorridas no quadro econômico e social do meio rural. A industrialização, por sua vez, não se limitou a instalar indústrias nas cidades. Na realidade, refletiu sua atividade nos diversos setores econômicos e sociais, identificando-se, a partir daí, seu estreito relacionamento com o processo de urbanização. Cabe observar, no entanto, que esse relacionamento não é simples e direto. Existe um processo de desenvolvimento que traz implícita a transferência de parcelas da população do campo para a ci

dade; mas, por outro lado, e como resultado do processo histórico de desenvolvimento, surge o desenvolvimento industrial que pode ser direcionado e impulsionado na medida requerida pelo ritmo do processo de desenvolvimento econômico.

As mudanças ocorridas nas três últimas décadas mostram um crescimento vigoroso das cidades, refletido no aumento da população urbana relativamente à rural. Tomando-se dados censitários podemos ver o fato com clareza. A população urbana referida na Tabela 1 baseia-se na definição utilizada nos Censos Demográficos.¹

TABELA 1

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO NO BRASIL: 1940/1970

ANOS	(1 000 Habitantes)		POPULAÇÃO URBANA/ POPULAÇÃO TOTAL %	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO		
	Total	Urbana		Total	Urbana	Rural
1940	41 236	12 880	31,2	2,4	3,8	1,6
1950	51 944	18 783	36,2	3,2	5,5	1,6
1960	70 992	32 005	45,1	2,9	5,2	0,6
1970	94 509	52 905	56,0			

FONTE: Censos Demográficos, 1940/1970, Brasil, FIBGE.

Em três décadas, a população brasileira mais do que dobrou, ao mesmo tempo em que a parcela urbana foi multiplicada por

¹A população urbana definida pelos Censos Demográficos inclui a população das sedes dos municípios e vilas (quadro urbano e suburbano). No capítulo anterior fez-se menção à população urbana como sendo apenas a população da sede do município.

quatro. Já a taxa de crescimento da população rural manteve-se constante nas duas primeiras, caindo de 1,6 para 0,6% nos anos 60/70. A população urbana registrou um aumento considerável, passando de 1/3 da população total em 1940 para 56% em 1970.²

A ocorrência de rápida urbanização no Brasil é passível de ser detectada computando-se os registros de população. Considerando-se, entretanto, o fato da dimensão territorial do país, é difícil supor que o processo ocorreu de modo uniforme nas diferentes regiões. É bastante conhecida a interligação entre desenvolvimento urbano e localização da atividade econômica. A região Centro-Sul apresentava, assim, considerável vantagem. A distribuição percentual da população, total e urbana, dentro das cinco regiões, mostra que 2/3 da população urbana brasileira estavam concentrados nas regiões Sudeste e Sul. Ao longo dos anos, observa-se diminuição na participação do Nordeste e um acréscimo percentual no Centro-Oeste, indicando a contínua migração e ocupação territorial dessa última região.

TABELA 2

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL E URBANA, SEGUNDO REGIÕES - 1940/1970

REGIÕES	POPULAÇÃO TOTAL				POPULAÇÃO URBANA			
	1940	1950	1960	1970	1940	1950	1960	1970
Norte	3,6	3,6	3,7	3,9	3,1	3,1	3,1	3,1
Nordeste	35,0	34,6	31,6	30,3	26,2	25,2	24,0	22,6
Sudeste	44,5	43,4	43,8	42,7	56,2	57,1	55,6	55,5
Sul	13,9	15,1	16,7	17,6	12,4	12,3	14,0	14,1
Centro-Oeste	3,0	3,3	4,2	5,5	2,1	2,3	3,3	4,7
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Censos Demográficos, Brasil, 1940/1970, FIBGE.

²Um rápido exame do crescimento urbano está em Manoel Augusto Costa, "Urbanização e Migrações Urbanas no Brasil", in *Estudos de Demografia Urbana*, editada por Manoel Augusto Costa, (Rio de Janeiro: IPEA/INPES, Série Monográfica nº 18, 1975) pp. 42-46.

TABELA 3

A URBANIZAÇÃO NAS REGIÕES BRASILEIRAS: 1940/1970

%

REGIÕES	POPULAÇÃO URBANA POPULAÇÃO TOTAL				TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA		
	1940	1950	1960	1970	1940/50	1950/60	1960/70
Norte	27,7	31,5	37,8	45,2	3,7	5,4	5,3
Nordeste	23,4	26,4	34,2	41,8	3,5	5,0	4,6
Sudeste	39,4	47,5	57,4	72,8	4,0	5,2	5,1
Sul	27,7	29,5	37,6	44,6	3,8	6,8	5,2
Centro-Oeste	21,5	24,4	35,0	48,2	4,6	9,5	9,0
Brasil	31,2	36,2	45,1	56,0	3,8	5,5	5,2

FONTE: Censos Demográficos, 1940/1970, Brasil, FIBGE.

A progressiva urbanização da região Sudeste é evidente, pois é a única região com percentual mais elevado que a média nacional, em todas as décadas, registrando em 1970 mais de 70% de sua população como urbana (ver Tabela 3). Ao mesmo tempo é bem interessante a evolução das taxas anuais: sempre próximas à registrada para o país. Por outro lado, as regiões Sul e Centro-Oeste mostram populações urbanas inferiores à média nacional e, no entanto, as taxas de crescimento foram sempre superiores às aquelas. Cabe lembrar, porém, que estes valores estão baseados numa população urbana superestimada decorrente do fato de os censos incluírem a população das sedes dos distritos municipais que nem sempre podem ser consideradas "urbanas". Além disso, a partir de 1955 teve início a ocupação da região Oeste com a transferência da capital para Brasília, ao mesmo tempo que fronteiras agrícolas se expandiam de São Paulo em direção ao norte do Paraná e sul de Mato Grosso.

Não obstante essas ressalvas, resta a questão fundamental da desigual urbanização do país. A região Nordeste mostra níveis quase sempre abaixo da média nacional e das demais regiões. Até a década de 50, as populações retirantes dirigiam-se para o Sudeste, modificando-se este quadro a partir da tentativa de industrialização através da SUDENE.

O desenvolvimento urbano ocorreu na realidade de forma desigual e o desequilíbrio regional é notável até os dias atuais. Em 1970, mais de 1/5 da população urbana estava nos anéis metropolitanos do Rio e São Paulo, sendo que, na última década, esta população cresceu a níveis semelhantes à média nacional: 5,1%. Mesmo assim, houve um ligeiro declínio na predominância des

ses dois centros, passando a sua participação na população urbana do País de 29,3 para 23,4% entre 1940 e 1970.³

Vê-se, então, com clareza, que o período de industrialização acelerada ocorreu simultaneamente a uma intensa urbanização. O deslocamento paralelo dessas variáveis confere valor à hipótese de que o desenvolvimento urbano está ligado ao crescimento industrial. A infra-estrutura básica já existente nas cidades que lideravam as relações comerciais com o exterior permitiu a instalação da indústria nos dois principais pólos da região Centro-Sul e em suas áreas adjacentes. Poucas grandes cidades atingiram crescimento demográfico que pudesse ser considerado excessivo, permanecendo pequenas a maioria das cidades, cujo crescimento médio foi extremamente lento. E, entre estes dois grupos, o estrato de cidades de porte médio não teve desenvolvimento adequado.

É importante, ainda, chamar a atenção para o fato - que assume relevo especial no caso brasileiro - de que o crescimento do emprego na indústria não acompanha, na mesma medida, o aumento da força de trabalho urbana, além de a distribuição geográfica do tamanho das cidades não acompanhar a dimensão industrial. E o subemprego hoje existente nas cidades reflete claramente a insuficiente difusão do processo de desenvolvimento econômico pelas diversas regiões do País.

Conclui-se, assim, que distribuição espacial das cidades brasileiras reflete o fenômeno sobejamento conhecido da excessiva concentração da atividade econômica no Brasil, que notadamente pro

³Os principais indicadores do desempenho do setor urbano entre 1920 e 1970 estão em Hamilton C. Tolosa, "Macroeconomia da Urbanização Brasileira", in *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Vol. 3, nº 3 (Rio de Janeiro, IPEA, outubro de 1973), p. 590.

cura se apropriar de economias de aglomeração ou benefícios de economias externas preexistentes. A estrutura urbana brasileira está baseada em duas grandes metrópoles nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro, cujos estados concentram cerca de 30% da população economicamente ativa do País. No auge do processo de substituição de importação, essas duas metrópoles nacionais tornaram-se os pólos naturais de atração de recursos financeiros e humanos, levando à formação, em função da expansão do sistema de transportes e comunicação, de importante aglomeração urbana em torno dessas duas cidades, cujo eixo de ligação deverá sofrer urbanização homogênea no futuro. Isto beneficiou sobretudo a região Sudeste, hoje a região mais rica do País, constituindo-se no núcleo inovador e difusor de inovações para as demais regiões. A região Sul, como prolongamento natural do Sudeste e em vista do tipo de colonização recebida, incorporou, com relativa facilidade, as mudanças ocorridas na economia.

Já na região Nordeste, a urbanização ocorreu como consequência do processo de desenvolvimento econômico do País como um todo sem que se possa afirmar, entretanto, que tivesse estreita ligação com o processo de industrialização. Ao contrário: as capitais estaduais são os principais núcleos urbanos da região e sua função primeira é a de centros político-administrativos. A mão-de-obra que sai do meio rural, por força do processo de crescimento global do País, não foi, nessa região, ocupada em atividades industriais numa primeira etapa. É o setor terciário que emprega ou subemprega essa mão-de-obra disponível que posteriormente migra em direção ao Sul em busca de melhores oportunidades de trabalho.

É fato reconhecido amplamente, a intensa urbanização verificada nas últimas duas décadas, bem como o caráter diferenciado desse processo entre as diferentes regiões. É certo também que essa urbanização acelerada continuará nas próximas décadas com tendência acentuada para a metropolização. A forma como são distribuídas as cidades, segundo seu tamanho e as modificações observadas ao longo dos anos será objeto de análise na próxima seção.

4.2 - A Distribuição de Cidades no Brasil: Tamanho e Regiões

No caso brasileiro, a primazia de alguns centros refletia a organização urbana segundo o tradicional sistema de hierarquia político-administrativa. Esta hierarquia se acentuava na medida em que crescia a atividade agrícola-exportadora, tendo-se alterado posteriormente em direção a uma maior centralização devido ao tipo de desenvolvimento industrial verificado.

Estabeleceu-se, assim, uma estrutura urbana de cidades primazes que dominava toda uma hierarquia de espaços periféricos. Desta forma, um número reduzido de metrópoles concentra tanto as atividades dinâmicas de alcance regional e/ou nacional como a direção e a propagação do processo de mudanças tecnológicas e inovações em geral. Resultou daí, uma estrutura urbana não-hierarquizada, baseada em cidades primazes, com vasta rede de pequenas cidades sem função complementar às grandes metrópoles, servindo apenas como uma ponte entre o campo e o meio urbano desenvolvido.

O que se verificou inicialmente foi o crescimento acelerado de cidades devido à grande afluência de população rural. Este fluxo era direcionado para as cidades maiores que ofereciam as melhores oportunidades de emprego. Ao longo dos anos, observou-se

alguma diversificação e atualmente, mesmo que uma grande parte ainda se dirija à metrópole, já ocorre uma desconcentração em favor das cidades grandes e médias. O próprio desenvolvimento da indústria, em busca de novos mercados, desloca-se das cidades maiores em direção às menores abrindo novas alternativas que beneficiam cidades de porte inferior.

A população urbana no Brasil, que em 1950 representava 36% da população total, aumentou sua participação, em 1970, para 56%, distribuindo-se por 3.850 centros urbanos.⁴

A Tabela 4 mostra como a população urbana se distribui entre os centros urbanos de diferentes tamanhos.⁵ Os dois extremos, cidades pequenas e metrópoles, apresentam uma queda na sua participação total, sendo este decréscimo mais acentuado para as cidades de porte menor. O crescimento mais acentuado, em termos de população urbana, registrou-se nas cidades grandes que em sua maior parte são capitais estaduais, detectando-se entre elas as metrópoles regionais. Por sua vez, os centros de tamanho intermediário cresceram a taxas superiores à média nacional, e mesmo à das metrópoles, sendo que o número de centros aumentou quatro vezes.

⁴ O número dos centros urbanos não corresponde ao de municípios pelos dados obtidos no trabalho de Milton da Mata, "Urbanização e Migrações Internas", in *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Vol. 3, nº 3 (Rio de Janeiro: IPEA, outubro de 1973), p. 724. Os municípios das Áreas Metropolitanas não foram contados, considerando-se estas como um centro único.

⁵ A partir daqui a divisão em cidades pequenas, médias e grandes seguirá a orientação do capítulo precedente:

- a) Cidades Pequenas: até 50 mil habitantes (pop. urbana);
- b) Cidades Médias: 50 mil - 250 mil habitantes;
- c) Cidades Grandes: 250 mil - 2.000 habitantes;
- d) Metrópoles: acima de 2.000 habitantes.

TABELA 4

POPULAÇÃO URBANA E NÚMERO DE CENTROS NO BRASIL, SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO DOS MUNICÍPIOS - 1950/1970

CLASSES DE TAMANHO (1 000 hab.)	1950		1960		1970		TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO	
	População (1 000 hab.)	Centros	População (1 000 hab.)	Centros	População (1 000 hab.)	Centros	1950/60	1960/70
	Menos de 20	5 747	1 745	10 101	2 509	13 849	3 574	
20 - 50	1 623	55	3 697	107	5 632	177		
<i>Pequenas</i>	7 370 (45,3)*	1 800	13 798 (43,1)	2 616	19 481 (36,8)	3 751	6,5	3,5
50 - 100	1 215	16	2 650	40	3 430	49		
100 - 250	787	4	2 034	15	4 832	34		
<i>Médias</i>	2 002 (12,3)	20	4 684 (14,6)	55	8 262 (15,6)	83	8,8	5,8
250 - 500	1 237	3	1 522	4	1 865	6		
500 - 2 000	630	1	3 440	4	8 363	8		
<i>Grandes</i>	1 867 (11,5)	4	4 962 (15,5)	8	10 228 (19,4)	14	10,2	7,5
Acima 2 000	5 038	2	8 561	2	14 935	2		
<i>Metrópoles</i>	5 038 (30,9)	2	8 561 (26,8)	2	14 935 (28,2)	2	5,4	5,7
TOTAL	16 277 (100,0)	1 826	32 005 (100,0)	2 681	52 906 (100,0)	3 850	7,0	5,2

FONTE: Milton da Mata, "Urbanização e Migrações Internas", in *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 3, nº 3, (Rio de Janeiro, out. 1973), p. 724.

* Os números entre parênteses indicam a participação percentual dos diferentes extratos urbanos no total nacional.

A elevação da população nos grandes centros mostra a preferência dos migrantes; se bem que isto é determinado pelas melhores condições de trabalho aí existentes. As metrópoles e a maioria das cidades grandes são constituídas pelas capitais dos estados e das cidades de maior importância dentro da hierarquia urbana. Mas o notável acréscimo do número de cidades de porte médio, nas duas últimas décadas, revela a existência de outras alternativas para os migrantes além de Rio e São Paulo.⁶ As cidades médias e grandes alojavam 35% da população urbana do País em 1970, quase a mesma parcela representada pelas cidades pequenas, se bem que estas representem a esmagadora maioria dos municípios brasileiros.

Deste modo, o processo de urbanização brasileiro é um processo dinâmico com aumento significativo do número de cidades ocupadas por mais da metade da população total. Além disso, há que se destacar o fenômeno da metropolização, considerando-se que, em 1970, quase 50% da população urbana residia nos centros com mais de 250 mil habitantes.⁷

Tem-se, assim, duas metrópoles (Rio de Janeiro e São Paulo) exercendo a primazia no sistema urbano, seguindo-se as metrópoles regionais (ou metrópoles de segunda ordem) que polarizam as atividades econômicas dentro de cada uma das diferentes regiões. Na parte Norte, estão Belém, Fortaleza, Recife e Salvador, todas com mais de meio milhão de habitantes, sendo que as duas últimas ultra

⁶ Milton da Mata chama a atenção para a absorção de migrantes nas cidades pequenas e médias. Ver Milton da Mata, *op. cit.*, p. 723.

⁷ Jorge Francisconi, e outros, *Política Nacional Desenvolvimento Urbano*, Série Estudos para o Planejamento nº 15 (Brasília: IPEA/IPLAN, 1976), p. 27.

passaram a casa do milhão de habitantes já no Censo de 1970. Porto Alegre desempenha seu papel de capital regional do Sul, com características diversas das metrópoles do Norte; tendo-se Belo Horizonte como centro polarizador da região central do País. Deve-se observar ainda que, mesmo com as regiões metropolitanas definidas por lei, a análise de cada uma delas deve ser feita separadamente devido às nítidas diferenças regionais existentes.

As cidades grandes constituem centros de desenvolvimento das regiões em que se localizam (Campinas e Santos, por exemplo), acumulando algumas delas as características de centro administrativo por serem capitais como é o caso de Brasília, Goiânia, Curitiba e Natal; outras cidades grandes integram ainda as áreas metropolitanas e desempenham atividades complementares à metrópole como Santo André, Osasco, Niterói, Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Considerando-se as cidades com mais de 50.000 habitantes na sede do município (excluindo-se, portanto, as pequenas), observamos que, dos 3.951 municípios existentes, apenas 115 incluíam-se na faixa de cidades médias e grandes em 1970. Deste total, optando-se pelo critério de faixas acima mencionadas, 95 cidades constituiriam o extrato de cidades de porte médio, das quais aproximadamente 2/3 estão localizadas nas regiões Sudeste e Sul.

O que sobressai dos dados é que, na medida que a região vai-se desenvolvendo, observa-se maior crescimento das cidades intermediárias, ao invés de acentuado crescimento das metrópoles, e, por outro lado, pequeno aumento da população das cidades pequenas, provocando, assim, uma distribuição mais homogênea do tamanho das cidades.

É fundamental, entretanto, verificar a distribuição espacial desses centros urbanos. Na região Nordeste, 1/4 das cidades

de porte médio são capitais estaduais e, das demais, 60% estão con-
centradas nos estados da Bahia e Pernambuco, donde se conclui que
há uma distribuição fortemente desigual de cidades numa região que
concentra 30% da população brasileira.

Por outro lado, mais de 60% das cidades com mais de
50.000 habitantes está localizada nas regiões Sudeste e Sul. São
Paulo é o estado com estrutura urbana mais hierarquizada, com uma
grande metrôpole (com todos os seus aspectos positivos e negati-
vos), quatro grandes cidades em sua área de influência direta e 27
centros intermediários espalhados pelo estado; parte estendendo-se
para o eixo Rio-São Paulo e parte tendendo para o interior em dire-
ção à região Centro-Oeste. O Estado do Rio de Janeiro, dado o seu
tamanho geográfico, apresenta centros urbanos distribuídos em todo
seu território, concentrando-se os maiores no anel metropolitano.
Os estados do Sul tendem a ter pólos dinâmicos distribuídos de acor-
do com suas atividades econômicas, ao contrário dos estados do Nor-
te-Nordeste, onde sobressaem as capitais e umas poucas cidades mē-
dias, estas também concentradas em sua maioria em Pernambuco e na
Bahia.

Os padrões de desenvolvimento de uma economia primário-
exportadora, ao originar e reforçar a importância desmensurada de
uns poucos centros urbanos brasileiros, foram os responsáveis pelo
enquadramento do nosso processo de urbanização no modelo de cidade
primaz. Neste se evidencia um sistema urbano funcionando em torno
de uma grande cidade com funções econômicas, comerciais e adminis-
trativas. Estudos recentes, entretanto, têm destacado que a evi-
dência empírica não ratifica a caracterização do processo sob

esse aspecto, pois, mesmo que tenha ocorrido, não o foi de forma pronunciada.⁷

De fato, não se pode responsabilizar uma única grande cidade pelo desenvolvimento urbano ocorrido no País. De acordo com a evolução dos ciclos econômicos no Brasil, o núcleo central de cada área em evidência tornava-se o centro polarizador do desenvolvimento urbano, mantendo essa condição durante toda a fase e mesmo após o declínio da atividade econômica básica. Os centros políticos e administrativos também se instalavam na cidade e assim se desenvolveram Recife, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro nas diferentes regiões. No entanto, com o advento da industrialização, a cidade de São Paulo, em função dos recursos gerados pela economia do café, tornou-se a principal metrópole nacional passando a ocupar a primazia do sistema urbano. Seu crescimento acelerado criou um espaço vazio entre a metrópole e as cidades menores. O desenvolvimento econômico verificado nas duas últimas décadas difundiu-se pelo território nacional determinando o aparecimento de número considerável de cidades com mais de 500 mil habitantes.⁸ Mais recentemente, o maior desenvolvimento relativo de alguns centros médios leva à hipótese de um processo inicial de desconcentração que deverá resultar numa forma urbana mais hierarquizada.

Pode-se concluir, então, que a distribuição das cidades brasileiras, segundo seu tamanho tende para uma forma lognormal. Não se deve esquecer, porém, que o processo de urbanização está in

⁷Ver Vilmar Faria, "O Sistema Urbano Brasileiro - Um Resumo das Características e Tendências Recentes", in *Estudos Cebrap*, nº 18 (São Paulo: Editora Brasiliense, Out/Dez. 1976), pp. 93-115.

⁸Em 1950 existiam apenas 3 cidades com mais de 500 mil habitantes. Este número passou para 11 em 1970.

timamente relacionado com o desenvolvimento da atividade econômica. E esta ainda apresenta elevada concentração na região Centro-Sul do País, estando, portanto, bastante distante de uma distribuição homogênea. É importante notar que, nos últimos anos, a economia brasileira teve um avanço notável, atravessando uma importante fase de transição em direção a um estágio de desenvolvimento mais integrado.

Parece, assim, que o sistema urbano tende a refletir tal fase de transição. Não se depende mais de um único produto agrícola de exportação, tendo-se inclusive atingido elevado grau de desenvolvimento industrial. A tendência à desconcentração; mesmo que numa fase embrionária, mostra a reação do sistema urbano a essa fase de transição urbana ainda que o fenômeno da metropolização deva continuar a se fazer sentir nos próximos anos.

4.3 - A Atividade Econômica nas Cidades Brasileiras

O crescimento das cidades no Brasil refletiu o avanço do processo de crescimento econômico do País, em especial da atividade industrial. De fato, as cidades, abrigando 56% da população brasileira em 1970, eram, ao mesmo tempo, responsáveis pela geração de 70% do PIB. A renda urbana, por sua vez, era gerada em cerca de 40% pelo setor secundário e em aproximadamente 60% pelo setor terciário, apresentando-se a atividade industrial como o elemento dinâmico do crescimento urbano.⁹

Por outro lado, a concentração regional da indústria é notória: a região Sudeste congrega 55% da população urbana do País,

⁹Ver Hamilton C. Tolosa, *op. cit.*, p. 590.

detendo, ao mesmo tempo, 73% do emprego industrial. Os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, que abrigam 30% da população economicamente ativa do País, possuem 12% desta, ligada a atividades industriais.

TABELA 5

DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO E DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL,
SEGUNDO TAMANHO DAS CIDADES: 1960 e 1969

TAMANHO DAS CIDADES	1960		1969	
	Emprego Industrial	Valor da Transformação Industrial	Emprego Industrial	Valor da Transformação Industrial
Pequenas	39,1	29,1	27,4	23,6
Médias	8,4	12,7	15,5	12,5
Grandes	9,2	7,6	10,9	9,3
Metrópoles	43,3	50,6	46,2	54,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Hamilton C. Tolosa, "Macroeconomia da Urbanização Brasileira", op. cit., p. 602.

A Tabela 5 nos mostra como o emprego na indústria de transformação e o valor da transformação industrial estão divididos entre as cidades de diferentes tamanhos. A metade do valor da transformação industrial é gerado nas duas metrópoles brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, sendo também responsáveis por parcela quase idêntica do emprego neste setor. As cidades com mais de 250 mil habitantes detinham, em 1970, quase 60% do emprego industrial,

notando-se, porém, um aumento considerável da participação das cidades médias na distribuição global.

A primazia econômica das duas maiores cidades brasileiras é incontestável e mesmo ocorrendo um crescimento significativo das cidades menores ainda assim demandaria bom espaço de tempo para atingir maior homogeneidade. Além disso, essa concentração nessas duas cidades indica, de outro modo, a excessiva concentração geográfica que beneficia apenas uma região em detrimento das demais. Um primeiro indício de desconcentração surge com o crescimento de algumas cidades de porte médio, se bem que se mostrou, em análise anterior, a sua localização não equilibrada espacialmente.

Em síntese, o processo urbano, com seu caráter dinâmico, e mesmo apresentando grandes desequilíbrios entre as várias regiões, revela uma tendência a se espalhar de forma mais homogênea. A preocupação com o desenvolvimento econômico das demais regiões é uma constante, já se orientando a localização industrial em direção a uma maior desconcentração espacial.

A formação de uma estrutura hierarquizada de centros urbanos é uma tendência natural no processo de desenvolvimento urbano a nível nacional. Claro está que a distribuição do sistema de cidades pode sofrer alterações de acordo com a política urbana como também em função, e principalmente, da política econômica global desenvolvida.

O grande aumento do número de cidades médias faz com que o desenvolvimento adequado desse extrato surja como opção dentro dos caminhos do desenvolvimento urbano. Uma tentativa de analisar esse extrato para, a partir daí, obter meios mais eficazes de incentivar estas cidades será feito no capítulo seguinte. Escolher-

se-ã um determinado número de cidades médias numa tentativa de elaborar uma tipologia das mesmas e verificar em que medida revelam-se importantes dentro do processo de urbanização.

5 - AS CIDADES MÉDIAS NO BRASIL

5.1 - Introdução

Nos capítulos precedentes foi visto como o tamanho urbano está relacionado ao tipo de desenvolvimento econômico seguido pelo País. O sistema urbano, bastante concentrado regionalmente, e o crescimento acelerado das grandes cidades têm exigido estudos mais detalhados de cada tamanho de cidade e de como se dá o relacionamento entre elas. O elevado custo desse crescimento desordenado leva a uma busca de soluções alternativas de modo a fornecer elementos à elaboração de uma Política de Desenvolvimento Urbano.

Vários estudos têm sido realizados nos últimos anos para verificar a ocupação do espaço geográfico e a forma como tem ocorrido tal ocupação. O estudo de migrações, o desenvolvimento da indústria e do setor Serviços, bem como os investimentos empregados no crescimento das cidades, são incluídos em trabalhos de diversos autores.¹

Com a institucionalização das Áreas Metropolitanas,² teve início a preocupação efetiva com soluções a nível nacional para os problemas urbanos surgidos. Até então, o planejamento urbano tinha características de planejamento local, a nível de municípios.³

¹ Seria impossível listar a totalidade dos trabalhos. Ver, por exemplo, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Vol. 3, nº 3, (Rio de Janeiro: IPEA, outubro de 1973).

² Lei Complementar 14, de 08-06-1973.

³ Um histórico do planejamento urbano no Brasil está em Hamilton C. Tolosa, "Política Urbana e Redistribuição da Renda", in *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Vol. 7, nº 1, (Rio de Janeiro: IPEA, abril 1977).

Foram criadas nove áreas metropolitanas, nas diferentes regiões geográficas, e seu planejamento não pode ser feito de modo uniforme. As características próprias de cada região exigem soluções adequadas a cada uma delas. Deve-se lembrar que as Regiões Metropolitanas englobam cidades de diferentes tamanhos sob influência do núcleo central, e, desta forma, a política traçada deve levar em consideração as inter-relações existentes entre os centros.

As cidades de porte menor, por outro lado, não podem ser esquecidas no planejamento urbano. Claro está que tal programa não pode descrever nominalmente todas as cidades existentes no País, mas procura traçar normas aplicáveis aos diversos extratos existentes. Deste modo, nestes dois últimos anos, tem-se realizado diferentes estudos que forneçam os elementos necessários à elaboração de um Programa de Desenvolvimento de Cidades Médias.

O presente trabalho, como já foi destacado na Introdução, pretende ser uma contribuição ao estudo deste segmento de cidades. Com base na discussão teórica efetuada anteriormente, foi escolhido certo número de cidades, que apresentavam algumas características comuns. Pretende-se empreender uma análise mais global destas cidades, segundo os diferentes indicadores existentes para aferir o desempenho do setor urbano, com o propósito de se chegar a um relatório sobre a situação atual das cidades denominadas médias.

Através da identificação das características mais significativas das cidades de porte intermediário, pode-se verificar o desenvolvimento destas cidades e o nível de vida que podem oferecer a seus habitantes. Por outro lado, o crescimento da atividade econômica e sua diversificação com simultânea geração de novos em-

pregos e ainda o grau de relacionamento entre os diversos centros são bons indicadores das potencialidades deste estrato urbano como uma forma alternativa de crescimento das cidades.

5.2 - Cidades e Indicadores Escolhidos

A tarefa mais delicada num trabalho como este é determinar as cidades consideradas importantes para o estudo. Qual seria um critério ótimo para a escolha destas cidades? Não se pretende que a forma decidida para a escolha seja o critério perfeito. Apenas existe uma exigência de ordem prática necessária para levar avante o presente estudo. Não se pode incluir todas as cidades consideradas como médias segundo as definições existentes, quer pelo simples tamanho, quer por sua estrutura econômica, ou ainda pelo fato de fornecer algum tipo de solução rápida para o problema existente. Isso seria assunto para um trabalho exaustivo sobre as cidades brasileiras de porte médio.

Exige-se, assim, uma definição do critério a ser utilizado no presente estudo. Como ponto de partida, estabeleceu-se a definição de cidade média apenas em função de sua população urbana, ou seja, as cidades escolhidas estariam na faixa de 50 a 250 mil habitantes.⁴

Em função do tipo de desenvolvimento urbano ocorrido no Brasil, quatro aspectos foram considerados importantes na presente escolha.

Em primeiro lugar, existe o fenômeno da metropolização, de importância fundamental na compreensão do crescimento urbano,

⁴População da sede do Município.

quando o núcleo de base industrial cria centros satélites à sua volta, expandindo sua área de influência e levando, numa fase posterior de desconcentração, ao aparecimento de cidades menores dentro e fora da área metropolitana. Na região do Rio e São Paulo, por exemplo, algumas cidades médias tiveram crescimento mais acelerado que capitais de estados do Nordeste devido, por um lado, à expansão econômica (atividade industrial) do núcleo central e, por outro, por disporem de melhores vias de acesso às áreas metropolitanas próximas.

O segundo aspecto diz respeito ao surgimento de melhores vias de comunicação com a implantação de uma infra-estrutura de transportes, especialmente transporte rodoviário, dando origem ao crescimento de cidades ao longo dos eixos de ligação das metrópoles nacionais e/ou regionais. Essas ligações entre metrópoles transformaram-se em eixos de desenvolvimento, expandindo-se, por exemplo, as cidades de base industrial do Vale do Paraíba. No entanto, tal situação determinou também o crescimento de cidades médias sem ocorrência de crescimento industrial, como no caso da ligação Rio-Bahia, onde se destacam cidades como Governador Valadares, Teófilo Otoni, Vitória da Conquista e Jequié.

A interiorização constitui o terceiro ponto importante, refletindo o avanço de frentes pioneiras e a expansão das áreas agrícolas. Novas cidades - algumas com crescimento rápido - desempenham o papel de centro principal canalizando para si a armazenagem de produtos agrícolas, a implantação de agro-indústrias e a instalação do aparelho burocrático e bancário. Por outro lado, crescem novos centros em áreas antes vazias, como também em regiões de fronteira, devido à necessidade de ocupação dessas áreas por mo

tivos técnicos e pressão populacional. Cidades médias, que tiveram crescimento rápido e que se encontram, em certa medida, afastadas dos grandes centros, seriam de grande importância como pólos de desenvolvimento para uma política de interiorização.

Finalmente, a questão ligada à função administrativa dos centros urbanos, responsável pelo desenvolvimento de várias cidades, principalmente capitais estaduais em regiões mais atrasadas. Há que se notar a importância do setor público no fornecimento de infra-estrutura social-urbana, a saber: educação, saúde, saneamento, comunicação, abastecimento, etc., bem como sua influência sobre o aparelho produtivo com a manipulação pelo governo de incentivos fiscais, creditícios e outros, condicionando, de certa forma, os padrões de localização das atividades direta e indiretamente produtivas, o que, em última instância, determina a distribuição das cidades no território nacional.

Estas questões foram importantes sinalizadores na determinação de cidades propostas no estudo. Estes aspectos ligados ao tamanho urbano e características regionais resultaram no critério a seguir exposto.

Em 1970, existiam no Brasil, segundo o Censo Demográfico, 95 cidades que podiam ser consideradas médias, segundo o tamanho de sua população urbana. Entretanto, não se decidiu trabalhar com todas elas, dado que algumas apresentam certas características que desfiguram a cidade média em si e, no caso de uma política urbana, trariam a duplicação de investimentos nestas cidades. Este é o caso de muitas capitais de estados do Nordeste que, como capitais, já recebem tratamento especial no âmbito da política urbana e sempre se constituem, dado seu caráter político-administrativo,

em pontos de atração e aplicação de recursos. Por outro lado, existem as cidades médias localizadas nas áreas metropolitanas. Com a institucionalização destas últimas, torna-se redundante incluí-las num estudo de cidades médias, uma vez que existem programas específicos para solução de problemas de áreas metropolitanas. Supõe-se que o incentivo a cidades médias localizadas nestas regiões em que nada ajudaria a solução dos problemas existentes nestas áreas.

Observe-se, no entanto, que as cidades escolhidas no presente trabalho reuniram, de início, as cidades médias localizadas nos estados onde estão definidas as áreas metropolitanas, não obstante as cidades integrantes destas áreas estejam excluídas. Optou-se por partir desses estados ao se considerar que nos mesmos predominam as principais atividades econômicas do País, concentrando mais de 70% da população economicamente ativa do País. Em especial os estados do Sudeste-Sul, os mais desenvolvidos economicamente, constituem atração natural para novos recursos devido a economias de aglomeração aí existentes, e, também, para populações em busca de melhores condições de vida, de vez que são estados que, de início, oferecem melhores rendimentos. Não se considera aqui os custos internalizados pelas pessoas, o que implica muitas vezes em queda da qualidade de vida.

Muito se tem discutido a respeito da desconcentração das áreas metropolitanas. Com o desenvolvimento econômico até aqui observado e o padrão de localização seguido pelas atividades econômicas, deve ficar claro que tal desconcentração não se fará num toque de mágica, porém exigirá mudanças mais profundas no modelo seguido até aqui. Uma primeira tentativa poderia ser o desenvolvimento de outras regiões dentro dos estados onde se situam as áreas metropolitanas. Isto se explica pelo fato de que as cidades médias

do interior do estado seriam um primeiro freio para a crescente concentração de pessoas e recursos dentro daquelas áreas específicas. Pode-se argumentar que não ocorre grande desconcentração, uma vez que a população desses estados continuaria a crescer. De fato, a tendência à metropolização é um fenômeno inerente ao nosso crescimento urbano e tudo indica que será mantida nos próximos anos. Não se deve esquecer, porém, que a intensa migração para as áreas metropolitanas pode diminuir com a abertura de oportunidades de emprego em regiões onde a renda média não difira muito. Nas regiões metropolitanas dos estados do Sudeste-Sul, devido à concentração existente das atividades econômicas, são oferecidas as melhores oportunidades à população migrante. A localização dessa população em cidades fora dessas áreas pode proporcionar as mesmas condições de ganhos e oferecer melhor qualidade de vida. Cidades como Araraquara, Araçatuba, São José do Rio Preto, Barretos, Bauru, Presidente Prudente e Franca no Estado de São Paulo, enquadrar-se-iam no caso acima mencionado.

Nos outros estados, também se encontram cidades com estas características, o que, juntamente com outros aspectos abordados anteriormente, resultou na escolha das 66 cidades que integram o presente estudo.

O Estado de Santa Catarina, por exemplo, possui um grupo de cidades que, pelo tamanho de sua população, são consideradas mêdias. São distribuídas de tal modo que parte delas (localizadas no Vale do Itajaí) está mais ligada a Curitiba, e, outras mais ao Sul, estão na área de influência de Porto Alegre. Dada sua localização entre estas duas importantes áreas metropolitanas e suas características de pólos de crescimento, julgou-se oportuno inclui-

las no estudo. Os Estados do Goiás e Mato Grosso sofreram ocupação territorial mais intensa nos últimos anos e o desenvolvimento de cidades aí existentes seria de grande proveito para a região.

A seguir, são listadas as cidades consideradas no trabalho, abrangendo os Estados do Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso.

ESTADOS	CIDADES
Pará	Santarém.
Ceará	Juazeiro do Norte, Sobral.
Pernambuco	Caruaru, Garanhuns.
Bahia	Alagoinhas, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Jequiê, Vitória da Conquista.
Minas Gerais	Barbacena, Divinópolis, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Poços de Caldas, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Uberaba, Uberlândia.
Rio de Janeiro	Barra Mansa, Campos, Nova Friburgo, Teresópolis, Volta Redonda.
São Paulo	Americana, Araçatuba, Araraquara, Barretos, Bauru, Franca, Guaratinguetá, Jundiaí, Limeira, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Rio Claro, São Carlos, São José dos Campos, São José do Rio Preto, São Vicente, Sorocaba, Taubaté.
Paraná	Londrina, Maringá, Paranaguá, Ponta Grossa.
Santa Catarina	Blumenau, Crisiúma, Itajaí, Joinville, Lages, Tubarão.
Rio Grande do Sul	Bagé, Cachoeira do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria, Uruguaiana.
Goiás	Anápolis.
Mato Grosso	Campo Grande.

Do total de 29 cidades médias não incluídas no estudo, 16 pertencem a Regiões Metropolitanas definidas por lei, das quais a

maioria pertence a São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, enquanto outras 9 cidades são capitais de estado. Cabe destacar que, no presente estudo, só foram consideradas cidades já existentes e com população que as enquadra no extrato de cidades de porte médio. Não deixa de ser uma falha a não inclusão de cidades que, mesmo sem características de cidades médias, deveriam ser incentivadas, quer em regiões de fronteira quer em regiões de desenvolvimento agrícola recente e que no futuro poderiam desempenhar papel de centros regionais de desenvolvimento e ocupação territorial.

Além disso, ao se observar a distribuição espacial das atuais cidades consideradas como de porte intermediário, nota-se sua excessiva concentração ao longo da costa Leste do País. Poucas são as cidades que se situam em direção ao interior. Destaca-se novamente o Estado de São Paulo, onde existe uma linha de cidades no sentido Oeste, na direção de Mato Grosso, e, para o Norte, em direção a Minas Gerais. No Paraná, com a penetração da agricultura para o interior, verificou-se a expansão de algumas cidades nesta rota, e, no Sul, também existem cidades nas regiões fronteiriças.

Entretanto, permanece um grande vazio no Norte e Nordeste. Deve-se pensar, no futuro, no desenvolvimento de cidades no Nordeste, não ao longo da costa, mas num espaço geográfico mais interiorizado, passando pelo sertão baiano e atingindo o norte de Minas Gerais. Mas isto demandaria um estudo mais aprofundado, onde se verificaria, inclusive, a ocupação do Norte e do Centro-Oeste.

Após a listagem das cidades e do porquê de sua inclusão no estudo, surgiu a questão de como enquadrá-las num marco analítico adequado. De início, deve-se ter em conta que, cidades localizadas em diferentes regiões do País e com uma população urbana

que vai de 50 a 250 mil habitantes, não podem ser comparadas segundo um critério único. Basta ter em mente que as metrópoles não possuem a mesma dimensão e por isso mesmo são vistas como metrópoles nacionais ou regionais. O mesmo acontece com as cidades médias. Os centros localizados ao redor da área da Grande São Paulo, e mesmo aqueles situados no interior do Estado com atividades industriais definidas, não podem ser comparadas com os centros médios do Nordeste, que, na maioria, são capitais estaduais. Mesmo analisando apenas as 66 cidades predeterminadas, não se pode esquecer as características regionais existentes.

Assim, considerando as diferentes localizações geográficas, os indicadores teriam como medida o tamanho da população; as principais atividades econômicas desenvolvidas na cidade: indústria, comércio, serviços, turismo, etc.; o número de pessoas empregadas nas diferentes atividades bem como o dinamismo dessas atividades; o valor do produto; o rendimento mensal e o nível de escolaridade da população, além da atração que a cidade exerce sobre pessoas de outros municípios e estados.

Além desses indicadores, que podem medir as condições econômicas do município, pode-se trabalhar com indicadores das condições de infra-estrutura e/ou sociais, a saber: as condições de habitação através do número de moradias habitáveis, moradias habitadas, mesmo sem condições, e número de pessoas por moradia; condições de saúde, de acordo com o número de hospitais, números de médicos e leitos por habitante; saneamento básico (rede de água e esgoto); iluminação pública e transportes.

A partir da observação de algumas destas variáveis em 1950 e 1970, será feita uma análise das mudanças ocorridas nessas

idades nos últimos anos. A situação atual, baseada em dados censitários de 1970 e alguns outros mais recentes para 1975, mostrará a importância dessa faixa de cidades de porte intermediário e qual seu potencial frente ao desenvolvimento urbano vindouro.

5.3 - O Crescimento das Cidades Médias

A população dos 12 estados onde se localizam as 66 cidades selecionadas correspondia, em 1970, a 89% da população urbana do país, sendo que três estados do Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) detinham 54% do total urbano nacional. Por outro lado, somente os 9 estados onde se localizam as Áreas Metropolitanas abrigam 82% da população urbana brasileira, novamente, dois estados se destacam nesse conjunto quando se verifica que 28% da população urbana do País está localizada nas Regiões Metropolitanas do Rio e de São Paulo. Desse modo, reafirma-se a importância desses estados no processo de urbanização. De fato, são as capitais dos estados e as cidades que com elas formam as Áreas Metropolitanas que surgem como principais núcleos residenciais da população urbana, se bem que as 66 cidades médias escolhidas para o presente estudo já concentrem cerca de 12% da população urbana do País.

Os dados apresentados acima reforçam a afirmação anterior sobre a concentração da população urbana nos estados do Sudeste. Por outro lado, a existência das Áreas Metropolitanas nas diferentes regiões reflete certa dispersão espacial da população urbana, revelando ainda, segundo os dados disponíveis, indícios de mudança na distribuição espacial dessa população. O próprio fato de que o extrato mais amplo de 95 cidades médias (que inclui, além de outras, as localizadas dentro das Áreas Metropolitanas) atingiu cerca de 16% da população urbana total exemplifica concretamente essa mudança distribucional e aponta em direção à necessidade de estudos mais detalhados nessa área.

Nesse item se verá em detalhe a evolução populacional desta faixa de cidades denominadas médias. Na Tabela 6 apresenta-se a distribuição das cidades selecionadas e de sua população urbana segundo as regiões do País. A região Norte só apresenta uma cidade de interesse para o estudo e dessa forma foi englobada numa região

TABELA 6

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO NÚMERO DE CIDADES E DA POPULAÇÃO

URBANA SEGUNDO DIFERENTES TAMANHOS DE CIDADES MÉDIAS: 1970

TAMANHO DAS CIDADES (1 000 hab.)	SUDESTE		SUL		NORTE/NORDESTE		CENTRO-OESTE		TOTAL	
	Nº Centros	População Urbana	Nº Centros	População Urbana	Nº Centros	População Urbana	Nº Centros	População Urbana	Nº Centros	População Urbana
50 - 100	21	1 490 700	14	931 294	9	569 768	1	89 330	45	3 081 092
100 - 150	10	1 209 794	2	228 592	2	227 887	1	130 615	15	1 796 888
150 - 200	3	510 486	2	306 492					5	816 978
Acima de 200	1	218 856							1	218 856
TOTAL	35	3 429 836	18	1 466 378	11	797 655	2	219 945	66	5 913 814

FONTE: Censo Demográfico, Brasil, 1970 FIBGE.

única com o Nordeste. A região Centro-Oeste também só está representada por 2 centros, um considerado superior e outro inferior.

Dois pontos devem ser destacados. Primeiro, o fato de as cidades médias localizadas fora das Áreas Metropolitanas contarem, em sua maioria, com menos de 100 mil habitantes (quase 70% das cidades selecionadas estão nessa faixa). Estas cidades podem receber a denominação de cidades médias inferiores,⁵ considerando-se como superiores aquelas com mais de 100 mil e menos de 250 mil habitantes. Uma grande parte das cidades médias integrantes das Regiões Metropolitanas pertencem a esta última faixa, além de oito capitais estaduais, várias delas do Nordeste. Isto vem a demonstrar a grande diferença das cidades médias nas diferentes regiões. Enquanto nas regiões Sudeste e Sul, dentre as 66 selecionadas, existem 35 cidades médias com menos de 100 mil habitantes, no Nordeste existem apenas 9 nesta mesma faixa, quase todas concentradas na Bahia e em Pernambuco, o que revela certa descontinuidade intra-regional no perfil de tamanhos urbanos. Apenas duas cidades médias nordestinas no presente trabalho (Feira de Santana, BA e Caruaru, PE) podem receber a denominação de médias superiores; as demais constituem em capitais de estado e não foram consideradas neste estudo. Em segundo lugar, destaca-se novamente a região Sudeste com 35 centros intermediários, dos quais 20 localizados no Estado de São Paulo, validando a hipótese de maior homogeneidade na distribuição dos centros nesta região.

O grau de urbanização atingido pelas cidades médias nos anos censitários e as taxas anuais de crescimento da população urbana podem ser observadas nas Tabelas 7 e 8. As cidades foram agrupadas segundo a sua população urbana em 1970 em quatro grupos de tamanho dentro de cada uma das regiões em que estão localizadas. O

⁵ Hamilton C. Tolosa, "Macroeconomia da Urbanização Brasileira", in *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Vol. 3, nº 3, (Rio de Janeiro: IPEA, outubro 1973) p. 595.

TABELA 7

URBANIZAÇÃO NAS CIDADES MÉDIAS INFERIORES E SUPERIORES, SEGUNDO REGIÕES: 1950/1970

REGIÕES E CIDADES MÉDIAS ¹	POPULAÇÃO URBANA ²		POPULAÇÃO URBANA %		TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA		PESSOAS NÃO NATURAIS DO MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA	% MIGRANTES RECENTES ³ 1970	% MIGRANTES PROCEDENTES DA ZONA URBANA 1970	
	1950	1960	1970	1950	1970	1950/60				1960/70 %
				1950	1960	1970	1950/60	1960/70 %	POPULAÇÃO TOTAL 1970 %	
<u>Sudeste</u>										
Inferiores Superiores	521 244 635 974	944 112 1 179 076	1 490 700 1 939 136	49,5 55,9	64,8 68,7	79,9 83,5	6,1 6,4	4,6 5,1	37,0 37,7	70,9 78,9
<u>Sul</u>										
Inferiores Superiores	341 737 187 619	652 886 334 679	931 294 535 492	40,5 55,1	59,8 62,4	69,2 72,6	6,7 6,0	3,6 4,8	29,3 36,1	72,3 64,6
<u>Norte/Nordeste</u>										
Inferiores Superiores	206 620 70 060	377 030 126 083	569 768 227 887	25,6 33,3	41,8 50,8	61,3 69,1	6,2 6,1	4,2 6,1	21,7 26,0	74,3 79,9
<u>Centro-Oeste</u>										
Inferiores Superiores	18 350 31 708	48 847 64 447	89 330 130 615	36,5 55,6	71,1 86,8	85,1 93,1	10,3 7,3	6,2 7,3	46,6 41,5	81,4 82,8
TOTAL	2 013 312	3 727 160	5 913 814	44,7	61,2	76,0	6,4	4,7	33,7	74,0

1 FONTE: Censos Demográficos, 1950/1970, Brasil, FIBGE.

2 Cidades Médias Inferiores: 50 mil - 100 mil habitantes na sede municipal.
Cidades Médias Superiores: 100 mil - 250 mil habitantes na sede municipal.

3 População urbana da sede do município.

4 Migrantes com menos de cinco anos no município.

TABELA 8

URBANIZAÇÃO NAS CIDADES MÉDIAS, SEGUNDO REGIÕES E TAMANHO DE CIDADES: 1950/1970

REGIÕES E CLASSES DE TAMANHO URBANO (1 000 hab.)	POPULAÇÃO URBANA ²			POPULAÇÃO URBANA POPULAÇÃO TOTAL %			TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA		PESSOAS NÃO NATURAIS DO MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA	% MIGRANTES RECENTES ³ 1970	% MIGRANTES PROCEDENTES DA ZONA URBANA 1970
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950/60	1960/70 %			
Sudeste											
I - 50 - 100	521 244	944 112	1 490 700	49,5	64,8	79,9	6,1	4,6	37,0	37,3	70,9
II - 100 - 150	357 223	738 085	1 209 794	60,9	77,3	87,6	7,5	5,0	43,7	36,8	80,9
III - 150 - 200 ¹	193 756	316 012	510 486	45,7	54,7	72,2	5,0	4,9	27,2	33,6	76,5
IV - 200 - 250 ¹	84 995	124 979	218 856	66,9	68,5	91,8	3,9	5,8	34,6	34,4	80,9
Sul											
I - 50 - 100	341 737	652 886	931 294	40,5	59,8	69,2	6,7	3,6	29,3	37,4	72,3
II - 100 - 150	76 510	139 289	228 592	54,0	62,3	75,8	6,2	5,1	28,7	38,7	68,7
III - 150 - 200	111 109	195 390	306 492	55,8	62,4	70,3	5,8	4,6	41,1	36,6	62,4
Norte-Nordeste											
I - 50 - 100	206 620	377 030	569 768	25,6	41,8	61,3	6,2	4,2	21,7	38,9	74,3
II - 100 - 150	70 060	126 083	227 887	33,3	50,8	69,1	6,1	6,1	26,0	44,3	79,9
Centro-Oeste											
I - 50 - 100 ¹	18 350	48 847	89 330	36,5	71,1	85,1	10,3	6,2	46,6	40,8	81,4
II - 100 - 150 ¹	31 708	64 447	130 615	55,6	86,8	93,1	7,3	7,3	41,5	46,7	82,8
TOTAL	2 013 312	3 727 160	5 913 814	44,7	61,2	76,0	6,4	4,7	33,7	37,5	74,0

FONTE: Censos Demográficos, 1950/1970, Brasil, FIBGE.

¹ Apenas uma cidade.² População urbana da sede do município³ Migrantes recentes são aqueles com menos de 5 anos de residência no município.

Grupo I corresponde às cidades médias inferiores e a soma dos Grupos II, III e IV nos dá as superiores. As cidades permanecem fixas nos grupos de acordo com os dados para 1970; a mudança de um grupo para outro, nos anos anteriores, implicaria na determinação de novo critério de cidades médias para 1950 e 1960, de acordo com a distribuição e dimensão populacional daqueles anos. Numa tabela do Anexo, encontra-se a distribuição detalhada das cidades médias apresentadas, refletindo o desenvolvimento dentro das diferentes regiões.

A intensidade do processo de urbanização brasileiro, de resto já bastante conhecido, torna-se evidente numa análise mais detalhada das cidades médias. Em 1970, estas cidades, tanto as superiores como as inferiores, possuíam 2/3 de sua população total residindo nas sedes urbanas, com pequena queda nas médias inferiores do Norte/Nordeste. Deve-se notar, entretanto, que as cidades superiores sempre tiveram grau de urbanização mais elevado nas três décadas observadas, o que revela maior atração exercida por estas cidades devido a melhores oportunidades aí existentes.

As taxas de crescimento anual da população urbana entre 1950 e 1970 apresentam dois aspectos. Primeiro, entre 1950 e 1960, tanto as cidades inferiores como as superiores, no seu conjunto, apresentaram um crescimento em torno de 6%, independentemente das regiões em que se situam; a exceção ficou com a região Centro-Oeste, onde Anápolis e Campo Grande tiveram crescimento excepcional devido à instalação da nova capital naquela região. Por outro lado, vemos que, no período 1960/1970, o conjunto de cidades médias superiores teve crescimento mais elevado que a faixa inferior em todas as regiões. A região Centro-Oeste continuou com taxas elevadas bem acima da média total.

Ao se considerar as taxas de crescimento das cidades isoladamente, pode-se verificar seu desempenho satisfatório no processo de urbanização ao acompanharem a média nacional, especialmente

na década de 1950. Neste período, poucas cidades cresceram abaixo da média nacional de 5,5% ao ano. Já no período 1960/70, as taxas são bem menores, excluindo-se a região Centro-Oeste pelos motivos acima mencionados.

Na Tabela 8, as cidades médias superiores foram subdivididas em três grupos. Não se obtém no caso maiores informações quanto ao grau de urbanização, e, no tocante às taxas de crescimento, as diferenças mais evidentes refletem o caso de cidades isoladas (é o caso de Juiz de Fora, única cidade no Grupo IV do Sudeste).

Em síntese, o que se pode verificar através das taxas de crescimento é o caráter dinâmico dos centros de porte intermediário, conseguindo alguns deles dinamismo equivalente ao dos centros maiores. O declínio observado nos dados da última década é coerente com o crescimento urbano brasileiro, destacando-se, entretanto, cidades com atividade econômica bem delineada como é o caso de Franca, São José dos Campos, Juiz de Fora, Juazeiro do Norte e Montes Claros, entre outras. As variações dentro do extrato de porte intermediário acentuam-se nas cidades com mais de 100 mil habitantes ou então com população inferior a esta. Na faixa de cidades médias superiores, pode-se observar grande dinamismo em busca da auto-suficiência, já existindo indicações de economias de escala na arrecadação e em atividades governamentais e de administração em geral.⁶

O deslocamento das populações também põe em relevo aspectos diferenciados entre as regiões. A região Sudeste apresenta, em 1970, percentagens mais elevadas de pessoas de outros municípios residentes nas cidades escolhidas do que as demais regiões, destacando-se, no entanto, a elevada atração exercida pelos núcleos do Centro-Oeste, demonstrando sua importância como centros médios na ocu

⁶ Ver Aloísio B. Araujo, e outros, *Transferência de Impostos aos Estados e Municípios*, (Rio de Janeiro, IPEA/INPES, Relatório de Pesquisa, nº 16, 1973).

pação recente da área. Em metade das cidades observadas no Sudeste, esse percentual ultrapassa 40% da população total; a cidade de Campos (RJ) é uma exceção, apresentando baixo índice de atração para migrantes. Na região Sul, a maior parte não ultrapassa 1/3 da população total com ressalvas para Maringá e Londrina, que apresentam percentagens superiores a 60%.

No entanto, a parcela de migrantes recentes⁷ nas cidades médias - sempre superior a 1/3 do total de migrantes - indica que estes centros oferecem condições para mudanças mais profundas nos fluxos migratórios. Realmente, não se pode esquecer que a percentagem de migrantes recentes para as capitais ainda é bastante elevada, sendo as menores percentagens registradas em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Porto Alegre. No entanto, as cidades grandes e mesmo as médias integrantes dessas Áreas Metropolitanas também apresentam uma proporção elevada, o que é explicado pelo fato de as condições habitacionais serem mais favoráveis aos migrantes nestas cidades do que no núcleo central, as capitais. O fato de cidades médias do Nordeste terem importante percentagem de migrantes recentes indica, por outro lado, a preferência dentro da própria região, diminuindo o fluxo contínuo para o sul do País. Além disso, como mais de 70% dos migrantes são provenientes de zona urbana, confirma-se a hipótese de migrações por etapas. As populações rurais deslocam-se primeiro para municípios pequenos, seguindo posteriormente para os centros maiores. Dada a possibilidade de fixação de populações em cidades intermediárias com dinamismo equivalente aos grandes centros, surge a hipótese de serem os centros médios os indicados para a reorientação dos fluxos migratórios. Além disto, se se incentivar as cidades do interior nordestino, estas poderiam se transformar em centros de desenvolvimento da região, inibindo inclusive a procura pelas regiões metropolitanas dentro e fora da região.

⁷ São considerados migrantes recentes aqueles que possuem menos de cinco anos de residência no município.

Resta observar ainda que a maior parte desses centros escolhidos não possui localização isolada, o que é importante para explicar o dinamismo verificado. Em geral, boa parte deles tem, num raio de 200 km, uma outra cidade média como vizinha, quando não ocorre estar na vizinhança da capital. As cidades isoladas não ultrapassam dez e constituem normalmente os pólos de crescimento na região interior onde se situam. A aglomeração em centros urbanos reflete a procura das atividades econômicas em função das economias de aglomeração preexistentes. Deve-se verificar, no entanto, qual é a composição das atividades econômicas dessas cidades, de modo a que o dinamismo desses centros seja assegurado.

5.4 - Atividades Econômicas Desenvolvidas nas Cidades Médias

A dinâmica populacional das cidades médias selecionadas foi apresentada baseada em dados para as sedes dos Municípios, que constituem, efetivamente, o quadro urbano. Na presente seção, será visto o desempenho econômico dessas mesmas cidades e as principais atividades nelas desenvolvidas.

Em termos gerais, foi visto, no Capítulo 4, que a renda urbana era gerada em 40% pelo setor secundário, destacando-se a indústria de transformação que respondia por parcela importante na geração dessa renda. Ao mesmo tempo, observou-se também que a concentração das atividades é notória na região Sudeste, decorrendo diretamente do processo de desenvolvimento econômico que privilegiou esta região. Além disso, como foi mostrado na Tabela 5, as duas principais metrópoles brasileiras detinham 46% do emprego industrial. Isto leva a concluir que, além da concentração regional da atividade econômica, existe também maior aglomeração nas cidades maiores. Não obstante, as cidades médias mostraram grande avanço na participação do emprego industrial, passando de 8% em 1950 para 15% em 1970. Nesse sentido, revelam sua capacidade de absorção de mão-de-obra, ao mesmo tempo que seu desenvolvimento propicia novos mercados para uma futura desconcentração dos grandes centros.

TABELA 9

PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA OCUPADA EM ATIVIDADES
INDUSTRIAIS E TERCIÁRIAS NAS CIDADES MÉDIAS SELECIONADAS: 1950 e 1970

REGIÕES E CIDADES MÉDIAS ¹	ATIVIDADES INDUSTRIAIS		SERVIÇOS		ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		ATIVIDADES IN- DUSTRIAIS E SERVIÇOS	
	POPULAÇÃO ECON- OMICAMENTE ATIVA		POPULAÇÃO ECON- OMICAMENTE ATIVA		POPULAÇÃO ECON- OMICAMENTE ATIVA		POPULAÇÃO ECON- OMICAMENTE ATIVA	
	1950	1970	1950	1970	1950	1970	1950	1970
SUDESTE								
Inferiores	22,8	27,4	29,2	41,5	2,0	4,1	52,0	68,9
Superiores	26,7	28,4	35,1	45,4	5,6	5,9	61,8	73,8
SUL								
Inferiores	21,5	25,1	30,4	42,6	4,3	4,0	51,9	67,7
Superiores	19,7	22,2	34,9	43,2	5,0	5,1	54,6	65,4
NORTE/NORDESTE								
Inferiores	12,3	17,3	20,1	36,2	1,1	2,7	32,4	53,5
Superiores	11,9	13,3	20,9	41,8	1,3	2,7	32,8	55,1
CENTRO-OESTE								
Inferiores ²	11,3	18,7	23,4	52,2	1,2	3,2	63,5	70,9
Superiores ²	8,4	19,9	33,8	49,6	10,5	9,8	58,0	69,5
TOTAL	20,7	24,8	29,2	42,4	3,5	4,6	49,9	67,2

FONTE: Censos Demográficos, 1950 e 1970, BRASIL, FIBGE.

¹ Cidades Médias Inferiores: 50 - 100 mil habitantes na sede do município.
Cidades Médias Superiores: 100 - 250 mil habitantes.

² Apenas uma cidade.

superiores (entre 100 e 250 mil habitantes) da região Sudeste que apresentam maior percentual de atividades urbanas, se assim considerarmos a indústria e os serviços; já as cidades médias do Norte⁹ e Nordeste não possuem mais do que 55% de sua população economicamente ativa ligada a essas atividades.

Dentre os estados considerados no estudo, nove deles englobam as áreas metropolitanas, constituindo suas respectivas capitais os núcleos dessas regiões. Podemos observar como se distribuem suas atividades relativamente às das cidades médias na Tabela 10.

TABELA 10

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NA INDÚSTRIA E SERVIÇOS NOS
DIFERENTES NÚCLEOS METROPOLITANOS: 1950 e 1970

NÚCLEOS	PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA							
	Atividades Industriais		Serviços		Indústria e Serviços		Atividades Terciárias ¹	
	1950	1970	1950	1970	1950	1970	1950	1970
Belém	23,2	23,4	61,1	56,6	84,3	80,0	73,6	74,2
Fortaleza	20,7	24,2	62,6	57,3	83,3	81,5	74,1	71,9
Recife	26,0	20,8	61,7	58,8	87,7	79,6	72,5	78,3
Salvador	22,7	24,4	61,8	58,6	84,5	83,0	72,6	74,0
Belo Horizonte	19,9	24,2	52,3	57,5	72,2	81,7	78,1	75,1
Rio de Janeiro	26,8	23,6	54,2	53,6	81,0	77,2	71,3	75,5
São Paulo	44,8	39,2	44,6	44,2	89,4	83,4	53,6	60,1
Curitiba	32,0	26,9	47,4	52,0	79,4	78,9	63,0	71,4
Porto Alegre	25,9	22,8	56,0	56,6	81,9	79,4	71,3	75,8

FONTE: Censo Demográfico 1950 e 1970, Brasil, FIBGE.

¹ Serviços, Administração Pública e Outras Atividades

⁹ Na região Norte, apenas uma cidade foi considerada: Santarém.

Destaca-se o fato de o conjunto de atividades industriais e de serviços ter sua participação na população economicamente ativa diminuída em 1970 relativamente a 1950 em quase todas as capitais, enquanto que, nas cidades médias, essa parcela foi aumentada. Entretanto, as atividades terciárias nos núcleos tiveram aumento em relação a 1970, observando-se o crescimento da parcela Outras Atividades. A concentração industrial em São Paulo é visível face aos demais centros metropolitanos; as atividades terciárias empregam 60% da população ativa, enquanto que nas demais capitais atingem mais de 70%.

Por outro lado, fica claro a importância das Áreas Metropolitanas como regiões mais urbanizadas e com predominância de atividades industriais pela observação das cidades médias integrantes destas áreas. Grande parte destas cidades está localizada nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo (duas estão na região de Porto Alegre). Os números abaixo referem-se às cidades intermediárias das Regiões Metropolitanas do Rio e São Paulo. Enquanto o pessoal das cidades selecionadas ligado à indústria na região Sudeste, que é a percentagem mais elevada, não ultrapassa 30%, nas cidades metropolitanas, esse valor atinge 50% em 1970, superando inclusive a percentagem da capital paulista. No entanto, com relação aos serviços, os números guardam alguma relação com aqueles apresentados pelas cidades médias do Sul e do Sudeste.

TABELA 11

PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA OCUPADA NA INDÚSTRIA E EM SERVIÇOS NAS CIDADES MÉDIAS PERTENCENTES ÀS REGIÕES METROPOLITANAS DO RIO E DE SÃO PAULO: 1950 E 1970

	1950	1970
Atividades Industriais	44,9	49,1
Serviços	35,4	44,4
Indústria e Serviços	80,3	79,8

FONTE: Censos Demográficos, 1950 e 1970, Brasil, FIBGE.

Os dados até aqui apresentados tornam evidente a relação existente entre o desenvolvimento urbano e a industrialização. Este processo cresceu com base nas economias existentes na região Sudeste, consolidando-se nas cidades maiores que apresentam as melhores oportunidades em termos de recursos humanos e de mercado potencial. Deste modo, o desenvolvimento econômico do eixo Rio-São Paulo utilizou as vantagens dessa região comparativamente às demais, apresentando essas duas áreas o mais elevado grau de industrialização com suas naturais repercussões. É no Estado de São Paulo, em especial dentro da Área Metropolitana, que encontramos as cidades médias industriais como São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Mauá e Guarulhos.

A distribuição da população economicamente ativa das cidades médias aqui consideradas, entre as diversas ocupações, está na Tabela A.2 no final do trabalho. Uma visão das cidades isoladamente mostra as características regionais bem como a distribuição desigual das atividades urbanas dentro das diferentes regiões. Entre 1950 e 1970, verificou-se uma queda acentuada das atividades agrícolas exercidas em todos os municípios, fato bastante conhecido e coerente com o desenvolvimento do país caracterizado por grandes transferências da população do campo para as cidades.

Nota-se ainda que as cidades do Norte e Nordeste estão bastante ligadas a atividades agrícolas, pois, em sete delas, encontramos mais de 1/3 da população economicamente ativa do município ocupada nessas funções. As atividades urbanas predominantes são os Serviços e, dentro destes, o Comércio de Mercadorias, em que se destacam os produtos agrícolas e a pecuária da região. Mesmo as atividades industriais relacionam-se, muitas vezes, à produção agropecuária. Este é o caso típico, por exemplo, de Ilhéus, Feira de Santana, Jequié, Vitória da Conquista e Santarém. Este fato também se repete nos estados do Sul e em Minas Gerais, a saber: Cacho

eira do Sul (RS), Londrina (importante centro comercial da região cafeeira), Teófilo Otoni e Montes Claros.

A proximidade geográfica das cidades médias nos estados do Sul e Sudeste diluem as atividades específicas de cada cidade: ocorre maior inter-relação econômica entre estes centros e mesmo destes centros com as grandes cidades e as metrópoles. As cidades médias no Nordeste são bem mais isoladas, sendo, muitas vezes, o núcleo polarizador da região, atendendo às necessidades urbanas de vasta região agrícola circunvizinha, como no caso de Sobral e Juazeiro do Norte, no Ceará, ou as cidades baianas de Ilhéus e Itabuna.

Incentivar as atividades urbanas através da implantação de infra-estrutura econômica e social é fundamental nestas cidades, no sentido de torná-las aptas a melhor processar a adaptação dos migrantes rurais à vida urbana. Por outro lado, o incentivo de cidades em sua vizinhança, com algum potencial urbano, é uma via natural dentro do processo de urbanização da região. O espaço vago entre as pequenas cidades, com funções agrícolas, e os centros urbanos, representados pelas capitais estaduais, necessita de ocupação, o que certamente minimizaria problemas futuros decorrentes do processo acelerado de metropolização.

5.5 - O Setor Industrial

No item anterior, verificou-se que a quantidade de pessoas ocupadas, em 1970, na maioria das cidades, é maior nas atividades terciárias do que nas industriais. Este quadro não significa, porém, que estas cidades médias não tenham sofrido o impacto do processo de industrialização. Já em 1950, a situação era semelhante e a principal mudança verificada na ocupação da população economicamente ativa foi a transferência de parcela considerável dos trabalhadores agrícolas para a atividade urbana. Por outro lado, convém ressaltar que, dentro do setor serviços, existe predomi-

nância dos itens Prestação de Serviços e Comércio de Mercadorias, o que indica existência de ocupação industrial cujos efeitos são dinamizadores da atividade terciária. Além disso, a participação do produto do setor secundário na renda urbana foi crescente nas últimas décadas, o mesmo não ocorrendo com o produto do terciário em relação a essa mesma renda.¹⁰

Deste modo, o setor industrial apresentou maior dinamismo, mesmo com participação menor que o terciário, constituindo-se em importante suporte do crescimento urbano. Por outro lado, viu-se que parcela importante das cidades médias tipicamente industriais estão localizadas dentro das regiões metropolitanas. Mesmo assim, entre as cidades selecionadas, sete apresentam percentagem de pessoas ligadas à Indústria bem superior que em Serviços, enquanto outras dez mostram razoável equilíbrio entre pessoal ocupado na Indústria e em Serviços. No entanto, se se busca uma definição exata, pode-se dizer que as cidades médias desempenham majoritariamente Atividades Terciárias, o que não invalida, por outro lado, a importância do crescimento dinâmico do setor industrial.

Assim cabe uma análise, ainda que sumária, do desempenho do setor industrial nas cidades médias.

A Tabela 12 revela algumas características da indústria de transformação no Brasil dentro das cidades médias, das grandes cidades e das metrópoles. As cidades mais industrializadas são representadas pelas duas metrópoles, com mais de 2 milhões de habitantes, sendo o seu grau de industrialização o dobro da média nacional. As cidades médias aparecem em seguida no que se refere à magnitude do grau de industrialização. Revelam sua adequação para o desenvolvimento da atividade industrial, superando inclusive o

¹⁰ A participação do setor secundário na renda urbana foi de 32,3%, 36,5% e 38,7% nos anos de 1950, 60 e 70 enquanto a do terciário foi de 67,7%, 63,5% e 61,3% respectivamente.

TABELA 12
A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO BRASIL SEGUNDO TAMANHO DAS CIDADES

1969

TAMANHO DAS CIDADES (1 000 hab.)	GRAU DE INDUSTRIALIZAÇÃO	GRAU DE ESPECIALIZAÇÃO EM TRADICIONAIS	SALÁRIO MÉDIO ANUAL (Cr\$ 1 000)	PRODUTIVIDADE MÉDIA ANUAL (Cr\$ 1 000)
50 - 100	3,7	0,61	2,87	13,55
100 - 250	3,9	0,51	3,15	13,43
250 - 500	1,7	0,51	3,60	17,82
500 - 2 000	3,2	0,52	3,32	12,83
Acima 2 000	7,6	0,33	5,12	20,63
Média Nacional	3,8	0,43	4,43	17,55

FONTE: Hamilton C. Tolosa, "Macroeconomia da Urbanização Brasileira", in Pesquisa e Planejamento Econômico, Vol. 3, nº 3 (Rio de Janeiro: IPEA, outubro 1973), p. 605.

OBS.: Grau de industrialização = 100. Pessoal ocupado na Indústria de Transformação/População Urbana; Grau de Especialização em Tradicionais = Pessoal ocupado nas Indústrias Tradicionais/Pessoal ocupado na Indústria de Transformação; Salário Médio Anual = Salários pagos no ano/Pessoal ocupado. São consideradas Indústrias Tradicionais: Madeira, Mobiliário, Couros e Peles, Têxtil, Vestuário e Calçados, Produtos Alimentares, Bebidas, Fumo e Editorial e Gráfica.

valor referente às grandes cidades. De fato, as empresas industriais tendem a se localizar nos maiores centros e mesmo a existência de cidades grandes em sua vizinhança não modifica a localização em si, crescendo muito em termos de população, enquanto as atividades não mostram o mesmo desempenho. Um exemplo ilustrativo deste processo são as cidades de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, no Grande Rio, e Osasco e Santo André, em São Paulo. Mesmo o elevado grau de industrialização verificado para as cidades médias deve-se à participação das cidades integrantes das Regiões Metropolitanas, como no caso de São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Mauá e Diadema em São Paulo, e Novo Hamburgo na esfera de Porto Alegre.

A liderança do setor industrial no processo de crescimento econômico apresenta paralelamente outro aspecto intra-setorial importante: as indústrias mais dinâmicas, aquelas que lideram a expansão do setor, tendem a buscar a localização que maximize as economias de escala; instalam-se, dessa forma, preferentemente, nas metrópoles, o que fica evidenciado pelo baixo coeficiente de especialização em indústrias tradicionais.¹¹ Nas cidades menores, observa-se, entretanto, que a proporção de pessoas ocupadas nestas indústrias é bem superior, alcançando, nas cidades médias inferiores (50 - 100 mil habitantes), valor quase duas vezes maior que nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, o salário médio anual recebido pelas pessoas ocupadas na indústria de transformação e a produtividade média anual crescem com o tamanho das cidades, ou seja, o salário médio anual, em Cr\$ 1.000,00 de 1969, passa de 2,87 nas cidades médias até 100 mil habitantes para 5,12 nas duas metrópoles nacionais. O estrato de cidades de 500 mil até 2

¹¹ O coeficiente de especialização em indústrias tradicionais é dado pela proporção de pessoas ocupadas nessas indústrias dentro da Indústria de Transformação.

milhões de habitantes, entretanto, revela uma ligeira queda nestes indicadores e, de forma mais acentuada, na produtividade média anual.

O quadro apresentado retrata a situação das cidades brasileiras em seu conjunto. A Tabela 13 mostra agora as características do setor industrial para as 66 cidades médias selecionadas, distribuídas regionalmente. O seu total mostra um índice de industrialização bastante elevado, que se explica, no entanto, pelo facto de existir grande quantidade de cidades médias do Sudeste, em especial no Estado de São Paulo, muitas delas bastante próximas da metrópole principal. Fica bastante claro a importância do setor industrial no processo de urbanização, pondo em destaque o desnível existente entre o Sudeste e as demais regiões, principalmente o Norte e o Nordeste. A região Centro-Oeste não apresenta dados muito significativos, uma vez que as cidades médias dos dois grupos (inferiores e superiores) só contam com uma observação e assim os valores indicam as características específicas daquelas cidades.

A especialização em ramos tradicionais da indústria de transformação não apresenta variações significativas entre as cidades médias brasileiras, sendo, no entanto, bem mais elevado nas cidades inferiores do Norte/Nordeste e atingindo o ponto mais baixo nas cidades maiores da região Sudeste. O sistema de cidades médias desenvolve suas atividades acompanhando regionalmente a instalação de indústrias mais sofisticadas. Dentre as cidades do Sudeste, destacam-se as cidades paulistas próximas à Região Metropolitana, que apresentam maior parcela de pessoas empregadas em indústrias dinâmicas. Nas demais regiões, a grande maioria está nas atividades tradicionais, muitas delas decorrentes da agropecuária circunvizinha. Poucas cidades apresentam elevado índice de participação das indústrias dinâmicas e estas, via de regra, resultam da implantação de empresas industriais específicas, como no caso da

A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NAS CIDADES MÉDIAS SELECIONADAS - 1970

REGIÕES E CIDADES MÉDIAS ¹	GRAU DE URBANIZAÇÃO	GRAU DE INDUSTRIALIZAÇÃO	GRAU DE ESPECIALIZAÇÃO EM TRADICIONAIS	SALÁRIO MÉDIO ANUAL (Cr\$ 1 000)	PRODUTIVIDADE MÉDIA ANUAL (Cr\$ 1 000)
SUDESTE					
Inferiores	79,9	6,2	0,59	4,64	18,10
Superiores	83,5	5,3	0,53	5,95	25,52
SUL					
Inferiores	69,2	3,1	0,58	4,25	17,93
Superiores	72,6	4,7	0,60	4,10	19,90
NORTE/NORDESTE					
Inferiores	61,3	1,0	0,66	2,62	13,61
Superiores	69,1	1,7	0,59	2,37	12,15
CENTRO-OESTE ²					
Inferiores ²	85,1	2,8	0,57	2,39	20,51
Superiores ²	93,1	1,4	0,68	3,14	24,92
TOTAL	76,0	5,0	0,57	4,88	20,70

FONTE: Censo Demográfico e Censo Industrial, 1970, Brasil, FIBGE.

¹ Cidades Médias Inferiores: 50-100 mil habitantes na sede do município.
Cidades Médias Superiores: 100-250 mil habitantes na sede do município.

² Apenas uma cidade.

siderurgia em Volta Redonda (RJ) e o petróleo em Alagoinhas (BA). O Quadro A.3 do Anexo apresenta os diversos índices para a Indústria de Transformação nas cidades médias selecionadas. A produtividade e o salário médio anuais mostram alguma tendência no sentido de acompanhar o dinamismo das cidades maiores, observando-se, em geral, maiores vantagens para cidades com mais de 100 mil habitantes. Entretanto, sobressaem as desigualdades regionais: as regiões Sudeste e Sul apresentam magnitudes iguais ou superiores à média nacional enquanto que, no Nordeste, esses valores são sensivelmente menores.

Pode-se concluir, a partir daí, que as cidades médias, principalmente aquelas com mais de 100 mil habitantes, são capazes de promover o desenvolvimento integrado com as cidades maiores, possuindo potencial para oferecer padrão de renda e qualidade de vida semelhantes a estas. Na região Sudeste, onde a concentração existente nas metrópoles cria preocupação quanto a possíveis deseconomias futuras, estas cidades são as indicadas para um processo de desconcentração que pode ser orientado de dois ângulos. Por um lado, pode ocorrer a transferência de empresas para cidades intermediárias, desde que contem com infra-estrutura econômica e vias de comunicação e escoamento da produção; por outro, estas cidades tornam-se as preferidas pelos migrantes que se dirigem às grandes cidades, pois apresentam condições de vida mais baratas e maiores facilidades de instalação.

A localização das atividades econômicas pode ser influenciada por decisões governamentais. O fornecimento pelo governo da infra-estrutura social e urbana (educação, saúde, saneamento, comunicações e transporte) e ainda a utilização de incentivos fiscais e creditícios sobre os agentes produtivos condicionam os padrões de localização das atividades econômicas e, desta forma, contribuem para determinar a evolução do sistema urbano. Claro está que o for

recimento de infra-estrutura social e urbana não é o toque mágico que provocará o deslocamento automático de atividades para cidades de porte menor. A existência de mercados e facilidades produtivas são de extrema importância, no que ganham relevo os salários pagos e a produtividade alcançada.

Não obstante, as facilidades oferecidas aos migrantes pela infra-estrutura social são decisivas para a fixação de nova residência, pois a procura pelas cidades grandes está ligada, em grande parte, ao oferecimento de melhores oportunidades tanto de emprego como de moradia e educação.

5.6 - Infra-Estrutura Social e Urbana

Os serviços prestados pelo Setor Público à comunidade representam ganhos reais de renda por parte dos habitantes das cidades. Os serviços urbanos de água, esgoto, iluminação pública e transportes são financiados basicamente pelos municípios, recebendo reforços, federal e estadual, apenas em casos mais amplos de desenvolvimento básico. Desse modo, pode-se dizer que os habitantes das cidades, através do pagamento de taxas e impostos, é que contribuem para a instalação dos serviços urbanos básicos.

No presente estudo, trabalhou-se basicamente com dados censitários e estes fornecem pouca informação a esse respeito a nível de cidades. A Tabela 14 mostra três características básicas dos domicílios particulares, ou seja, os serviços urbanos de água, saneamento e iluminação.

De um modo geral, são os serviços de iluminação elétrica os que se apresentam de forma mais satisfatória, continuando a se verificar, no entanto, disparidades regionais na distribuição da riqueza. As ligações de água, em termos de rede geral, mostram-se melhores que os serviços de rede geral de esgotos. Uma grande parcela da população urbana ainda se utiliza de água obtida em poços ou nascentes, e o mínimo de saneamento é conseguido através de fossas sépticas ou mesmo rudimentares.

TABELA 14

CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES NAS CIDADES MÉDIAS

REGIÕES E CIDADES MÉDIAS	% DOMICÍLIOS COM LIGAÇÕES DE ÁGUA (REDE GERAL)	% DOMICÍLIOS COM ILUMINAÇÃO ELÉTRICA	% DOMICÍLIOS COM INSTALAÇÕES SANITÁRIAS (REDE GERAL)	% DOMICÍLIOS COM FOGÃO	% DOMICÍLIOS COM GELADEIRA	% DOMICÍLIOS COM RÁDIO
SUDESTE						
Inferiores	60,7	74,1	42,6	98,7	37,5	74,1
Superiores	68,2	79,9	49,1	98,9	45,7	77,3
SUL						
Inferiores	44,2	68,3	11,0	98,4	37,1	80,8
Superiores	62,9	69,1	17,5	97,8	41,4	81,9
NORTE/NORDESTE						
Inferiores	16,1	33,7	4,6	89,6	13,2	47,2
Superiores	24,3	47,5	7,1	96,0	16,0	54,0
CENTRO-OESTE						
Inferiores	29,9	63,5	13,3	98,3	22,2	67,0
Superiores	39,8	50,9	18,3	97,9	32,0	73,9
TOTAL						

FONTE: Censo Demográfico, 1970, Brasil, FIBGE.

É importante observar que as percentagens de domicílios com esses serviços urbanos é sempre superior em cidades médias superiores do que naquelas com menos de 100 mil habitantes, o que denota renda mais elevada para as primeiras, com arrecadação municipal conseqüentemente mais elevada. As cidades do Sudeste são as mais bem servidas, o que não constitui novidade; até pelo contrário, é bastante coerente com a localização da atividade econômica e com os maiores índices de urbanização dessa região.

Os três itens restantes da Tabela 14 apresentam facilidades urbanas que poderiam ser assim classificadas: o fogão é indispensável, o rádio tornou-se bastante popular e difundido, enquanto a geladeira ainda constitui artigo de luxo, principalmente nas regiões do Norte do País.

Existe uma lacuna no presente trabalho devido à ausência de dados mais detalhadas sobre saúde, transportes e educação a nível municipal. No entanto, pode-se supor que, em linhas gerais, as conclusões não diferem muito das apresentadas. Regionalmente as disparidades são sensíveis, exigindo modificações na estrutura econômica do País. A pequena urbanização de faixas consideráveis do interior do País logo após a faixa litorânea, já é por si só bastante explicativa. Os gastos com infra-estrutura-urbana são mais elevados em cidades de porte maior, o que é coerente com a renda mais elevada existente nestas cidades. Entretanto, em caso de implantação de programas de desenvolvimento básico pelo setor público, a instalação desses serviços em cidades de porte menor, com menos problemas de congestionamento urbano, certamente demandaria despesas menores e execução mais fácil e rápida. Trata-se de importante aspecto a ser considerado em caso de futura utilização de incentivos fiscais e creditícias para determinar a localização da atividade produtiva.

5.7 - Uma Definição Operacional para as Cidades Médias

A primeira consideração importante refere-se à distribuição regional das cidades médias no Brasil. Na elaboração de um programa, ou mesmo um plano mais amplo sobre cidades brasileiras, é fundamental não esquecer as diferenças regionais existentes. De fato, no caso das cidades médias da região Sudeste, a maioria é constituída por centros urbanos com bastante dinamismo, muitos deles integrantes de Áreas Metropolitanas, enquanto outros núcleos representam centros polarizadores de uma região mais ampla. Já na região Norte, uma grande parte dos centros considerados 'médios' são na realidade capitais estaduais (São Luís, Teresina, João Pessoa, Maceió e Aracaju), o que mostra um processo de urbanização bastante diverso daquele ocorrido no Sul do País. Nas regiões interiores e menos habitadas, o processo de urbanização tomou forma num período mais recente, e, para estas, existe a necessidade de planejamento para o crescimento de suas cidades.

Outro ponto a destacar paralelamente à localização das cidades médias, é a função ou atividade por elas desenvolvida. Como foi verificado anteriormente, das 95 cidades médias brasileiras, uma parte constitui capital de estado e outra pertence a Áreas Metropolitanas. Por isso foram excluídas do presente estudo, que visa uma conceituação mais precisa de cidades médias. Quando capitais ou cidades metropolitanas são incluídas em outros programas, isto leva inevitavelmente a uma pulverização dos recursos existentes. Foram consideradas 66 cidades, escolhidas nos estados mais urbanizados, e que exigem paralelamente maior programação para o seu desenvolvimento.

Tentou-se, assim, elaborar uma classificação dessas cidades selecionadas de forma a obter uma tipologia que pudesse ser útil a um programa de cidades médias, tanto das cidades existentes e consideradas como médias como para cidades que podem ser incentivadas para que se integrem no processo urbano.

A primeira classificação portanto foi regional. A seguir, distinguiu-se cidades metropolitanas e capitais estaduais das cidades médias localizadas nos estados com Áreas Metropolitanas e ainda daquelas isoladas. A próxima etapa constitui a classificação segundo atividades desenvolvidas e características de atração e fixação de migrantes bem como o potencial de desenvolvimento.

A fim de melhor distribuir as cidades dentro de grupos com características mais homogêneas, optou-se por uma divisão regional em dois grandes grupos. Foram grupadas, de um lado, as regiões Sudeste e Sul e, de outro, as regiões Nordeste e Norte, esta última sendo representada por apenas uma cidade. Deixou-se de fora a região Centro-Oeste que constitui um caso à parte, dada a sua ocupação recente. Foi adotada esta macrodivisão, pois, do contrário, ficaria muito difícil estabelecer um denominador comum entre as várias cidades, ficando excessivamente subdividida a apresentação das mesmas num estudo mais amplo de cidades médias.

Num primeiro grupo, poderíamos listar as cidades com elevadas taxas de crescimento da população urbana, que, além de exercer forte atração sobre os migrantes, possui elevada percentagem de migrantes recentes. Além disso, sua população economicamente ativa está ligada predominantemente a atividades industriais, destacando-se, dentro da Indústria de Transformação, aquelas consideradas dinâmicas,¹² que apresentam ainda salário e produtividade médios anuais elevados. Neste caso incluem-se as cidades de São José dos Campos, Jundiaí, Volta Redonda, Barra Mansa e Joinville. Em condições semelhantes de cidades industriais, porém especializadas em indústrias tradicionais, com salário e produtividade abaixo da média nacional, encontram-se Franca, Americana, Blumenau e Crisúma.

¹²São considerados ramos dinâmicos: Minerais Não-Metálicos, Metalúrgica, Mecânica, Material Elétrico, Material de Transporte, Papel e Papelão, Borracha, Química, Farmacêutica, Perfumaria, Plásticos e Diversos.

Em capítulo anterior, verificou-se que grande parte dos centros médios desenvolve atividades terciárias, em especial Serviços. Um bom número de cidades médias do Sul e Sudeste tem a população economicamente ativa ligada a atividades terciárias. Essas cidades apresentam ainda elevadas taxas de crescimento da população urbana, ainda que abaixo da média nacional, constituindo-se em pólos de atração para migrantes e desenvolvendo atividades industriais basicamente ligadas aos ramos tradicionais. Não obstante apresentem produtividade relativamente elevada da mão-de-obra ocupada na Indústria de Transformação (algumas vezes superior à média nacional), em média, os salários pagos são mais baixos. Neste grupo incluem-se cidades como Araçatuba, Limeira, Piracicaba, São José do Rio Preto, Sorocaba, Ribeirão Preto, Guaratinguetá, São Vicente, Teresópolis, Poços de Caldas, Sete Lagoas, Uberlândia, Uberaba, Montes Claros, Divinópolis, Governador Valadares, Lages, Tubarão, Paranaguá, Londrina e Caxias do Sul. As cidades de Limeira, Piracicaba, Lages e Caxias do Sul, com boa percentagem da sua população economicamente ativa no setor terciário, possui parcela equivalente ocupada em atividades secundárias, o que lhes vale a denominação de cidades mistas.

Um terceiro grupo dentro da região Sudeste-Sul caracteriza-se por taxas de crescimento populacional mais baixas, apresentando menor poder de atração sobre as populações migrantes, além de serem bastante especializadas no setor terciário, com mais de 40% da população economicamente ativa ligada a atividades de Serviços. As indústrias existentes são basicamente tradicionais, com salários e produtividade da mão-de-obra bem baixos. Aqui incluem-se as cidades de Rio Claro, São Carlos, Taubaté, Bauru, Nova Friburgo, Barbacena e Santa Maria, e, ainda, Araraquara, Barretos, Marília e Presidente Prudente cuja produtividade é, no entanto, bem mais elevada.

Finalmente, o último grupo engloba cidades bastante homogêneas com crescimento muito lento da população urbana, pequeno poder de atração sobre os migrantes, percentagem elevada da população economicamente ativa ligada a atividades terciárias, indústria existente bastante especializada em ramos tradicionais e salários pagos e produtividade média da mão-de-obra baixos. São basicamente as cidades da região Sul: Bagé, Passo Fundo, Rio Grande, Pelotas, Uruguaiana, Ponta Grossa e Itajaí.

As cidades médias selecionadas no Norte e Nordeste apresentam, em geral, taxas de crescimento da população urbana abaixo da média nacional, se bem que seja elevada a parcela de migrantes recentes, o que indica algum tipo de reorientação dos fluxos de migrantes. A população dedica-se, em grande parte, a atividades terciárias, restringindo-se o setor industrial a ramos tradicionais. A produtividade média da mão-de-obra industrial é pequena e os salários pagos em média são baixos. Cidades como Caruaru, Juazeiro do Norte, Garanhuns, Alagoinhas, Jequiê, Itabuna e Vitória da Conquista incluem-se neste grupo, sendo que as três últimas destacaram-se pelas elevadas taxas de crescimento populacional registradas.

As cidades da região Centro-Oeste caracterizam-se pela ocupação recente, elevadas taxas de crescimento, grande poder de atração sobre os migrantes, principalmente migrantes recentes, predominância de atividades terciárias, elevada produtividade no setor industrial mas com baixos níveis salariais. São elas as cidades de Anápolis e Campo Grande, designadas como centros médios da região.

Existe ainda um grupo de cidades sem maiores ligações com os grupos especificados, que apresenta taxas de urbanização extremamente baixas, pequeno crescimento da população urbana e mais de 1/3 de sua população economicamente ativa ligada a atividades agrí

colas. Poucas mostram-se atraentes para os migrantes, desenvolvendo paralelamente pequena atividade industrial especializada em ramos tradicionais. Deste grupo fazem parte Teófilo Otoni, Campos, Cachoeira do Sul, Maringá, Santarém, Sobral e Ilhéus.

Outro ponto que merece destaque numa classificação de cidades médias da região Centro-Sul do País é que, em geral, localizam-se próximas de aglomerações urbanas desempenhando as funções de núcleo polarizador, ou então, estão sob a zona de influência de áreas metropolitanas. Na região Centro-Sul, poucas cidades encontram-se isoladas de grandes aglomerações, o que é característico das regiões Norte e Nordeste. As cidades de Jequié, Vitória da Conquista, Governador Valadares e Teófilo Otoni têm como elemento propulsor de seu crescimento a existência de rotas de transporte inter-regionais, sem desenvolver, entretanto, atividades industriais. Outras, mais isoladas, como Ilhéus, Itabuna, Montes Claros, Poços de Caldas, Campos, e Presidente Prudente entre outras apresentam atividades básicas bem desenvolvidas e, na maioria das vezes, decorrentes da importância da vasta região agrícola circunvizinha.

O que parece claro é que estas cidades selecionadas não atingiram esse grau de desenvolvimento crescendo soltas no tempo e no espaço. O dinamismo das atividades desenvolvidas permitiu que atuassem como centros de integração de um processo de urbanização mais amplo.

Um programa de cidades médias não deve tentar de início solucionar os problemas globais do processo de urbanização. Deve, no entanto, tentar desenvolver cidades escolhidas com algum critério de forma a criar uma estrutura urbana mais hierarquizada.

A conceituação operacional de cidade média desenvolvida ao longo deste item objetivou trazer alguma colaboração para o es

tabelecimento de programas mais amplos para este estrato urbano.

Em resumo: uma cidade média deve ser entendida como uma uni
dade urbana, com um mínimo de dinamismo próprio, efetivo ou potenci
al, integrada, quer no contexto de aglomerações urbanas dinâmicas ,
quer num determinado contexto agrícola em que seja o centro polari-
zador, mas que, ao mesmo tempo, não se enquadre em definições legais
tradicionais que abrangem os centros urbanos situados em áreas me-
trópolitanas ou aqueles que tem funções político-administrativas co
mo as capitais estaduais. Dinamismo próprio aqui refere-se àquela
qualidade que torna esses centros capazes de crescimento auto-sus-
tentado, gerando assim renda e emprego que exerceriam forte atração
sobre os migrantes que antes se deslocariam para os grandes centros
ou áreas próximas, congestionando-os.

6. CONCLUSÕES

O processo de urbanização brasileira resultou das condicionantes históricas que moldaram o próprio processo de desenvolvimento do País. Em sua etapa atual, a urbanização se revela como processo irreversível caracterizado pelo fenômeno da metropolização. O ritmo acelerado de crescimento de algumas poucas grandes cidades tem diminuído, observando-se rápido desenvolvimento de várias capitais estaduais, que as transformou em metrópoles regionais. Nas próximas décadas, as Áreas Metropolitanas continuarão a ser o ponto natural de atração para os migrantes, o que exigirá vigorosa atuação do setor público no sentido de fornecer infra-estrutura básica. Impõe-se, desse modo, a necessidade de elaborar uma política urbana, não a nível local, para resolver os problemas existentes nas grandes cidades, mas sim, a nível nacional, articulada com a política econômica e social. Não tem sentido falar em política urbana isoladamente, pois, em função do nível de desenvolvimento econômico atingido, o planejamento do crescimento urbano deve ser encarado numa ótica de longo prazo e a níveis nacional e regional. O nível local é de planejamento muito mais fácil quando a região se encontra mais estruturada, integrando-se dentro dela as diversas localidades que a compõem.

Sempre que se fala em planejamento das cidades é levantada a questão do tamanho urbano. De fato, trata-se de um ponto importante, mas não se pode atribuir-lhe as características de principal. O tamanho de uma cidade não é problema em si, pois ela pode ser grande e, não obstante, apresentar baixos custos e boa qualidade de vida. O que importa fundamentalmente é a estrutura econômica das cidades, sua capacidade de absorver mão-de-obra disponível e ainda gerar renda compatível com padrões aceitáveis de nível de vida. A

observação do relacionamento existente entre tamanho urbano e o sistema urbano como um todo é que vai determinar qual é o tamanho urbano ótimo. Nesse sentido, determinar, a priori, faixas rígidas para o tamanho das populações urbanas torna-se falho. Uma política urbana bem conduzida deve procurar estabelecer maior entrosamento entre as cidades de diferentes tamanhos, buscando atingir uma distribuição mais homogênea dos diversos tamanhos urbanos.

O principal problema que surge na elaboração de um plano de crescimento urbano ordenado é a seleção inicial das cidades que devem ser expandidas e incentivadas e, além disso, quais os mecanismos mais adequados para maximizar os benefícios relativamente aos custos. De fato, seria arbitrário escolher, sem maiores estudos, algumas cidades entre o grande número de municípios existentes no País. Uma primeira aproximação do problema põe em relevo as cidades mais problemáticas, dando-se especial atenção às metrópoles. No entanto, cabe lembrar que a política urbana de per si não é capaz de resolver os problemas existentes nas grandes áreas metropolitanas. Os programas de transportes urbanos, saneamento e habitação, por exemplo, consomem vultosos investimentos e nada garante que sejam efetivos a longo prazo, se o crescimento urbano mantiver o mesmo ritmo. Há, portanto, necessidade de atuação integrada com a política econômica global a fim de deslocar as atividades para áreas menos congestionadas e com possibilidades efetivas de crescimento auto-sustentado, vindo a proporcionar renda e nível de vida semelhantes aos centros maiores.

A definição de uma política nacional de centros urbanos de porte intermediário torna-se necessária para aplicação de uma política urbana mais ampla. A característica básica das cidades de porte intermediário é que constituem centros integradores do processo urbano. Desse modo, esta faixa de cidades adquire posição estratégica

gica na montagem de um sistema urbano mais hierarquizado com uma distribuição harmônica e equilibrada de atividades pelos diversos estratos urbanos. Por outro lado, os custos envolvidos, neste caso, com um desenvolvimento urbano equilibrado são sensivelmente menores face aos pesados gastos necessários à recuperação de grandes metrôpoles.

Novamente se coloca a questão da escolha das cidades relevantes. Numa primeira etapa, deve-se procurar atuar sobre aquelas localidades que sirvam de freio às correntes migratórias para as áreas metropolitanas. Em seguida, cabe agir sobre aquelas cidades que possam atuar como polos de desenvolvimento de regiões ainda não ocupadas ou mesmo deprimidas.

Os centros metropolitanos e de porte intermediário estabelecem entre si importante troca de impulsos por serem parte de uma estrutura urbana mais ampla dentro do sistema urbano-regional, onde as metrôpoles agem como criadoras e difusoras de inovações, e os centros médios tendem a se desenvolver de forma semelhante aos centros maiores, complementando-os. O próprio processo de expansão metropolitana torna-se responsável pela vitalidade crescente dos centros médios sob sua área de influência e regiões vizinhas estabelecendo uma hierarquia urbana mais definida.

De fato, as cidades consideradas médias segundo seu tamanho e que são integrantes de áreas metropolitanas mostram-se mais dinâmicas, devido, por um lado, ao contato mais estreito com as atividades das metrôpoles e, por outro, ao acesso aos mercados dessas áreas e simultânea participação no processo de difusão de inovações. Realmente a presença da indústria de transformação no estrato urbano médio é mais acentuada naquelas cidades situadas nas áreas metropolitanas, que podem inclusive receber a denominação de cidades industriais.

Não obstante, não devem ser consideradas prioritárias num programa de cidades médias esses centros intermediários integrantes das regiões metropolitanas, o que é freqüente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, e ainda as capitais estaduais de vários estados nordestinos considerados médios em virtude da dimensão de sua população urbana. A inclusão destas cidades implicaria uma duplicação de programas de desenvolvimento urbano, o que é contraproducente.

Dentro da faixa de cidades médias, também devem ser consideradas aquelas cidades que se encontram mais isoladas, não participando de aglomerações urbanas mais densas. São geralmente cidades localizadas em regiões de fronteira ou então ilhadas dentro de vasta área agrícola, onde desempenham as principais atividades de comercialização e integração do meio urbano e rural. Apresentam indiscutível importância na integração e ocupação territorial e possuem peso estratégico crescente se as atividades desenvolvidas tiverem fôlego maior, não encobrimdo regiões deprimidas.

Estes dois critérios de localização das cidades médias são básicas na escolha de cidades relevantes para um plano urbano. Numa segunda etapa, podem ser escolhidas cidades com localização semelhante e que mostrem perspectivas de crescimento equilibrado.

Por outro lado, a questão envolve o tipo de atividades econômica que vem sendo desenvolvida. As cidades médias devem ter sua população economicamente ativa ligada a atividades basicamente urbanas, ou seja, aos setores secundário e terciário. Essas cidades devem, em princípio, desenvolver atividades industriais e, mesmo que a atividade terciária seja predominante, a ênfase deve recair no fato de essas atividades oferecerem empregos em número tal que acompanhe o ritmo do crescimento urbano, de forma a evitar o deslocamento dos habitantes para regiões mais distantes. É desejável, portanto, que haja um setor urbano dinâmico, gerador de empregos, com produtividade ele

vada da mão-de-obra ocupada que se traduza sob a forma de salários reais mais elevados. As cidades com tais características devem ser consideradas prioritárias, pois favorecem grandemente uma reorientação do fluxo migratório, servindo como centro polarizador para um possível descongestionamento das cidades maiores.

O objetivo de desenvolver e incentivar cidades médias deve levar em consideração o fato de que as atividades urbanas, por elas desempenhadas, sejam capazes de criar as bases para um crescimento equilibrado que sirva como contenção do desenvolvimento acelerado dos grandes centros. Deste modo, um programa de cidades médias torna-se necessário dentro do atual estágio do processo de desenvolvimento urbano brasileiro, devendo-se, no entanto, ter cautela e critérios rigorosos, mas flexíveis, na escolha das cidades a serem incentivadas. A ênfase numa perspectiva de longo prazo no que diz respeito ao crescimento das cidades é desejável, sem entretanto abandonar-se os programas de curto prazo que atuam mais diretamente no combate aos problemas decorrentes dos desequilíbrios regionais, bem como sobre os problemas urbanos ligados à deterioração da vida citadina.

Por outro lado, não se deve esquecer as cidades pequenas. Mesmo que tenham crescimento menor que as demais; nessas cidades a política urbana deve procurar integrá-las aos centros médios, em especial nas regiões agrícolas, para que cumpram a função de ponte de ligação entre o campo e o meio urbano. No que diz respeito à política local, deve-se cuidar especialmente da parte de emprego e infraestrutura, para que as esperanças de melhor qualidade de vida, num centro maior, não incentivem a migração.

A dispersão espacial das cidades no Brasil apresenta uma forma assimétrica em relação ao território. A população é fortemente concentrada no litoral, refletindo a distribuição geográfica da atividade econômica, cuja característica básica se manifesta com

maior nitidez quando se observa os grandes vazios demográficos existentes no interior do País, o que só se alterou mais recentemente com a política de ocupação da região Centro-Oeste. Dessa forma, maior integração e ampliação da ocupação espacial devem-se constituir em constantes no esforço de planejamento econômico e urbano a ser desenvolvido e consolidado. A definição legal de Regiões Metropolitanas e o lançamento de um programa de cidades médias são dois pontos fundamentais no conjunto da atuação governamental.

Em suma, este trabalho resumiu-se numa tentativa de tornar clara a definição do estrato urbano em que estão inseridas as cidades médias. Buscou-se, assim, estabelecer um critério operacional que permitiu atuar sobre as cidades já existentes de modo menos empírico e mais sistemático, abrindo, ao mesmo tempo, perspectivas para o estudo de cidades com potencial equivalente e que se localizam dentro dos chamados vazios territoriais.

A N E X O

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NAS CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS; 1950/1970

REGIÕES E CIDADES	POPULAÇÃO URBANA			POPULAÇÃO URBANA / POPULAÇÃO TOTAL (%)		TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA (%)		PESSOAS NÃO-NATU-RAIS DO MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA		% MIGRANTES RECENTES 2	% MIGRANTES PROCEDENTES DE ZONA URBANA
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950/60	1960/70	1970 - (%)		
	POPULAÇÃO TOTAL		POPULAÇÃO URBANA		POPULAÇÃO URBANA / POPULAÇÃO TOTAL (%)		POPULAÇÃO TOTAL		1970		
SUDESTE											
I. Americana (SP)	13 330	32 000	62 329	49,8	84,5	94,0	8,4	6,9	60,7	37,4	60,6
Araçatubá (SP)	26 862	53 563	85 616	45,2	65,9	78,9	7,1	4,4	49,9	33,7	68,2
Araraquara (SP)	34 114	58 076	82 621	54,4	70,1	82,3	5,5	3,6	35,6	28,4	78,1
Barretos (SP)	22 689	39 950	52 976	45,1	67,5	80,8	5,8	2,8	34,0	28,0	73,1
Franca (SP)	26 629	47 244	86 863	49,8	69,5	92,8	5,9	6,2	40,0	41,9	64,3
Guaratinguetã (SP)	20 811	38 293	54 773	56,8	72,8	79,5	6,3	3,7	30,9	35,6	74,7
Limeira (SP)	27 552	45 256	77 094	59,5	74,5	84,7	5,1	5,5	36,7	39,5	59,9
Marília (SP)	35 742	51 789	73 217	41,2	57,0	74,6	3,7	3,5	54,4	31,5	61,9
Presidente Prudente (SP)	26 790	54 055	91 474	44,0	74,3	86,5	7,3	5,4	53,2	35,2	67,3
Rio Claro (SP)	34 618	48 548	69 192	73,5	80,0	88,7	3,5	3,8	30,5	41,2	80,1
São Carlos (SP)	30 830	50 010	74 767	64,6	80,6	87,5	5,0	4,1	37,5	37,8	68,1
Taubaté (SP)	35 149	64 863	98 834	66,3	82,4	89,4	6,3	4,3	33,4	31,4	81,4
Barra Mansa (RJ)	20 893	47 398	75 046	59,8	74,3	73,8	8,5	4,7	45,5	34,6	75,7
Nova Friburgo (RJ)	28 458	49 901	65 652	59,6	71,1	72,6	5,8	2,8	27,8	33,9	59,9
Teresópolis (RJ)	14 651	29 540	53 447	42,6	56,5	73,1	7,2	6,1	21,1	45,7	81,6
Barbacena (MG)	24 718	41 931	57 767	36,2	63,0	78,2	5,4	3,2	30,7	43,6	79,0
Divinópolis (MG)	19 701	41 544	69 873	60,9	77,9	87,0	7,7	5,3	36,5	39,0	71,1
Montes Claros (MG)	20 370	40 545	81 657	28,4	30,6	70,1	7,2	7,3	26,5	41,4	78,4
Poços de Caldas (MG)	19 109	32 291	51 783	75,7	83,1	87,0	5,4	4,8	43,7	40,2	74,7
Sete Lagoas (MG)	18 438	36 302	61 001	74,1	87,1	91,6	7,0	5,3	33,8	35,4	72,0
Teófilo Otoni (MG)	19 790	41 013	64 718	22,7	31,8	48,7	7,6	3,9	19,2	38,9	79,5

Continua

REGIÕES E CIDADES	POPULAÇÃO URBANA			POPULAÇÃO URBANA / POPULAÇÃO TOTAL (%)		TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA (%)		PESSOAS NÃO-NATURALS DO MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA	% MIGRANTES RECENTES 2	% MIGRANTES PROCEDENTES DA ZONA URBANA	
	1950	1960	1970	1950	1960	1950/60	1960/70				
	POPULAÇÃO TOTAL							1970 - (%)	1970	1970	
II. Bauru (SP)	51 734	85 237	120 229	79,0	90,7	91,1	5,1	3,5	50,0	31,1	81,1
Jundiá (SP)	39 014	79 536	145 740	56,4	66,9	86,2	7,3	6,2	47,6	33,2	71,7
Piracicaba (SP)	45 782	80 670	125 348	52,1	69,4	82,2	5,8	4,5	22,1	31,9	74,3
São José dos Campos (SP)	25 892	55 349	129 980	57,8	71,4	87,6	7,9	8,9	50,2	48,3	71,7
São José do Rio Preto (SP)	36 942	66 476	108 433	56,1	79,1	88,8	6,0	5,0	46,3	38,3	80,7
São Vicente (SP)	28 012	73 578	115 935	88,4	95,3	99,5	10,1	4,6	66,3	40,3	90,7
Governador Valadares (MG)	20 357	70 494	124 904	33,4	57,7	77,1	13,2	4,6	41,1	38,1	74,1
Uberaba (MG)	42 481	72 053	108 259	61,2	82,0	87,0	5,4	4,2	31,1	38,8	78,6
Uberlândia (MG)	34 866	70 719	110 289	63,4	80,1	88,4	7,3	4,6	34,3	39,7	85,8
Volta Redonda (RJ)	32 143	83 973	120 677	89,4	94,6	96,3	10,1	3,7	52,1	26,9	84,2
III. Ribeirão Preto (SP)	63 312	116 153	191 472	68,7	78,8	89,9	6,2	5,1	43,9	35,3	78,2
Sorocaba (SP)	68 811	109 258	165 799	73,2	79,0	94,4	4,7	4,2	44,7	31,2	75,7
Campos (RJ)	61 633	90 601	153 215	25,9	31,0	48,1	3,9	5,4	6,4	34,9	70,5
IV. Juiz de Fora (MG)	84 995	124 979	218 856	66,9	68,5	91,8	3,9	5,8	34,6	34,4	80,9
Cidades Médias Inferiores											
Cidades Médias Superiores											
SUL											
I. Bagé (RS)	34 525	47 930	56 980	53,2	61,9	63,1	3,3	1,7	11,8	34,1	70,1
Cachoeira do Sul (RS)	23 270	38 661	49 987	24,7	45,7	53,0	5,2	2,6	12,0	34,8	72,0
Passo Fundo (RS)	24 395	47 299	69 062	23,9	50,8	73,6	6,9	3,9	30,2	38,1	81,0
Rio Grande (RS)	63 235	83 189	98 630	81,2	82,9	84,7	2,8	1,7	26,1	29,3	70,0
Uruguaiana (RS)	32 639	48 358	60 155	66,9	75,9	80,6	4,0	2,2	20,7	32,4	79,2
Maringá (PR)	7 270 ¹	42 228	51 579	18,8	40,6	42,5	19,2	2,0	68,4	41,3	68,7
Paranagua (PR)	15 803	27 728	51 462	64,1	71,4	82,6	5,8	6,4	22,2	36,4	84,4
Ponta Grossa (PR)	42 875	77 803	92 285	82,0	85,6	72,7	6,1	1,7	33,7	35,7	74,1
Blumenau (SC)	22 627	47 740	85 944	47,0	71,5	85,7	7,7	6,1	30,3	34,7	53,9

REGIÕES E CIDADES	POPULAÇÃO URBANA*			POPULAÇÃO URBANA / POPULAÇÃO TOTAL (%)		TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA (%)		PESSOAS NÃO-NATU-RAIS DO MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA		% MIGRANTES RECENTES ²	% MIGRANTES PROCEDENTES DA ZONA URBANA
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950/60	1960/70	1970 - (%)		
	POPULAÇÃO TOTAL										
Crisiúma (SC)	8 014	27 905	50 334	15,8	45,0	61,8	13,3	6,1	31,5	32,5	61,8
Itajaí (SC)	19 797	38 529	54 073	38,0	70,1	85,6	6,8	3,5	32,5	36,6	74,9
Joinville (SC)	20 951	55 171	77 733	48,3	78,0	61,7	10,2	3,5	34,1	44,2	84,5
Lages (SC)	14 596	39 807	82 006	18,9	32,9	63,7	10,6	7,5	23,1	50,2	73,1
Tubarão (SC)	11 740	30 538	51 064	17,5	48,8	76,4	10,0	5,3	14,7	44,4	72,9
II. Caxias do Sul (RS)	31 561	60 607	108 082	53,9	59,0	74,6	6,7	6,0	30,7	38,3	60,3
Santa Maria (RS)	44 949	78 682	120 510	54,2	65,0	76,9	5,8	4,4	26,9	39,2	77,2
III. Pelotas (RS)	78 014	121 280	150 140	61,1	68,0	72,2	4,5	2,1	19,5	32,7	56,0
Londrina (PR)	33 095	74 110	156 352	46,3	55,0	68,6	8,4	7,8	60,7	37,8	64,6
Cidades Médias Inferiores											
Cidades Médias Superiores											
NORTE E NORDESTE											
I. Santarém (PA)	14 061	32 116	51 009	23,4	34,9	37,7	8,6	4,7	14,9	29,6	71,2
Juazeiro do Norte (CE)	41 999	53 421	79 755	74,8	78,0	83,0	2,5	4,1	38,4	37,6	52,8
Sobral (CE)	22 628	32 281	43 228	32,3	43,8	42,3	3,6	3,0	5,9	44,8	67,4
Garanhuns (PE)	20 550	34 050	49 510	20,3	30,0	69,1	5,2	3,8	24,3	44,2	73,1
Alagoinhas (BA)	21 283	38 246	53 817	40,9	50,7	69,0	6,0	3,5	26,5	41,7	80,8
Ilheus (BA)	22 593	45 712	58 572	16,8	43,8	54,2	7,3	2,5	17,6	34,2	80,9
Itabuna (BA)	25 351	54 268	89 500	17,2	45,8	79,4	7,9	5,1	36,4	39,4	82,9
Jequié (BA)	20 652	40 158	62 147	22,9	35,6	62,0	6,9	4,5	17,7	36,1	78,6
Vitória da Conquista (BA)	17 503	46 778	82 230	18,1	32,6	65,5	10,3	5,8	18,8	46,6	84,6

Continua

Continuação

REGIÕES E CIDADES	POPULAÇÃO URBANA			POPULAÇÃO URBANA POPULAÇÃO TOTAL (%)		TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA (%)		PESSOAS NÃO-NATU- RAIS DO MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA		% MIGRANTES RECENTES ²	% MIGRANTES PROCEDENTES DA ZONA URBANA
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950/60	1960/70	1970 - (%)		
									POPULAÇÃO TOTAL		
II. Caruaru (PE)	43 501	64 471	100 915	42,3	60,7	70,7	4,0	4,6	26,1	33,5	69,6
Feira de Santana (BA)	26 559	61 612	126 972	24,8	43,5	67,8	8,8	7,5	25,9	52,5	87,3
Cidades Médias Inferiores							6,2	4,2			
Cidades Médias Superiores							6,0	6,1			
<u>CENTRO-OESTE</u>											
I. Anápolis (GO)	18 350	48 847	89 330	36,5	71,1	85,1	10,3	6,2	46,6	40,8	81,4
II. Campo Grande (MT)	31 708	64 447	130 615	55,6	86,8	93,1	7,3	7,3	41,5	46,7	82,8
Cidades Médias Inferiores							10,3	6,2			
Cidades Médias Superiores							7,4	7,3			

FONTE: Censos Demográficos, 1950, 1960, 1970, Brasil, FIBGE.

¹ Em 1950 era vila;

² São considerados migrantes recentes aqueles com menos de cinco anos de residência no município.

TABELA A.2

PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA OCUPADA EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS, INDUSTRIAIS E

TERCIÁRIAS NAS CIDADES MÉDIAS SELECIONADAS: 1950 E 1970

CIDADES	ATIVIDADES AGRÍCOLAS		ATIVIDADES INDUSTRIAIS		SERVIÇOS		ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		ATIVIDADES INDUSTRIAIS E SERVIÇOS	
	POP. ECON. ATIVA		POP. ECON. ATIVA		POP. ECON. ATIVA		POP. ECON. ATIVA		POP. ECON. ATIVA	
	1950	1970	1950	1970	1950	1970	1950	1970	1950	1970
I - SUDESTE										
Americana	12,9	3,9	67,5	62,5	17,2	26,5	1,1	2,0	84,7	89,0
Araçatuba	56,4	23,7	12,2	17,7	27,9	46,3	1,4	3,7	40,1	64,0
Araraquara	35,6	19,8	23,5	23,2	36,3	45,8	2,4	4,4	59,8	69,0
Barretos	49,6	28,2	18,1	16,8	29,8	45,4	1,1	3,4	47,9	62,2
Franca	53,5	14,6	21,4	41,7	21,9	34,9	1,3	3,4	43,3	76,6
Guaratinguetã	30,0	17,6	29,1	24,2	35,4	41,4	3,6	11,1	64,5	65,6
Limeira	38,0	21,3	34,7	36,8	24,5	34,3	1,4	3,2	59,2	71,1
Marília	59,9	27,1	10,8	22,6	25,5	40,6	1,3	3,5	36,3	63,2
Presidente Prudente	60,6	15,9	10,0	18,5	25,1	49,9	1,7	5,1	35,1	68,4
Rio Claro	25,0	12,3	28,4	31,0	43,1	47,3	1,5	3,8	71,5	78,3
São Carlos	31,2	19,5	28,7	32,8	36,0	39,0	2,1	3,3	64,7	71,8
Taubaté	25,3	11,5	35,7	32,8	32,2	39,8	4,9	9,1	67,9	72,6
Barra Mansa	14,5	8,7	55,1	35,7	25,6	44,5	3,6	3,1	80,7	80,2
Nova Friburgo	39,2	21,1	27,5	30,8	28,3	38,7	3,8	3,8	55,8	69,5
Teresópolis	50,3	21,7	16,1	27,1	29,2	41,5	2,6	3,1	45,3	68,6
Barbacena	58,2	21,1	13,1	20,2	24,6	43,1	2,9	9,6	37,7	63,3
Divinópolis	36,7	15,2	21,9	26,0	38,8	49,9	1,2	2,4	60,7	75,9
Montes Claros	64,5	33,7	10,7	15,9	22,6	40,9	1,0	3,5	33,3	56,8
Poços de Caldas	24,4	13,3	16,6	28,4	53,7	49,6	2,3	2,5	70,3	78,0
Sete Lagoas	26,3	12,2	20,7	27,1	49,7	50,0	1,7	4,2	70,4	77,1
Teófilo Otoni	70,1	48,5	7,8	12,2	20,4	33,0	1,0	1,6	28,2	45,2

CIDADES	ATIVIDADES AGRÍCOLAS		ATIVIDADES INDUSTRIAIS		SERVIÇOS		ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		ATIVIDADES INDUSTRIAIS E SERVIÇOS	
	POP. ECON. ATIVA		POP. ECON. ATIVA		POP. ECON. ATIVA		POP. ECON. ATIVA		POP. ECON. ATIVA	
	1950	1970	1950	1970	1950	1970	1950	1970	1950	1970
II - Bauru	16,3	6,7	19,8	21,0	57,2	56,5	4,0	6,7	77,0	77,5
Jundiaí	20,3	8,6	43,7	48,4	31,8	33,6	3,1	3,3	75,5	82,0
Piracicaba	41,9	19,5	26,8	31,3	28,2	39,8	1,9	3,7	55,0	71,10
São José do Rio Preto	41,8	12,1	15,5	17,7	38,1	54,7	2,0	6,5	53,6	72,4
São José dos Campos	37,6	8,7	33,4	44,4	25,6	33,2	2,5	8,6	59,0	77,6
São Vicente	4,1	1,1	29,0	27,1	56,3	54,9	7,3	7,9	85,3	82,0
Volta Redonda	-	1,7	-	53,1	-	34,4	-	3,6	-	87,5
Governador Valadares	53,8	22,3	18,0	17,8	26,3	50,6	0,8	4,21	44,3	68,4
Uberaba	43,4	19,9	13,5	18,2	38,5	52,0	2,5	4,2	52,0	70,2
Uberlândia	34,9	16,2	18,3	20,2	42,6	54,0	1,7	2,8	60,9	74,2
III - Ribeirão Preto	28,2	11,2	27,5	23,6	39,4	52,6	2,6	5,1	66,9	76,2
Sorocaba	10,5	5,3	51,9	37,5	34,1	43,1	2,3	6,0	85,9	80,6
Campos	55,1	36,8	16,6	16,1	25,5	37,6	1,5	3,8	42,1	53,7
IV - Juiz de Fora	18,9	7,3	31,2	28,8	39,9	47,6	7,2	8,5	71,1	76,4
SUL										
I - Bagé	35,1	26,5	15,8	15,8	38,0	44,5	9,5	7,8	53,8	60,3
Cachoeira do Sul	64,1	45,7	8,6	13,2	22,7	30,6	3,7	6,1	31,3	43,8
Passo Fundo	61,5	23,7	14,8	20,1	19,8	44,4	2,9	5,1	34,6	64,5
Rio Grande	18,1	19,3	28,0	24,5	47,5	44,7	5,1	5,6	75,5	69,2
Uruguaiana	30,0	24,0	12,3	13,1	47,2	48,9	9,2	9,6	59,5	62,0
Maringá	-	23,4	-	14,9	-	48,3	3,1	10,2	-	63,2
Paranaguá	11,0	9,2	26,9	13,4	54,4	63,9	6,1	6,7	81,3	77,3
Ponta Grossa	15,5	11,6	25,1	25,5	49,3	50,6	8,1	5,8	74,4	76,1
Blumenau	21,4	5,4	43,6	49,1	29,4	36,3	3,7	4,4	73,0	85,4
Criciúma	47,3	12,5	37,8	41,3	13,6	35,3	0,7	2,4	51,4	76,6
Itajaí	49,2	11,5	23,0	26,3	24,8	51,1	1,9	3,1	47,8	77,4
Joinville	18,3	7,4	41,2	51,0	35,4	31,4	4,5	4,2	76,6	82,4
Lages	68,9	24,3	11,9	30,2	16,4	35,2	2,2	3,6	28,3	65,4
Tubarão	72,4	16,2	10,2	24,6	16,2	45,8	0,8	3,6	26,4	70,4

CIDADES	ATIVIDADES AGRÍCOLAS		ATIVIDADES INDUSTRIAIS		SERVIÇOS		ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		ATIVIDADES INDUSTRIAIS E SERVIÇOS	
	POP. ECON. ATIVA		POP. ECON. ATIVA		POP. ECON. ATIVA		POP. ECON. ATIVA		POP. ECON. ATIVA	
	1950	1970	1950	1970	1950	1970	1950	1970	1950	1970
II - Caxias do Sul	33,4	15,8	34,8	39,9	26,3	36,2	4,0	3,2	61,1	76,1
Santa Maria	38,7	21,2	9,3	13,4	41,3	49,7	9,2	10,8	50,6	63,1
III - Pelotas	33,3	22,4	20,1	22,4	39,9	45,4	5,0	5,7	60,0	67,8
Londrina	52,4	31,6	16,1	16,0	26,9	42,2	1,4	2,6	43,0	58,2
NORTE/NORDESTE										
I - Santarém	64,6	68,1	19,6	8,6	14,8	19,9	0,8	1,5	34,4	28,5
Juazeiro do Norte	49,3	28,2	23,6	20,6	25,8	42,7	0,9	2,0	49,4	63,3
Sobral	53,9	30,7	20,0	33,5	24,4	30,0	1,1	1,5	44,4	63,5
Garanhuns	84,4	35,2	3,4	13,7	11,1	40,8	0,8	5,9	14,5	54,5
Alagoínhas	57,9	34,0	12,0	20,9	27,9	37,7	1,8	4,2	39,9	58,6
Ilhéus	61,6	45,0	13,9	12,4	22,4	34,3	1,4	3,6	36,3	46,7
Itabuna	67,4	25,6	10,1	17,3	21,1	46,6	0,9	3,7	31,2	63,9
Jequié	64,0	44,0	11,3	13,5	22,7	35,7	1,5	1,8	34,0	49,2
Vitória da Conquista	78,0	36,0	6,6	16,2	14,2	43,2	0,7	1,9	20,8	59,4
II - Caruaru	66,0	30,4	12,6	17,0	19,3	44,9	1,3	3,2	31,9	61,9
Feira de Santana	64,5	35,6	11,3	17,3	22,4	39,8	1,4	2,5	33,7	57,1
CENTRO-OESTE										
I - Anápolis	62,5	17,7	11,3	18,7	23,4	52,2	1,2	3,2	34,7	70,9
II - Campo Grande	44,5	13,1	8,4	19,9	33,8	49,6	10,5	9,8	42,2	69,5

FONTE: Censos Demográficos, 1950 e 1970, Brasil, FIBGE.

NOTA: As cidades foram listadas dentro das regiões, segundo o tamanho de sua população urbana na sede do município:

- I - cidades de 50 - 100 mil habitantes;
- II - 100 - 150 mil habitantes;
- III - 150 - 200 mil habitantes;
- IV - 200 - 250 mil habitantes.

TABELA A.3

A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NAS CIDADES MÉDIAS SELECIONADAS

CIDADES	GRAU DE URBANIZAÇÃO	GRAU DE INDUSTRIALIZAÇÃO	GRAU DE ESPECIALIZAÇÃO EM TRADICIONAIS	SALÁRIO MÉDIO ANUAL (Cr-\$ 1 000)	PRODUTIVIDADE MÉDIA ANUAL (Cr-\$ 1 000)
SUDESTE					
I - Americana	94,0	20,4	0,90	4,04	14,53
Araçatuba	78,9	2,8	0,69	3,52	27,46
Araraquara	82,3	4,7	0,79	3,98	30,00
Barretos	80,8	3,3	0,75	4,45	19,95
Franca	92,8	10,6	0,74	3,05	11,16
Guaratinguetá	79,5	5,3	0,70	4,45	21,55
Limeira	84,8	11,8	0,34	3,93	20,63
Marília	74,6	5,6	0,63	3,84	20,06
Presidente Prudente	86,5	3,3	0,68	3,33	21,63
Rio Claro	88,7	5,8	0,63	3,33	15,00
São Carlos	87,5	9,7	0,39	3,77	16,04
Taubaté	89,4	7,0	0,50	4,78	14,77
Barra Mansa	73,8	6,6	0,16	4,43	35,30
Nova Friburgo	72,6	11,3	0,72	3,51	10,77
Terresópolis	73,1	3,2	0,26	6,52	15,87
Barbacena	78,2	3,3	0,81	2,89	12,83
Divinópolis	87,0	4,3	0,26	3,07	12,69
Montes Claros	70,1	1,6	0,61	3,50	31,36
Poços de Caldas	90,0	6,3	0,38	3,42	17,93
Sete Lagoas	91,6	3,7	0,28	2,76	18,12
Teófilo Otoni	48,6	1,2	0,88	3,38	19,97
II - Bauru	91,1	3,2	0,69	3,26	13,40
Jundiaí	86,2	14,8	0,51	5,04	20,09
Piracicaba	82,2	9,5	0,45	4,40	16,77
São José do Rio Preto	88,8	2,9	0,69	2,66	13,65
São José dos Campos	87,6	13,7	0,34	6,49	27,60
São Vicente	99,5	1,4	0,34	4,16	28,22

CIDADES	GRAU DE URBANIZAÇÃO	GRAU DE INDUSTRIALIZAÇÃO	GRAU DE ESPECIALIZAÇÃO EM TRADICIONAIS	SALÁRIO MÉDIO ANUAL (Cr\$ 1 000)	PRODUTIVIDADE MÉDIA ANUAL (Cr\$ 1 000)
Volta Redonda	96,3	8,0	0,06	14,71	66,28
Governador Valadares	77,1	1,8	0,69	2,80	13,18
Uberaba	87,0	2,9	0,63	2,62	11,57
Uberlândia	88,4	2,6	0,62	3,38	32,43
III - Ribeirão Preto	89,9	4,5	0,64	3,90	13,73
Sorocaba	94,4	7,6	0,71	3,99	14,55
Campos	48,1	5,6	0,81	2,85	13,55
IV - Juiz de Fora	91,8	5,6	0,77	3,02	13,02
SUL					
I - Bagé	63,1	2,4	0,71	3,32	16,70
Cachoeira do Sul	53,0	3,5	0,52	3,04	11,70
Passo Fundo	73,6	3,5	0,65	2,95	14,34
Rio Grande	84,7	5,2	0,71	4,07	20,69
Uruguaiana	80,6	1,3	0,64	2,68	10,17
Maringá	42,5	5,3	0,63	3,28	30,78
Paranaguá	82,6	1,0	0,65	2,80	11,12
Ponta Grossa	72,7	6,0	0,55	3,04	13,21
Blumenau	85,7	19,1	0,76	3,58	12,82
Crisciúma	61,8	11,3	0,40	5,18	11,10
Itajaí	85,6	4,0	0,55	2,80	13,68
Joinville	61,7	22,5	0,39	3,91	17,92
Lages	63,7	7,2	0,61	3,80	17,85
Tubarão	76,4	2,7	0,44	5,27	13,14
II - Caxias do Sul	74,6	13,7	0,53	3,88	15,18
Santa Maria	76,9	1,6	0,65	2,40	13,87
III - Pelotas	72,2	5,2	0,70	2,97	16,07
Londrina	68,6	3,4	0,65	3,29	22,84
NORTE/NORDESTE					
I - Santarém	37,7	1,12	0,80	2,90	9,06
Juazeiro do Norte	83,0	1,60	0,63	1,18	10,63

CIDADES	GRAU DE URBANIZAÇÃO	GRAU DE INDUSTRIALIZAÇÃO	GRAU DE ESPECIALIZAÇÃO EM TRADICIONAIS	SALÁRIO MÉDIO ANUAL (Cr\$ 1 000)	PRODUTIVIDADE MÉDIA ANUAL (Cr\$ 1 000)
Sobral	42,3	3,86	0,67	2,25	10,66
Garanhuns	69,1	1,52	0,80	2,39	6,73
Alagoínhas	69,0	1,11	0,31	1,14	6,66
Ilheus	54,2	1,55	0,75	2,22	18,10
Itabuna	79,4	0,91	0,52	1,70	6,54
Jequiê	62,0	1,33	0,74	1,57	7,44
Vitória da Conquista	65,5	0,96	0,65	1,75	9,04
II - Caruaru	70,7	2,65	0,67	1,31	5,14
Feira de Santana	67,8	2,48	0,53	1,73	10,25
CENTRO-OESTE					
I - Anápolis	85,1	3,34	0,57	1,98	17,05
II - Campo Grande	93,1	1,78	0,68	2,41	19,17

FONTE: Censo Demográfico e Censo Industrial, 1970, Brasil, IBGE.

OBS.: Grau de Urbanização = População Urbana/População Total;

Grau de Industrialização = 100. Pessoal Ocupado/População Urbana;

Grau de Especialização em Tradicionais = Pessoal Ocupado em Indústrias Tradicionais/Pessoal Ocupado na Indústria de Transformação;

Salário Médio Anual = Salários Pagos no Ano/Pessoal Ocupado;

Produtividade Média Anual = Valor da Transformação Industrial/Pessoal Ocupado.

TABELA A.4

SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA NAS CIDADES MÉDIAS SELECIONADAS: 1970

REGIÕES E CIDADES MÉDIAS	% DOMICÍLIOS COM LIGAÇÕES DE ÁGUA		% DOMICÍLIOS COM ILUMINAÇÃO ELÉTRICA	% DOMICÍLIOS COM INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	
	REDE GERAL	POÇO E NASCENTE		REDE GERAL	FOSSAS
SUDESTE					
I - Americana	85.4	12.7	91.4	67.8	30.7
Araçatuba	63.4	31.5	73.8	47.2	45.2
Araraquara	84.8	11.6	90.6	71.2	23.1
Barretos	67.2	19.3	75.0	49.2	40.5
Franca	67.7	21.60	76.4	43.8	53.1
Guaratinguetã	70.7	18.51	75.9	56.6	26.4
Limeira	72.8	21.07	85.0	56.2	37.4
Marília	72.5	17.54	82.0	38.5	47.3
Presidente Prudente	46.8	45.31	79.5	27.2	62.5
Rio Claro	85.0	10.48	93.0	73.4	21.2
São Carlos	80.4	13.38	93.9	60.7	33.3
Taubaté	39.6	55.41	80.1	33.8	59.9
Barra Mansa	37.9	49.10	66.3	27.3	41.0
Nova Friburgo	67.6	22.46	76.0	55.6	20.3
Teresópolis	53.6	24.42	62.0	-	66.8
Barbacena	59.1	27.68	68.6	43.0	32.8
Divinópolis	59.7	22.99	69.1	37.9	44.8
Montes Claros	43.7	12.21	38.9	22.2	38.9
Poços de Caldas	69.0	20.72	83.3	53.6	32.7
Sete Lagoas	56.2	21.21	68.4	33.3	56.5
Teófilo Otoni	19.8	21.99	26.0	13.4	27.7
II - Bauri					
Jundiaí	81.3	13.38	89.9	56.0	41.3
Piracicaba	63.9	34.11	96.8	54.7	40.8
São José do Rio Preto	77.2	17.75	87.2	65.9	25.3
São José dos Campos	82.1	15.44	85.4	69.3	24.2
	72.8	19.72	80.3	26.1	61.8

REGIÕES E CIDADES MÉDIAS	% DOMICÍLIOS COM LIGAÇÕES DE ÁGUA		% DOMICÍLIOS COM ILUMINAÇÃO ELÉTRICA	% DOMICÍLIOS COM INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	
	REDE GERAL	POÇO E NASCENTE		REDE GERAL	FOSSAS
São Vicente	87.2	4.59	91.7	26.0	58.8
Volta Redonda	79.8	15.41	83.6	70.4	15.7
Governador Valadares	46.8	16.92	47.1	22.9	42.8
Uberaba	38.8	54.66	72.3	34.3	55.3
Uberlândia	63.2	26.11	73.3	49.9	37.8
III - Ribeirão Preto	85.6	10.5	91.7	70.8	24.9
Sorocaba	87.4	8.4	89.1	69.8	25.4
Campos	40.2	30.4	53.5	18.5	42.9
IV - Juiz de Fora	65.6	25.6	87.5	59.0	21.4
SUL					
I - Bagé	50.4	25.4	60.2	24.9	55.3
Cachoeira do Sul	23.1	53.7	45.1	12.1	64.1
Passo Fundo	40.7	41.0	60.4	15.0	76.7
Rio Grande	64.8	18.6	71.9	24.3	50.5
Uruguaiana	43.6	26.1	56.9	16.8	73.3
Maringá	38.7	40.2	67.1	-	91.0
Paranaguá	58.1	18.4	67.6	21.6	61.3
Ponta Grossa	33.0	57.2	70.2	19.5	73.5
Blumenau	31.8	62.6	92.6	-	81.7
Crissiuma	50.0	37.9	72.0	-	83.0
Itajaí	58.7	28.7	80.5	-	88.4
Joinville	56.5	38.1	82.3	-	88.2
Lages	26.7	50.7	54.2	11.4	56.9
Tubarão	57.9	29.1	77.0	-	83.1
II - Caxias do Sul	70.4	21.3	81.6	-	87.4
Santa Maria	47.6	37.3	66.4	23.1	63.1
III - Pelotas	68.8	12.4	61.4	25.8	44.7
Londrina	62.7	22.7	70.6	16.6	65.8

REGIÕES E CIDADES MÉDIAS	% DOMICÍLIOS COM LIGAÇÕES DE ÁGUA		% DOMICÍLIOS COM ILUMINAÇÃO ELÉTRICA	% DOMICÍLIOS COM INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	
	REDE GERAL	POÇO E NASCENTE		REDE GERAL	FOSSAS
NORTE/NORDESTE					
I - Santarém	16.0	10.1	12.9	-	80.7
Juazeiro do Norte	10.4	16.9	30.3	0.3	55.9
Sobral	16.6	2.1	28.9	0.4	21.8
Garanhus	27.9	11.6	44.9	0.3	48.3
Alagoínhas	15.3	9.7	43.3	3.5	30.9
Ilheus	20.1	10.1	40.3	8.9	28.7
Itabuna	13.4	16.7	47.3	11.1	30.0
Jequiê	24.9	8.2	30.0	15.3	10.7
Viçória da Conquista	4.7	29.8	30.1	0.0	43.2
II - Caruaru	36.9	3.6	50.3	15.3	42.5
Feira de Santana	13.4	18.9	45.1	-	41.7
I - Anápolis	29.9	49.3	63.5	13.3	64.3
II - Campo Grande	39.8	43.3	50.9	18.2	67.8

TABELA A.5

CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS NAS CIDADES MÉDIAS SELECIONADAS

REGIÕES E CIDADES	% DOMICÍLIOS COM FOGÃO	% FOGÕES A GAS	% DOMICÍLIOS COM RÁDIO	% DOMICÍLIOS COM GELADEIRA	% DOMICÍLIOS COM TELEVISÃO	% DOMICÍLIOS COM AUTOMÓVEL
SUDESTE						
I - Americana	99.5	96.7	83.3	57.4	55.0	16.8
Araçatuba	98.9	75.5	78.1	45.2	36.4	14.5
Araraquara	99.4	81.1	83.0	56.6	51.1	18.9
Barretos	99.0	67.6	79.4	37.8	29.2	12.0
Franca	99.2	75.6	74.6	32.0	30.1	13.8
Guaratinguetã	98.8	80.8	78.5	38.2	39.4	13.7
Limeira	99.4	89.1	82.0	48.4	51.9	18.8
Marília	92.5	73.6	80.1	42.1	35.7	13.8
Presidente Prudente	98.6	87.1	82.2	45.5	34.4	17.7
Rio Claro	99.2	85.5	82.8	55.3	62.7	16.1
São Carlos	99.4	82.1	85.2	50.6	50.5	18.8
Taubaté	98.8	83.9	79.3	38.2	44.7	13.8
Barra Mansa	97.3	90.1	73.1	32.4	31.7	10.9
Nova Friburgo	98.2	73.5	76.1	32.7	38.0	13.1
Teresópolis	98.3	82.4	76.5	31.9	32.6	11.0
Barbacena	99.1	52.5	71.3	25.4	32.6	12.0
Divinópolis	99.1	56.4	65.9	26.3	32.5	8.2
Montes Claros	98.6	37.0	52.3	18.1	9.3	7.6
Poços de Caldas	99.3	76.4	76.3	31.8	42.9	16.1
Sete Lagoas	99.0	63.4	67.7	29.9	32.7	9.7
Teófilo Otoni	96.6	15.6	38.7	12.5	7.3	4.9
II - Bauri						
Jundiá	99.3	86.4	85.2	62.9	54.9	19.1
Piracicaba	99.5	93.6	86.6	57.0	63.7	19.1
São José do Rio Preto	99.4	88.5	76.4	55.4	50.9	19.7
	99.4	87.2	82.1	56.7	44.9	18.4

REGIÕES E CIDADES	% DOMICÍLIOS COM FOGÃO	% FOGÕES A GAS	% DOMICÍLIOS COM RÁDIO	% DOMICÍLIOS COM GELADEIRA	% DOMICÍLIOS COM TELEVISÃO	% DOMICÍLIOS COM AUTOMÓVEL
São José dos Campos	98.2	89.4	78.4	35.7	44.3	16.2
São Vicente	98.5	98.1	80.0	60.0	56.4	11.8
Volta Redonda	97.9	97.6	80.0	54.0	52.9	17.7
Governador Valadares	98.1	53.0	58.2	24.7	21.5	7.6
Uberaba	98.8	64.2	73.9	30.7	31.7	12.4
Uberlândia	98.8	71.4	72.5	32.1	39.4	12.2
III - Ribeirão Preto	99.2	91.2	86.1	58.6	53.2	20.3
Sorocaba	99.3	93.0	82.0	51.6	57.2	15.9
Campos	98.0	61.8	63.9	27.2	23.6	9.2
IV - Juiz de Fora	99.4	84.3	80.9	42.7	49.7	14.2
SUL						
I - Bagé	97.5	47.6	80.7	33.0	16.1	14.5
Cacoeira do Sul	97.7	27.4	76.3	27.6	17.8	12.3
Passo Fundo	98.5	24.6	79.8	34.7	25.4	13.0
Rio Grande	95.6	80.1	83.0	38.4	35.0	12.4
Uruguaiana	96.2	52.5	81.4	37.1	6.0	12.9
Maringá	98.3	75.2	80.6	36.4	25.6	15.0
Paranaguá	98.7	76.1	71.9	40.7	35.5	7.8
Ponta Grossa	99.2	42.1	82.8	35.0	34.4	16.2
Blumenau	99.5	76.8	91.1	61.1	42.3	22.6
Crisciúma	99.4	37.8	79.5	29.7	25.1	12.2
Itajaí	99.6	63.9	76.0	41.4	36.3	13.2
Joinville	99.7	68.6	82.0	46.8	37.3	18.2
Lages	98.8	16.1	80.5	22.3	21.8	11.4
Tubarão	99.5	50.4	77.1	34.5	27.8	12.8
II - Caxias do Sul	99.8	39.2	88.1	52.2	47.8	20.8
Santa Maria	98.5	55.5	83.8	45.9	30.6	14.8
III - Pelotas	96.4	63.5	81.8	34.4	28.5	13.2
Londrina	97.6	71.2	76.6	38.2	33.9	15.2

REGIÕES E CIDADES	% DOMICÍLIOS COM FOGAO	% FOGÕES A GÁS	% DOMICÍLIOS COM RÁDIO	% DOMICÍLIOS COM GELADEIRA	% DOMICÍLIOS COM TELEVISÃO	% DOMICÍLIO COM AUTOMÓVEL
NORTE/NORDESTE						
I - Santarém	95.5	11.8	44.5	7.3	0.3	1.2
Juazeiro do Norte	94.9	16.4	38.6	8.9	7.9	2.5
Sobral	41.9	51.3	40.3	11.3	7.9	3.8
Garanhuns	91.9	27.5	49.3	12.4	11.5	5.0
Alagoinha	94.9	36.3	45.5	17.4	9.5	4.0
Ilhéus	94.3	41.2	52.5	17.7	8.9	4.8
Itabuna	96.6	51.4	58.5	21.7	14.1	6.6
Jequiê	95.0	22.8	41.8	12.9	10.7	4.4
Vitória da Conquista	95.7	20.3	51.6	9.7	6.7	5.3
II - Caruaru	97.3	28.7	50.3	12.6	11.8	4.1
Feira de Santana	94.9	39.7	57.1	18.9	13.1	6.2
CENTRO-OESTE						
I - Anápolis	98.2	61.3	67.0	22.2	23.1	10.2
II - Campo Grande	97.9	73.6	73.9	32.2	27.2	15.5

8. BIBLIOGRAFIA

- Alonso, William. "Location Theory". *Regional Development and Planning: a Reader*. Editado por John Friedmann e William Alonso. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1964.
- Alonso, William. "Urban and Regional Imbalances in Economic Development". *Economic Development and Cultural Change*, Vol.17, nº 1. (Outubro 1968) pp.1-13.
- Andrade, Thompson A. "As Cidades Médias e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano". Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976. (documento interno).
- Andrade, Thompson, A. "Relatório Preliminar do Estudo sobre as Cidades Médias". Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977. (documento interno).
- Baer, Werner e Geiger, Pedro Pinchas. *Industrialização, Urbanização e a Persistência das Desigualdades no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE/SUDEP/Departamento de Geografia, dezembro 1975 (versão preliminar).
- Barat, Josef e Geiger, Pedro Pinchas. "Estrutura Econômica das Áreas Metropolitanas Brasileiras". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Vol. 3, nº 3. (outubro 1973) pp.645-714.
- Boudeville, Jacques R. *Os Espaços Econômicos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- Brasil. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Fundação IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia. *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas*. Rio de Janeiro, 1972.
- Brasil. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Fundação IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia. *Censo Demográfico*. 1950/1960/1970. (Brasil e Estados selecionados).
- Brasil. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Fundação IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia. *Censo Industrial*. 1970. (Brasil e Estados selecionados).
- Costa, Manoel Augusto. "Urbanização e Migrações Urbanas no Brasil". *Estudos de Demografia Urbana*. Editado por Manoel Augusto Costa. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.
- Departamento de Pesquisas do Grupo Visão. "Os 500 Municípios mais desenvolvidos no Brasil". *Dirigente Municipal*. Vol.VI, nº 6 (novembro/Dezembro 1975) pp. 37-82.

Faissol, Speridião. "A Estrutura Urbana Brasileira". *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 34, nº 3, (Julho/Setembro 1972) pp.19-123.

Faria, Vilmar. "O Sistema Urbano Brasileiro: Um Resumo das Características e Tendências Recentes". *Estudos Cebrap 18*. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências Ltda. (outubro/dezembro 1976) pp.93-113.

Francisconi, Jorge Guilherme e Souza, Maria Adelia Aparecida de. *Política Nacional de Desenvolvimento Urbano*. Brasília: IPEA/IPLAN, 1976.

Friedmann, John, "Cities in Social Transformation". *Regional Development and Planning: a Reader*. Editado por John Friedmann e William Alonso. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1964.

Geiger, Pedro Pinchas, Rua, João e Ribeiro, Luis Antonio. "Concentração Urbana no Brasil: 1940-70". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Vol. 2, nº 2, nº 2. (dezembro 1972). pp. 411-432.

Geiger, Pedro Pinchas e Davidovich, Fany Rachel. "Reflexões sobre a Evolução da Estrutura Espacial do Brasil sob o Efeito da Industrialização". *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 36, nº 3, (Julho/Setembro 1974). pp.3-29.

Hansen, Niles M. *Intermediate-Size Cities as Growth Centers*. Nova York: Praeger Publishers, 1971.

Harris, John R. e Todaro, Michael P. "Migration, Unemployment and Development: A Two-Sector Analysis". *American Economic Review*, 60 (Março 1970). pp.126-142.

Hermansen, Tormod. "Development Poles and Related Theories: A Synoptic Review". *Growth Centres in Regional Economic Development*. Editado por Niles N. Hansen. New York: The Free Press, 1972.

Isard, Walter. *Location and Space-Economy*. 4ª Edição. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1965.

Katzman, Martin T. "Urbanização e Concentração Industrial: 1940/70". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Vol. 4, nº 3. (dezembro 1974) pp.475-532.

Lasuen, J. R. "Desenvolvimento Nacional e Urbano", apresentado no *Simpósio sobre Desenvolvimento Urbano*, promovido pelo BNH em 1974.

Lasuen, J. R. "On Growth Poles", *Urban Studies*, Vol. 6, nº 2, (junho 1969) pp. 137-161.

Morse, Richard. "Recent Research on Latin American Urbanization: A Selective Survey with Commentary". *Latin American Research Review*. Vol. I, nº 1 (Fall 1975) pp.35-74.

Perroux, François. *A Economia do Século XX*. Lisboa: Herder, 1967.

Perroux, François. "Economic Space: Theory and Applications". *Quarterly Journal of Economics*. Vol. 64, nº 1 (Fevereiro 1950) pp.89-104.

Rattner, Henrique. "Os Custos Sociais da Aglomeração Metropolitana". *Revista de Administração de Empresas*, Vol. 15, nº 6. (novembro/dezembro, 1975) pp. 39-57.

Richardson, Harry W. *Regional Economics*. 3ª Edição. London: Weidenfeld and Nicholson, 1972.

Richardson, Harry W. *The Economics of Urban Size*. 2ª Edição. Westmead, England; Saxon House Studies, 1975.

Schwartzman, Jacques. "A Teoria da Base de Exportação e o Desenvolvimento Regional". *Desequilíbrio Regionais e Descentralização Industrial*. Editado por Paulo R. Haddad. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.

Singer, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

Thomas, Morgan D. "Growth Pole Theory: an Examination of Some of its Basic Concepts." *Growth Centers in Regional Economic Development*. Editado por Niles M. Hansen. New York: The Free Press, 1972.

Todaro, Michael P. "A Model of Labor Migration and Urban Unemployment in Less Developed Countries". *American Economic Review*, 59. (Março 1969). pp.138-148.

Tolosa, Hamilton C. "Macroeconomia da Urbanização Brasileira". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Vol. 3, nº 3. (outubro 1973). pp.585-644.

Tolosa, Hamilton C. "Política Urbana e Redistribuição da Renda". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Vol. 7, nº 1. (abril 1977) pp.69-100.

Tolosa, Hamilton C. "Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: Uma Visão Econômica" *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Vol. 2, nº 1 (junho 1972) pp. 143-156.

Tolosa, Hamilton C. "Polos de Crescimento: Teoria e Política Econômica. *Planejamento Regional: Métodos e Aplicação no Caso Brasileiro*. Editado por Paulo R. Haddad. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1972.

